

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Departamento de Letras e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural

JOSÉ AMAURI DO NASCIMENTO SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS PARA O TURISMO DE
EVENTOS CULTURAIS NO INTERIOR DO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

Recife

2011

JOSÉ AMAURI DO NASCIMENTO SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS PARA O TURISMO DE
EVENTOS CULTURAIS NO INTERIOR DO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção de grau de mestre em Administração e Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia Maria Goes Moutinho

Recife

2011

JOSÉ AMAURI DO NASCIMENTO SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS PARA O TURISMO DE
EVENTOS CULTURAIS NO INTERIOR DO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção de grau de mestre em Administração e Desenvolvimento Rural.

Recife, 18 de fevereiro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Lúcia Maria Góes Moutinho Dr.^a - UFRPE

Orientadora

Prof.^a Vicentina Maria Ramires Borba Dr.^a – UFRPE

Examinadora

Prof. José de Lima Albuquerque Dr. – UFRPE

Examinador

Prof.^a Valdênia Apolinário Dr.^a – UFRN

Examinadora

Para minha mãe e Ia, pela sabedoria e alegria diárias.

AGRADECIMENTO

Agradeço à energia superior que alguns denominam Deus, Alá, Jeová, Oxalá e tantos outros nomes. Essa força que consegue conspirar, ainda que com declives, sempre a favor do bem.

Aos meus pais, D. Fátima e Sr. Amauri, pelo apoio, caráter, educação, alegrias e amor incondicional. Ao meu irmão Anderson e minha irmã Aline, que considero como exemplo de dedicação ao estudo.

A minha avó, D. Maria Barbosa, pelo seu amor e carinho eternos (*in memoriam*).

À Professora Lúcia Moutinho, a quem chamo “mainha”. Além de professora, e, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural – PADR, trata-se de uma guerreira, que com ternura consegue obter o melhor das pessoas em situações favoráveis ou adversas. Exemplo para inspiração e admiração.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco, na figura do Reitor Professor Msc. Valmar Corrêa de Andrade, assim como à Universidade Federal de Pernambuco, na figura do Reitor Professor Amaro Henrique Pessoa Lins, onde cursei minha graduação.

A todas as Instituições e pessoas que agregaram valor à minha trajetória educacional, a saber: Escola Souza Veras, Colégio Radier e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, onde obtive meu título de Técnico em Turismo.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural - PADR, construtores do saber. Em especial à Professora Vicentina Ramires, por ser sempre tão doce comigo e ainda me proporcionar o prazer de estar contribuindo para este trabalho. Ao Professor José de Lima, que gentilmente aceitou também compor o gabaritado time de examinadores, além da Professora Valdênia Apolinário, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que participa como membro externo de minha banca de defesa desta dissertação, obrigado a todos pelos valiosos conselhos.

Aos meus colegas de curso, em especial a João Marcelo e Maria Daniela, por terem me cativado.

A Cristiane, Renata, Rejane, Rafaela, Mário e os demais que dedicam esforços ao Mestrado, pelo apoio, trabalho e simpatia.

Ao Instituto Federal de Pernambuco - IFPE, mais uma vez, por ser hoje minha casa de trabalho. Na figura de todos os meus colegas queridos. Aqueles que tanto se importaram

comigo durante a realização desta dissertação. À Professora Maria José Gonçalves de Melo, pelas sugestões no começo deste trabalho e a ajuda de Albany Moraes, grande colega de trabalho e curso. Ao Professor Djair Teófilo que realizou as correções de ortografia e a professora Elizabeth Carvalho que o indicou.

Aos meus queridos amigos que participaram deste processo: Kelma Gomes, Lucíola Banqueiro, Tássia Barbosa, Airles Ribeiro, Valdeci Elias Jr. A Raquel Lira por seu carinho e conselhos. A Luciano Freitas por todo o auxílio neste trabalho e amizade. Ao Marcus, pelos “aperreios” e eterna paciência, coração de ouro! A Ana Cristina pelo carinho desde a Universidade.

A Ia, que, através da simplicidade de seu sorriso, me ensina a viver a vida como uma grande festa.

“Sou o coração do folclore nordestino
Eu sou Mateus e Bastião do Boi Bumbá
Sou o boneco do Mestre Vitalino
Dançando uma ciranda em Itamaracá
Eu sou um verso de Carlos Pena Filho
Num frevo de Capiba
Ao som da orquestra armorial
Sou Capibaribe
Num livro de João Cabral
Sou mamulengo de São Bento do Una
Vindo no baque solto de Maracatu
Eu sou um auto de Ariano Suassuna
No meio da Feira de Caruaru
Sou Frei Caneca do Pastoril do Faceta
Levando a flor da lira
Pra Nova Jerusalém
Sou Luiz Gonzaga
E eu sou mangue também

Sou Macambira de Joaquim Cardoso
Banda de Pife no meio do Canavial
Na noite dos tambores silenciosos
Sou a calunga revelando o Carnaval
Sou a folia que desce lá de Olinda
O homem da meia-noite puxando esse cordão
Sou jangadeiro na festa de Jaboatão

Eu sou mameluco, sou de Casa Forte
Sou de Pernambuco, sou o Leão do Norte”

Lenine

RESUMO

Por meio da presente dissertação, pretende-se evidenciar a hipótese de que as instituições públicas envolvidas no Turismo dos Eventos Culturais, no interior do estado de Pernambuco, possuem políticas direcionadas às necessidades locais, respeitando as identidades culturais, atendendo de forma equânime as diferentes regiões do Estado. As questões fundamentais que se objetivou analisar e responder foram: As instituições públicas envolvidas no Turismo dos eventos culturais no interior do estado de Pernambuco oferecem políticas adequadas às necessidades locais? Neste processo, estas mesmas instituições buscam a preservação das identidades culturais? A partir da percepção dos respectivos gestores responsáveis pelos eventos culturais, e considerando esses eventos vetores de desenvolvimento local, foi possível perceber um panorama deste segmento no interior pernambucano. A análise baseada na fala dos gestores sobre as Instituições Públicas envolvidas na gestão dos eventos culturais, considerando o atendimento aos municípios através de suas diferentes ações, possibilitou a proposição de considerações pertinentes sobre as Políticas Públicas propostas por esses agentes. Esta pesquisa caracteriza-se como um trabalho teórico-empírico tendo como base uma abordagem qualitativa. Os principais instrumentos de pesquisa foram: análise documental referente às políticas das instituições envolvidas e entrevistas com roteiros semi-estruturados, realizadas com os gestores das instituições. Através do estudo, verificou-se, nos últimos cinco anos, um incremento da política cultural no estado, destacando o interior, porém, essa interiorização da política ainda não é suficiente. Todavia, em gestões anteriores, as ações do Estado de Pernambuco para eventos culturais tratavam-se de um processo que contemplava em quase sua totalidade a Região Metropolitana, portanto este estudo verifica que foi quebrada a inércia verificada no passado. As políticas em voga buscam respeitar as identidades locais e não atendem, em sua maioria, municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Por fim, destacamos que o desenvolvimento advindo destas políticas não foi mensurado em dimensões quantitativas por fatores limitantes desta pesquisa como questões de acessibilidade, tempo, entre outras variáveis.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Políticas Públicas e Turismo.

ABSTRACT

This dissertation aims to evidence that public institutions, involved in the tourism of the Cultural Events in Pernambuco's countryside, have policies destined to the local needs, respecting cultural identities and attending in a fair mood the different regions of the State. The main questions which we intended to analyze and respond were: Do the public institutions, involved in the cultural tourism events in Pernambuco's countryside, have appropriated policies to their local needs? Do they respond to the cultural identities? Through the perception of the respective managers on these activities and considering such events as vectors of local development, it was possible to perceive the panorama of these events in the Pernambuco's countryside. The analysis, based on the managers' speeches about public institutions involved in the cultural event's management and considering the attendance to the municipalities, made possible the proposition of pertinent considerations about Public policies proposed by these agents. The research is characterized as a theoretic and empirical work in accordance to a qualitative approach. The main research instruments included: documentary analysis relating to policies and institutions involved, as well as interviews using semi-structured technique which were held with the managers of these institutions. As a result, it was observed, in the last five years, an increase in cultural policy in the state, including its countryside. However, the interiorization of such policy is still not satisfactory to the internal region. In previous managements, the cultural event's policies in Pernambuco used to contemplate only metropolitan area. On the other hand, this investigation verified that the inertia, in the past, was broken. These policies have sought to respect local identities and do not attend, mostly, cities with low Human Development Index. Finally, the development resulted of these policies was not measured in quantitative dimensions due to the limitations of this research on accessibility issues, time and other variables.

Keywords: Local Development, Public Policies and Tourism.

LISTAS DE FIGURAS

- Figura 01 Maracatu Rural Cambida Brasileira, 40
- Figura 02 Interações entre os Principais Atores das Políticas Públicas de Turismo Cultural em PE, 53
- Figura 03 Mapa das Regiões do Estado de Pernambuco, 67
- Figura 04 Emprego Formal nos Municípios, 69
- Figura 05 Detalhe do Prédio Sede da Fundarpe, 75
- Figura 06 Festival de Inverno de Garanhuns, 75
- Figura 07 Estado de Origem dos Visitantes em Eventos das Rotas Turísticas, 82
- Figura 08 Conhecimento do Programa Pernambuco Conhece Pernambuco – Visitantes dos Eventos das Rotas Turísticas, 83
- Figura 09 Motivação de Viagem dos Visitantes, 83
- Figura 10 Apêndice. 2 Portal Pernambuco Nação Cultural, 119
- Figura 11 Apêndice. 3 Site Pernambuco conhece Pernambuco, 120

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01 Diferenças entre Modelo Fordista e Novo Paradigma, 22
- Quadro 02 Calendário do Festival Pernambuco Nação Cultural em 2010, 79
- Quadro 03 Rotas Turísticas do Programa “Pernambuco Conhece Pernambuco”, 82
- Quadro 04 Políticas Culturais de alguns Municípios sem Ações Institucionais Turístico-Culturais e não Participantes da Conferência Estadual de Cultura, 104
- Quadro 05 Apêndice 1. Diretorias e Atribuições da Fundarpe, 117

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01 Comparação do PIB entre os estados do Nordeste – 2007, 60
- Tabela 02 Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Agreste Setentrional, 91
- Tabela 03 Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Agreste Central, 92
- Tabela 04 Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Agreste Meridional, 94
- Tabela 05 Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura na Zona da Mata Norte, 95
- Tabela 06 Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura na Zona da Mata Sul, 96
- Tabela 07 Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Sertão do Moxotó, 97
- Tabela 08 Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Sertão do Alto Pajeú, 98
- Tabela 09 Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Sertão de Itaparica, 99
- Tabela 10 Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Sertão Central, 100
- Tabela 11 Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Sertão Araripe, 101
- Tabela 12 Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Sertão do São Francisco, 102
- Tabela 13 Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura na Reg. Metropolitana, 102

LISTA DE ABREVIATURAS

AC – Atividade Cultural

APILAC - Arranjo Produtivo e Inovativo Local em Área Intensiva em Cultura

BAHIATURSA – Empresa de Turismo da Bahia S/A

BANDEPE – Banco do Estado de Pernambuco

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CD – Compact Disc

CFC – Conselho Federal de Cultura

COMBRATUR – Comissão Brasileira de Turismo

CONTUR – Conselho Nacional de Turismo

CREA–MG – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais

DVD – Digital Video Disc

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

EMPETUR – Empresa Metropolitana de Turismo

EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco

FIG – Festival de Inverno de Garanhuns

FUNCULTURA – Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico do Estado do Estado - Rio Grande do Sul

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

Mintur - Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

p – página

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PE – Pernambuco

PEA – População Economicamente Ativa
PCV – Programa Cultura Viva
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNT – Plano Nacional de Turismo
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo
RD – Região de Desenvolvimento
RMR – Região Metropolitana do Recife
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC - Serviço Social do Comércio
SEST - Serviço Social dos Transportes
SIC – Sistema de Incentivo à Cultura
TAR – Turismo em Áreas Rurais
TER – Turismo em Espaço Rural
TR – Turismo Rural
TV – Televisão
VTI – Valor da Transformação Industrial
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 15

1 CONTEXTUALIZANDO O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO, 19

1.1 Desenvolvimento Local, 19

1.2 Desenvolvimento Rural e as Atividades não Agrícolas, 24

2 TURISMO CULTURAL NO INTERIOR NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO, 28

2.1 Impactos Sócio-Ambientais do Turismo, 29

2.2 Turismo Rural, Turismo em Espaço Rural (TER) e Turismo em Áreas Rurais (TAR), 31

2.2.1 O Turismo Rural e o Desenvolvimento Local, 32

2.3 Turismo de Eventos Culturais, 35

2.4 Patrimônio Cultural, 38

2.5 Atividades Culturais, 40

3 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO CULTURAL EM PERNAMBUCO, 45

3.1 Políticas Públicas, 45

3.2 Políticas Públicas em Cultura, 49

3.3 Políticas Públicas em Turismo, 50

4 MÉTODO UTILIZADO PARA O ESTUDO, 54

4.1 Método de Abordagem, 55

4.2 Delimitação do Universo, 56

4.3 Instrumento de Pesquisa - Concepção e objetivos do roteiro semi-estruturado para entrevista, 56

5 ATIVIDADES CULTURAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, 58

5.1 Da Formação Histórica e Povoamento à Contemporaneidade, 58

5.2 Posicionamento das Áreas Culturais no Estado: distribuição espacial, 61

5.2.1 Principais Áreas Culturais Mobilizadoras de Desenvolvimento Local, 67

5.2.2 Perfil das Principais Áreas Culturais Segundo Grupos de Atividade no Interior de Pernambuco, 68

6. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TURISMO DE EVENTOS CULTURAIS NO INTERIOR DE PERNAMBUCO, 74

6.1 Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, 74

6.1.1 Eixos da Política Cultural, 75

6.1.2 Políticas Culturais, 76

6.1.2.1 Células Culturais, 76

6.1.2.2 Pontos de Cultura, 77

6.1.2.3 Fóruns do Festival Pernambuco Nação Cultural – Democratização da Política Cultural, 77

6.1.2.4 Política de Fomento – O Funcultura, 79

6.2 Empresa de Turismo de Pernambuco – Empertur, 80

6.3 Análise dos Dados, 85

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS, 107

8 REFERÊNCIAS, 110

9 APÊNDICES, 116

9.1 Apêndice 1, 116

10 ANEXOS, 117

10.1 Anexo 1, 117

10.2 Anexo 2, 119

10.3 Anexo 3, 120

INTRODUÇÃO

Entre acadêmicos, gestores de políticas públicas e atores sociais, não é mais adequada a discussão do desenvolvimento rural sob a perspectiva única do desenvolvimento econômico e agrícola. Esse debate emerge sob um novo prisma: o do desenvolvimento centrado em atividades não agrícolas e da pluriatividade que pode ser desenvolvida neste espaço, levando-se em consideração a diversidade e heterogeneidade do meio rural em seus aspectos socioeconômicos e ambientais.

As discussões acerca do desenvolvimento rural passaram a ser fortemente influenciadas pelas ações normativas e políticas públicas de intervenção do Estado. Segundo Schneider (2006), há uma nova percepção sobre o que é o desenvolvimento rural e o debate surge fundamentado por quatro pilares: o primeiro, e na sua visão, o mais importante, está relacionado com as discussões do potencial econômico e produtivo da agricultura familiar; o segundo fator está relacionado com a crescente influência e a ação do Estado no meio rural, que se dá através de diferentes políticas públicas, como as relacionadas com a reforma agrária, segurança alimentar, crédito rural, etc.; o terceiro fator refere-se às mudanças no âmbito político e ideológico; o último fator compete ao tema da sustentabilidade ambiental.

O cenário de globalização vivido desde a década de 80, do século passado, impõe um novo processo produtivo e arranjo das relações sociais. O desenvolvimento, a reboque, também desponta com um novo viés: aliado ao crescimento econômico e à utilização de fatores endógenos, com base nas produções locais, favorece a participação dos atores envolvidos (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Diante desses novos paradigmas de desenvolvimento rural, em que a imagem desse ambiente deixa de se relacionar apenas com um local de produção de *commodities*¹ agrícolas e passa a ser detentor de novas possibilidades por considerar as histórias locais e a cultura, o meio rural surge com uma nova configuração produtiva. Nessa nova dinâmica, o turismo emerge como alternativa possível de atividade não agrícola, atividade que resulta em diversos benefícios à região. A partir de uma participação adequada do poder público, que regula, articula e toma providências concernentes a garantia de infraestruturas, além de recursos suficientes a comunidade, é possível tornar esse meio de produção funcional, incrementando o desenvolvimento local.

¹ Termo utilizado como referência aos produtos de base em estado bruto.

O segmento de turismo em áreas rurais tem adquirido crescente relevância, propondo um conjunto de atividades típicas, que valorize fatores endógenos, promovendo o aquecimento econômico regional e, como consequência, observa-se melhoria de vida da população, assim como desenvolvimento local.

Considerando o valor da participação do setor público e da criação e aplicação de políticas públicas que consolidam a atividade turística como vetor de desenvolvimento local; e, ainda, sabendo que o turismo em espaços rurais é indutor deste desenvolvimento, questiona-se, no presente trabalho, se a atuação das instâncias públicas, através de ações, programas e projetos, tem influenciado o turismo rural de eventos culturais como vetor de desenvolvimento local no interior pernambucano.

Durante a pesquisa teórica dessa dissertação, foi percebida a necessidade de aprofundamento de estudos pertinentes a este segmento do turismo, atuação de gestores públicos e a influência de políticas públicas nas atuações das instituições responsáveis. A criação de bases materiais e apoio estratégico ao turismo rural, bem como a ampliação de políticas públicas que atendam o desenvolvimento local no turismo de evento no interior do estado de Pernambuco, reforçam a importância da literatura sobre este assunto.

Este estudo trata das Instituições Públicas e suas políticas (papel do Estado) como fatores decisivos no desempenho satisfatório das atividades turísticas, com ênfase nos eventos culturais que ocorrem na região interiorana de Pernambuco, relacionando esses episódios ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Assim, objetiva-se contribuir para reflexão sobre a referida temática, bem como prover novos estudos que lancem olhares sobre políticas que vêm sendo desenvolvidas neste segmento de serviços turísticos e culturais no estado de Pernambuco, a partir da identificação dos atores institucionais envolvidos e da investigação e análise crítica de suas ações.

A fim de analisar as políticas públicas estaduais para o Turismo de Eventos Culturais no Interior do Estado de Pernambuco, e essas políticas apontarem para uma atividade turística através da cultura como um vetor de desenvolvimento local, utilizando suas ações institucionais como instrumentos, são apresentados os objetivos específicos da dissertação:

- Identificar panorama dos Eventos Culturais no interior de Pernambuco;
- Identificar que Instituições Públicas estão envolvidas na gestão de Turismo de Eventos Culturais;

- Analisar criticamente as Políticas Públicas e ações atuais para estes segmentos, seus entraves na direção do desenvolvimento local e o alcance dessas ações e políticas até os municípios pernambucanos.

Este estudo se justifica por ser o interior pernambucano carente de oportunidades e, como a consequência disso a geração de desenvolvimento socioeconômico se faz urgente, nesse contexto a interiorização do Turismo de Eventos pode alavancar este processo através da criação de empregos, além da elevação de renda, melhoras na infraestrutura, entre outras benesses.

No intuito de buscar essas evidências, a dissertação está organizada em seis capítulos, e suas respectivas seções e subseções, mais o capítulo de considerações finais e esta introdução, do modo como fica indicado a seguir.

O primeiro capítulo, intitulado “Contextualizando o Conceito de Desenvolvimento para o Estado”, inicia a pesquisa identificando o conceito de Desenvolvimento adotado na dissertação, diferenciando-o dos demais conceitos encontrados na bibliografia pesquisada.

O segundo capítulo, cujo título, “Turismo Cultural no Interior do Estado na Perspectiva do Desenvolvimento”, trata de mudanças geradas através da exploração turística da cultura, da discussão sobre a Nomenclatura de Turismo Rural, do embate de turismo no interior e Desenvolvimento Local, do Turismo de Eventos Culturais e do Patrimônio e Atividades Culturais.

O terceiro capítulo descreve os passos metodológicos adotados para este estudo, bem como apresenta as instituições, define a abordagem e os instrumentos de pesquisa.

O quarto capítulo trata das Políticas Públicas para a área do turismo de eventos culturais no interior do estado. Mais especificamente dos fatos relacionados a essas políticas em Pernambuco nas últimas décadas, auxiliando na compreensão do curso deste período até a atualidade. O referido capítulo intitula-se “O Estado e as Políticas Públicas para o Turismo Cultural”.

O quinto capítulo discorre sobre as atividades culturais em Pernambuco. Analisa-se a sua formação, dados contemporâneos, distribuição espacial e suas principais Áreas Culturais mobilizadoras de desenvolvimento, segundo mapeamento realizado em outros estudos.

O sexto capítulo versa sobre as principais instituições envolvidas nas políticas de cultura e turismo do Estado de Pernambuco, descrevendo a atuação das mesmas (Fundarpe e

Empetur), através da apresentação de trechos das entrevistas realizadas com os seus respectivos gestores e fazendo o cruzamento de dados referentes às políticas aplicadas por região.

Por fim, destaca-se nas considerações finais, relevantes para o desfecho dessa dissertação através de proposições e críticas baseadas nas evidências encontradas durante o caminhar desta pesquisa, também são apresentadas as referências que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa. São fornecidos, ainda, anexos e apêndice contendo alguns dados e documentos para complementar a compreensão deste trabalho.

1 CONTEXTUALIZANDO O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

São muitas as abordagens dadas por autores para o termo Desenvolvimento. Dentre estas, muitas são alvo de críticas severas ao considerar as mazelas globais da atualidade resultantes de um modelo desenfreado de produção. Contudo, diante dos diversos conceitos existentes de desenvolvimento, considera-se apenas, para fins desta pesquisa, o conceito de desenvolvimento local.

O Desenvolvimento Local pode ser conceituado, genericamente, como processo endógeno de mudança, por levar melhoria da qualidade de vida da população e dinamismo econômico. Sua sustentabilidade só se torna consistente ao mobilizar potenciais locais e ao contribuir para as oportunidades sociais (RODRIGUES, 2002).

1.1 Desenvolvimento Local

Apesar de economistas de correntes teóricas preconizarem a noção de que a acumulação de capital pode prover por si só o desenvolvimento (SOUZA, 2007), solução essa que simplifica a realidade, agrupando todos os países a uma única situação, não se deve ater o desenvolvimento apenas ao crescimento econômico, devido ao fato de que os frutos dessa expansão não beneficiam necessariamente todos os segmentos produtivos da economia e o conjunto da população. Trata-se de uma expansão excludente, como, por exemplo, ter-se em vista que taxas de crescimento econômico elevadas não fazem o desemprego regredir numa rapidez coerente com o ritmo dessa aceleração econômica por diversas razões.

Alguns efeitos perversos advindos de modelos que preconizam a acumulação de capital como meio provedor de desenvolvimento é a transferência de excedente de renda, aumentando a concentração de renda e riqueza ou baixos salários que impedem a expansão do mercado interno. E isso é corroborado por alguns autores como Souza (2007), quando afirmam que:

Não existe uma definição aceita universalmente acerca do desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera o crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não condição suficiente. (SOUZA, 2007).

No Brasil, o desenvolvimento está relacionado historicamente a uma dívida com o bem estar social, visando prioritariamente o crescimento econômico, modelo legitimado pela

estrutura fundiária, relações de trabalho patronal, centralizadora com bases de políticas públicas que eram conduzidas e privilegiavam uma oligarquia que sempre esteve envolvida nas definições estatais, em detrimento do bem estar da maioria da população.

Esse panorama não configura um entrave econômico, ao considerar que, em muitos momentos de sua história, o Brasil acompanhou economicamente países industrializados, ainda que constituindo entraves ao desenvolvimento social, não investindo em meios que favorecessem a melhoria de vida para as populações através de acesso à educação e distribuição de terras (ARAÚJO, 2000).

Nos últimos 50 anos, existiram dois momentos distintos, no tocante a melhoria de vida populacional. Até a década de 70, do século passado, o modelo de crescimento econômico do pós-guerra – conceituado como fordismo – parecia tanto nos países industrializados como nos países emergentes. Solidamente implantado e consolidado, baseou-se no tripé da abundância de recursos naturais e energéticos, no aumento da produtividade do trabalho e na presença do Estado do Bem-Estar (ou Estado Desenvolvimentista, no Brasil). A economia crescia de forma extensiva e estimulada pelo consumo de massas, produção e ganhos de escala, além de rentabilidade das grandes companhias. Nos países considerados de Terceiro Mundo, a atratividade e a competitividade dos investimentos do capital externo se baseavam na oferta de mão de obra barata, abundância de recursos naturais e no limitado controle ambiental, externalizando os impactos ambientais do setor produtivo, reduzindo, dessa forma, custos de produção. Essas características do fordismo condicionaram a divisão internacional do trabalho: a integração subordinada de países como o Brasil, especializado na produção de matérias primas ou mesmo indústrias pesadas de baixo valor agregado (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Ainda considerando as leituras realizadas em Santo (2006), o fordismo se diferencia da fase anterior do capitalismo pela extraordinária expansão do consumo da população, ampliando os mercados e demanda por diversos produtos de novas indústrias; este comportamento no consumo só foi possível porque uma parte dos excedentes, gerada pelo aumento da produtividade de trabalho (viabilizado pelos avanços da tecnologia), se transformou em salários e poupança pública para regulação dos ciclos econômicos. Por isso, o fordismo convive com um conflito entre os interesses das empresas (setor privado), que pagavam baixos salários, maximizando a acumulação do capital e os do coletivo (inclusive do próprio capital) tornando necessária a distribuição de alguma parte dessa riqueza para elevação da demanda e do consumo de massa.

Para que haja funcionamento e dinamismo da economia é necessária uma grande massa de consumidores, com renda bastante para absorver a oferta de produtos ao consumidor final. Enquanto a produtividade do trabalho se ampliava, aumentava a renda e a acumulação, entre ganhos de salário e capital, a partir daí tornou-se possível vislumbrar a expansão da demanda de acumulação reproduzida em novos investimentos, possibilitadoras do crescimento econômico.

Nos anos 70, do século XX, esse modelo sofre abrupto declínio, devido ao esgotamento de seus postulados principais. Esse declínio deu celeridade à crise do petróleo, aumentando significativamente o preço dos combustíveis fósseis, ou seja, era o sinal de possibilidade de esgotamento de um dos principais recursos energéticos do planeta. Até este fato não se considerava o aspecto de finitude dos recursos energéticos. A economia e os economistas descobrem que recursos naturais não são inesgotáveis, e simultaneamente começa um estancamento de crescimento da capacidade produtiva, devido reforço das normas de regulação e deterioração financeira do Estado do Bem Estar Social.

No Brasil, essa deterioração se manifesta através da desorganização e falência do sistema estatal centralizado de promoção, da modernização e industrialização e do modelo de substituição de importações, do endividamento público e internacional, não só do Brasil como de muitas nações de industrialização recente, pontos passíveis a críticas sobre a lógica economicista.

Diante desta crise, surgem novos processos e inovações que preparam a formação de um novo paradigma de desenvolvimento, com novos olhares sobre a problemática do antigo modelo. O aprofundamento e rapidez da revolução tecnológica e organizacional, incluindo-se aí seus desdobramentos sociopolíticos, serviram de bases para as mudanças nos sistemas sociais e econômicos.

Desde os anos 80, apresenta-se um novo cenário mundial impondo a globalização como processo de produção e como forma de pensamento das relações sociais, Nesse contexto, se inserem visões de correntes preocupadas em incluir trajetórias regionais/ locais como fundamentais de maneira inovativa, então, o desenvolvimento passa a ser observado também, aliando os fatores de crescimento econômico à utilização de fatores endógenos, utilizando as produções locais e promovendo a participação dos atores sociais envolvidos. (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Segundo Almeida e Bricalli (2003), utiliza-se o termo Desenvolvimento Local para designar o tipo de desenvolvimento idealizado que alia anseios sociais aos interesses

econômicos utilizando racionalmente os recursos disponíveis. Dessa forma, busca-se através de forças endógenas das populações, o alcance de melhorias na qualidade de vida destas.

Para Buarque (2002), o desenvolvimento local é um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e pequenos agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento deve explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e a competitividade local: concomitantemente deve assegurar a conservação do patrimônio histórico, do patrimônio e recursos naturais já que estas são bases de sua potencialidade e garantem a qualidade da vida daquela população local. Esse empreendimento endógeno está relacionado a um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando suas capacidades, habilidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade. Houve uma mudança de paradigma, que, segundo esse autor, pode ser resumido no quadro 1.

Quadro 1 – Diferenças entre modelo fordista e novo paradigma.

FORDISMO	NOVO PARADIGMA
Crescimento econômico Extensivo, aumento do consumo das massas.	Crescimento econômico seletivo com diversificação do Consumo.
Economia de Escala (padronização e produção de grandes quantidades).	Economia de Escopo (Flexibilidade na produção e ganhos na qualidade diversidade dos produtos).
Competitividade baseada em abundância de recursos naturais, baixo custo de mão de obra e limitado controle ambiental (impactos ambientais externalizados).	Competitividade baseada em tecnologia, conhecimento, informação e recursos humanos qualificados e com controle da qualidade ambiental.
Estado de Bem Estar e interventor com gerência burocrática e crescente participação no PIB e no investimento social.	Novas institucionalidades e reorganização do papel do Estado para regulação e administração por resultados (Terceiro Setor).
Aumento da produtividade, dos salários (participação da renda nacional) e do emprego.	Aumento da produtividade e da qualidade, mudança das relações de trabalho e redução do emprego formal e do trabalho no valor do produto.

Continua

Quadro 1 – Diferenças entre modelo fordista e novo paradigma (continuação).

FORDISMO	NOVO PARADIGMA
-----------------	-----------------------

Dinamização da base industrial e do consumo de bens industrializados de massa.	Crescimento de novos segmentos e setores, especialmente o terciário, o de serviços públicos e o quaternário (serviços ambientais).
--	--

Fonte: BUARQUE, 2002.

Junto aos processos tecnicistas e econômicos, acirram-se as preocupações ambientais e sociais. Neste contexto, acontece nos anos 90, do último século, o segundo momento de discussão sobre desenvolvimento, este caracterizado pelos entraves inerentes a este processo e resguardando a gestão saudável dos recursos naturais, quando a sociedade passa a sentir as contradições e riscos gerados pela radicalização da atividade industrial nos últimos 200 anos.

O processo de desenvolvimento é compreendido como mudança que atende a maioria ou a sociedade como um todo, através de iniciativas endógenas ou exógenas e constituindo-se de caráter espontâneo ou de planejamento. A inclusão social e a participação expressiva da sociedade é que legitima hoje o desenvolvimento, não mais basta desenvolvimento apenas quantitativo, essa variável é incorporada como elemento crítico, porém não mais como definidor.

Oliveira (2001) afirma que o desenvolvimento local poderia corresponder à noção de desenvolvimento humano trabalhado pela ONU, ou seja, relacionados à satisfação de requisitos de bem estar e qualidade de vida. O autor, todavia, considera que ainda que pertinente não seja suficiente, já que faltam dimensões decisivas:

A primeira diz respeito, seguindo a trilha do conceito de subdesenvolvimento, a sua especificidade histórica, isto é, o não desenvolvimento local é um subdesenvolvimento forte de que ele é peculiar à periferia do capitalismo. Isso tem consequências teóricas e práticas. A outra dimensão é a da cidadania (...). Embora o bem-estar e uma alta qualidade de vida devam ser direitos dos cidadãos, não se devem colocar tais direitos como sinônimos de cidadania, pois este economicismo pagaria o preço de desconsiderar como cidadão os que não têm meios materiais de bem-estar e qualidade de vida (OLIVEIRA, 2001).

O autor ainda discorre a relação da noção de desenvolvimento e suas implicações na cidadania, quando afirma que:

... A noção de desenvolvimento local, como qualidade, ou ancora na cidadania, ou então será apenas sinônimo de certa acumulação de bem estar e qualidade de vida nos âmbitos mais restritos. A noção de cidadania que deve nortear a tentativa de mensurar os processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida refere-se ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa; trata-se de uma aquisição por meio do conflito. Este é, também, um ponto extremamente importante: em geral, do ponto de vista neoliberal, a cidadania é sinônimo de não conflito, de harmonia, de paz social, na contramão até mesmo da interpretação liberal na tradição de Rousseau, por exemplo. Como consequência, está-se elaborando um discurso sobre o desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos por todos os lados; desenvolvimento local é apresentado como um emplastro. (do romance de Machado de Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas) capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades. Pensado dessa forma, o desenvolvimento local tende a fechar-se para a complexidade da sociedade moderna e passa a buscar o idêntico, o mesmo, entrando, sem querer, perigosamente, na mesma tendência midiática da sociedade complexa. O desafio do desenvolvimento local é o de dar conta dessa complexidade, e não voltar as costas para ela (OLIVEIRA, 2001)

Através desta análise fica evidente que a diversidade de sentidos denotados do desenvolvimento local, e necessariamente este termo, comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania. Qualquer tentativa de transformá-la em modelos paradigmáticos está fadada ao fracasso.

Compreender diversidade das possibilidades de se tratar os conceitos de Desenvolvimento Local, além de sua complexidade e questões transversas faz com que se faça necessário um recorte maior sobre este tema, o situando em seu âmbito socioespacial.

1.2 Desenvolvimento Rural e as Atividades não Agrícolas

Para Navarro (2001), o desenvolvimento rural é “uma ação previamente articulada que induz ou pretende induzir mudanças em um determinado ambiente rural”. O Estado é agente principal desta proposta de desenvolvimento. Fundamenta-se em uma estratégia pré-estabelecida, metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e as demais características que têm como norte o desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001). O autor ainda complementa sobre os conceitos de desenvolvimento agrícola e agropecuário, que também estão integrados ao conceito de desenvolvimento rural e o de desenvolvimento agrário. Este último fazendo menção a todas as interpretações sobre o meio rural em suas dimensões, não se restringindo à estrutura agrícola.

No decorrer desta pesquisa, é recorrente a constatação do termo "desenvolvimento rural sustentável". Recentemente, este termo é utilizado para denominar a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e a exploração do solo pelas atividades agropecuárias com preservação ambiental. Tem sido empregado como uma novidade conceitual e as realidades a que se remete vêm sendo merecedoras de preocupações e de políticas não apenas nos países subdesenvolvidos. (ANDRADE, 2007).

Não se pode desprezar o aspecto predominantemente agrícola, assim como os aspectos socioeconômicos e políticos de determinado espaço temporal. Ambos são ferramentas para construção de políticas de desenvolvimento rural.

No campo da agricultura, a noção de desenvolvimento encontrou, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos e na Europa, um terreno de aplicação particularmente receptivo. Sob a ação conjugada do Estado, das indústrias agroalimentares e de uma camada de agricultores “empresariais”, o setor agrícola se inseriu no sistema econômico; leis foram impostas nesses países visando transformar a agricultura, setor ideologicamente considerado arcaico, tradicional e atrasado em um setor moderno, participando do crescimento econômico nacional. Difundiu-se a ideia influenciada por muitos economistas, de que a agricultura tinha um papel funcional e secundário ao “setor” industrial, ou seja, o de fornecer matérias-primas, força de trabalho barata e ser um mercado consumidor para os bens industriais. Por isso, no velho mundo e Estados Unidos, a industrialização tornou-se sinônimo de progresso e modernidade na sociedade industrial. Para Almeida (1995)

O conteúdo ideológico da modernidade na agricultura passa então a incorporar quatro grandes elementos: (a) a *noção de crescimento* (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a *noção de abertura* (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a *noção de especialização* (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o *aparecimento de um novo tipo de agricultor*, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional. (ALMEIDA, 1995)

Através das estruturas de promoção e “extensão” de novas tecnologias, desde fim dos anos 50, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, são colocadas em funcionamento as estruturas do desenvolvimento agrícola e rural que posteriormente foram difundidas em várias

partes do mundo. A noção de desenvolvimento é aqui, no entanto, restritiva, visto que se aplica essencialmente às mudanças e ao progresso das técnicas. Essas noções de desenvolvimento agrícola e rural, portanto, conservam uma significação restrita: primeiro, porque as operações reconhecidas como “de desenvolvimento” referem-se quase que apenas àquelas da produção; em segundo, porque os organismos e instituições, oficialmente designados para promover as ações de desenvolvimento, somente reagrupam o conjunto de organismos que se dedicam ao desenvolvimento. Na prática, entretanto, os institutos técnicos, as cooperativas, as ONGs, entre outras, também participam através de suas atividades na difusão de novas técnicas de produção, de comercialização e de gestão. Mesmo que muitas vezes seu papel não seja reconhecido e financiado oficialmente, elas são parte integrante do desenvolvimento agrícola e rural.

Nacionalmente, as características de destaque do desenvolvimento agropecuário são as bem sucedidas culturas de exportação, exploração predatória da natureza e do trabalho. Esses trabalhadores são condicionados a precários empregos e limitado acesso a terra.

No Brasil, assim como nos demais países dependentes do hemisfério sul, as formas de desenvolvimento adotadas basearam-se, desde sua formação, no latifúndio e na produção de interesses dos países dominantes. Tal situação favoreceu a grande propriedade latifundiária, que não despreendeu esforço para o desenvolvimento do mercado interno, tampouco forças produtivas locais, favorecendo o agravamento de problemas sociais.

Assim, o Brasil destaca-se como forte produtor do setor agrícola no cenário mundial. O problema agrário atinge a classe da população pobre – representada pelos trabalhadores. Nesse contexto, as atividades não agrícolas vêm ganhando destaque no meio rural por proporcionar uma alternativa de desenvolvimento econômico e social a estas populações. Essa diversificação vem crescendo desde meados dos anos 80 e é causada pela redução de postos de trabalho tradicionais no campo, levando a população economicamente ativa a buscar formas alternativas para complementação da renda.

A partir de meados da década de 1990, as discussões e pesquisas em torno das formas de ocupação da força de trabalho nos espaços rurais do Brasil passaram a incorporar os temas das atividades não agrícolas e da pluriatividade. A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), demonstra que a presença das atividades não agrícolas na estrutura agrária brasileira havia assumido proporções bem significativas, apontando para a generalização dessas formas de ocupação em todos os tipos de categorias sociais presentes no campo. Segundo os dados apresentados pela

pesquisa, nos anos noventa, do século XX, o número de pessoas residentes em áreas rurais do Brasil e ocupadas em atividades não agrícolas cresceu a uma taxa de 2,5% ao ano, proporção superior ao desempenho da população economicamente ativa (PEA) ocupada em atividades agrícolas, que no mesmo período caiu 2,2% ao ano (GRAZIANO *et al*, 1996). É importante salientar que muitos moradores de áreas interioranas se mantêm de transferências governamentais, além dos que decorrem da crise do sertão antigo (gado-algodão).

Além de toda modernização tecnológica nos meios tradicionais de produção rural, o aumento do tempo livre, proporcionado por esses avanços, a ampliação e a melhoria de vias de acesso terrestre, facilitando a locomoção entre os centros urbanos e as áreas rurais, a ocupação de residências secundárias em áreas rurais, o estresse e o alto custo de vida urbano e a busca da vida junto à natureza foram fatores que propiciaram a transformação do meio rural nesses últimos anos. Esse processo se dá de forma pontual no Nordeste brasileiro.

As atividades não agrícolas compreendem questões relacionadas à prestação de serviços, o comércio, à indústria, o transporte, às comunicações, o turismo entre outras. O meio rural brasileiro não pode mais ser considerado exclusivamente agrário. Esse meio passa a ter um caráter de espaço agrícola e de bens e serviços não agrícolas, diferenciando sua identidade e possibilidades de desenvolvimento local.

Dentre as atividades não agrícolas, o turismo é apontado como possibilitador de melhorias econômicas e de qualidade de vida da população local, sendo meio provedor de renda e emprego a ser desenvolvida junto às atividades realizadas localmente. Por outro lado gera impactos de descaracterização cultural, além de diversas mazelas sociais etc.

2 TURISMO CULTURAL NO INTERIOR NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO

O fenômeno turístico não é novo na história da humanidade. Diversos motivos moveram este setor, tais como: econômicos, políticos, sociais, culturais, esportivos. Os primeiros deslocamentos humanos se destinavam à sobrevivência, busca de alimentos e coleta de frutos silvestres. As grandes navegações, de intencionalidade comercial, marcaram a expansão do turismo. As peregrinações com motivos religiosos, como as cruzadas ou as viagens de jovens da elite europeia com objetivos educacionais são outros exemplos de deslocamentos que serviram de alicerce para a atual ideia de turismo. (LIMA, 2010).

O turismo assume, hoje, um papel de vetor de desenvolvimento econômico, sendo grande responsável pela economia de diversos países. A OMT (Organização Mundial de Turismo), que compõe uma das agências das Nações Unidas e que é a principal organização internacional no meio turístico, ao abordar o turismo, afirma que

As atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares diferentes do de sua moradia habitual, por um período de tempo contínuo inferior a um ano, com fins de lazer, por negócios ou outros motivos, não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar de destino (OMT, 2008 apud LIMA 2010).

Segundo Rodrigues (2002), “o turismo é reconhecido de modo oficial por suas potencialidades como fator de desenvolvimento, em várias escalas, nacional ou local”. Além de importante fonte de renda, o turismo revigora áreas estagnadas anteriormente, incentivando a organização e participação das comunidades receptoras. Esses fatos se dão principalmente através de capacitações profissionais e redistribuição da renda gerada.

Os estudos de abordagem sustentável do turismo têm se intensificado, buscando um equilíbrio entre desenvolvimento econômico, social e ambiental para que a exploração do turismo maximize a utilização dos recursos e diminua o dano ao meio.

A OMT, citada ainda em Rodrigues (2002), define turismo sustentável como o tipo de turismo que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia suas atividades para o futuro. Este turismo é visto como condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integralidade cultural, dos processos ecológicos e dos sistemas que garantem a (qualidade de) vida.

Qualquer forma de turismo que privilegie as comunidades locais, envolvendo a manutenção da população, pode ser classificada como turismo sustentável (LIMA, 2010). Essa afirmação advém do reconhecimento que a sustentabilidade abrange dois grandes eixos de discussão: o ambiental e a condição humana, isso acaba o mito de que apenas o turismo praticado em florestas, locais bucólicos, ambientes que não contenham características urbanas, é considerado sustentável.

2.1 Impactos Sócio-Ambientais do Turismo

É inerente à atividade turística ser causa de impactos positivos e negativos nos locais onde acontece. Faz-se necessária uma compreensão desses impactos nos campos social, ambiental e econômico. Para isso, recorre-se a Bathke (2002) que afirma ser o turismo uma atividade crescente em todo mundo, cujo crescimento está baseado em uma lógica quantitativa, resulta na desordem do espaço e nas relações de produção que se fazem presentes no mesmo, provocando danos ao ambiente e às populações ativas. Todo processo de produção gera impactos no meio e, apesar de todos os benefícios proporcionados pela atividade do turismo, ele apresenta efeitos econômicos, sociais, culturais em ambientes múltiplos. Portanto, seus resultados não serão equivalentes em todas as partes e nem para todas as pessoas envolvidas. Os impactos positivos ou negativos, de ordem econômica, espacial, cultural e social podem apresentar-se em diferentes intensidades, de acordo com o porte da ação e da intervenção no meio.

Para que o turismo proporcione efeitos favoráveis nas localidades implantadas, é necessário que além de uma conscientização dos usuários, haja uma planificação adequada das instâncias governamentais, das empresas e das comunidades envolvidas. Esta planificação deve estar associada à visão de sustentabilidade dos projetos e ações turísticas, fundamentais para o sucesso e a minimização dos impactos negativos. Essa tarefa, porém, torna-se difícil, pois prover oportunidade e acesso ao maior número de pessoas possível contrapõe-se à tarefa de proteger e evitar a descaracterização dos locais privilegiados pela natureza e patrimônio cultural das comunidades.

Pode-se dizer que por mais que uma atividade turística seja promissora, existe a possibilidade de causar impactos não desejados em outros aspectos. A atividade planejada, com participação do maior número de atores sociais, visa à minimização desses impactos

negativos nas diversas áreas, promovendo a sustentabilidade da atividade e gerando o desenvolvimento daquele local.

Em relação aos impactos econômicos do turismo, os principais efeitos positivos para Bathke (2002) são: a geração de divisas, de renda e de impostos; a melhoria da estrutura econômica e o incentivo à atividade empreendedora. Existem ressalvas quanto à necessidade de importação de produtos para atendimento às demandas dos turistas, fato que provoca evasão de divisas, além da dependência exclusiva da atividade turística provocar declínio de outras atividades econômicas; a sazonalidade da atividade pode determinar uma abrupta queda no fluxo de turistas em determinado período anual e comprometer esta localidade, ocasionando desemprego nesse espaço de tempo.

Um aspecto de difícil identificação reside nos impactos socioculturais gerados pelos turistas para as localidades receptoras: “é evidente que o turismo tem um grande número de custos sociais e culturais em potencial. Enquanto pode ajudar, reconhecer e promover culturas distintas, pode também alterar ou distorcer padrões culturais no processo de crescimento” (LAGE; MILONE, 2000).

Krippendorf (2009), afirma que também não se leva em consideração as sensações da população local ao ser observada e questionada sobre seus costumes mais peculiares e assuntos de repercussão local. Os visitantes não imaginam o quanto pode ser causador de transtornos para o equilíbrio emocional, religioso, cultural, econômico e ecológico para as regiões visitadas e de suas populações. Segundo Bathke (2002), os impactos desfavoráveis ocorrem com mais intensidade no turismo de massa e podem comprometer a autenticidade e espontaneidade das manifestações culturais.

O choque entre as culturas pode desenvolver nas comunidades receptoras, em algum momento, certa apatia em relação aos turistas, mesmo havendo todo um processo de circulação de renda e desenvolvimento local. Com o tempo, as relações se estreitam de tal modo que pode haver perda da identidade cultural da comunidade receptora devido à exposição a outras culturas.

Em relação aos meios ambientais, atividades danosas à natureza são reflexos da busca de resultados financeiros imediatos, com o turismo não é diferente. A construção de resorts, por exemplo, em detrimento da fauna de uma ilha, causa efeitos irreversíveis. A exploração do turismo de uma forma harmônica está intrinsecamente ligada ao planejamento, para que essa exploração não comprometa seu meio natural.

2.2 Turismo Rural, Turismo em Espaço Rural (TER) e Turismo em Áreas Rurais (TAR).

A primeira grande questão para início de uma reflexão sobre Turismo Rural (TR) no Brasil é a imprecisão de conceitos, a qual parece estar vinculada à tentativa de classificação baseada em parâmetros europeus, o que resulta em graves equívocos por se tratarem de realidades tão diferentes e complexas (RODRIGUES, 2002). Até mesmo a comparação entre países europeus mostra modalidades distintas no que concerne ao turismo em espaço rural, não havendo afinidade de critérios para classificação. Rodrigues ainda diz que o turismo rural estaria correlacionado a atividades agrárias, passadas e presentes, que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente natural.

Tulik (2003) se refere também ao termo Turismo nas Áreas Rurais (TAR). O autor faz menção à utilização frequente desses termos em países europeus e sendo para os estudiosos, sinônimo de turismo rural. Caracteriza-se como uma expressão genérica que não considera o caráter do meio rural.

O Ministério do Turismo (2001, apud LIMA 2010, p. 18) versa sobre o conceito de Turismo Rural como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

Bathke (2002), ao discorrer sobre agroturismo, refere-se ao mesmo “como estratégias de diversificação produtiva das propriedades rurais no intuito de gerar rendas não agrícolas para fazer frente à queda da rentabilidade dos seus negócios tradicionais”, exemplos como o “pesque pague”, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, o artesanato, sempre como atividades internas ligadas à propriedade, compondo seu cotidiano em diferentes intensidades. No Brasil, o termo agroturismo é empregado quando a atividade turística ocorre em propriedades agropecuárias produtivas, podendo estas propriedades serem denominadas de Hotéis Fazenda. O turista se hospeda e, ao depender do estabelecimento, pode participar ou não dos trabalhos realizados na propriedade rural.

Rodrigues (2002) traz um comparativo do conceito de Turismo lusitano e o nacional. O sentido brasileiro de turismo rural é mais abrangente, por integrar a fruição dos recursos naturais, atividades desportivas, tecnológicas, bem como elementos intangíveis de cultura e do modo de vida das comunidades rurais.

Joaquim (2001 apud TULIK, 2003) diz que o Turismo em Espaço Rural recobre um conjunto de atividades turísticas, apresentando grandes diferenças no interior dos países da Europa, que se relaciona com os diferentes conceitos de rural e com as várias interpretações que o Turismo Rural assume. Para Joaquim, o traço distintivo do TER é a sua especificidade familiar, obrigatória nas modalidades do Turismo Rural e Agroturismo.

Por sua vez, Cunha (1998) afirma ainda que a expressão Turismo no Espaço Rural (TER), utilizada para se referir ao produto turístico baseado no meio rural, tem sentido extremamente amplo e ambíguo, não sendo possível uma delimitação de seu âmbito, nem definição de seu conteúdo.

Turismo rural, considerando a amplitude de seu sentido, consiste no aproveitamento turístico do conjunto de componentes existentes no espaço rural, incluindo aqueles basicamente rurais e culturais e elementos da natureza.

Considerando as divergências teóricas que ora apontam para a existência de diferenças entre TER, TAR e TR, ora nos permite a utilização desses termos como equivalentes, será adotado para este estudo o uso dos termos de forma semelhante. Ressalta-se, porém, que algumas correntes não aceitam que a expressão Turismo Rural deva ser utilizada em atividades mais específicas.

2.2.1 O Turismo Rural e o Desenvolvimento Local

O Turismo Rural valoriza o ambiente que está sendo explorado por sua capacidade de enaltecer a cultura e a diversidade natural da região, proporcionando a conservação e a manutenção do patrimônio histórico cultural e natural. Pode contribuir para um rearranjo da organização social e economia local por proporcionar benefícios diretos à população local, que participa direta ou indiretamente das atividades relacionadas ao turismo.

Uma potencialidade, também inerente, é a criação de mercado de consumo local para os produtos de origem agrícola, oferecendo uma alternativa para complementar a renda das famílias rurais. Esse mercado pode ser explorado através de produtos característicos da região possuidores de qualidade diferenciada, se comparados aos encontrados no comércio varejista tradicional. Um exemplo de sucesso é a venda de produtos orgânicos sem agrotóxicos, que enfatizam as propriedades nutricionais de alimentos naturais. Esse tipo de produção, por ocupar mais o tempo do agricultor e requerer certos tratamentos culturais peculiares, constitui um nicho de mercado cuja viabilidade se legitima, embora não exclusivamente, em função de

preços mais altos pagos por consumidores de mais alto poder aquisitivo. Em um contexto onde existem ações relacionadas ao turismo rural, existe um contato quase que direto entre o agricultor e o consumidor final desses produtos, o que diminui o processo de circulação de mercadorias de compras, possibilitando patamares mais justos de compra para ambos os envolvidos (SCHNEIDER & FIALHO, 2000).

A comunidade local também é beneficiada com as iniciativas de expansão e consolidação da atividade turística no meio rural pela realização de melhoria da infraestrutura, modernização e acesso a novos serviços tais como saneamento básico, pavimentação e ampliação de estradas, acesso a telecomunicações, revitalização de áreas degradadas, conservação de patrimônio histórico e natural.

Tanto a criação de mercados para produtos agrícolas como valorização das características naturais e culturais e melhoria da infraestrutura, para atender a demanda turística, ampliam o mercado local e a absorção da força de trabalho, estas podem atender tanto as atividades rurais quanto atividades não-rurais.

Um não planejamento da atividade turística, assim como a ausência de fiscalização realizada pela população e pelo setor público local pode acarretar impactos indesejados sobre o meio ambiente, economia e sociedade local (no caso de empreendimentos estranhos no local de origem, como parques temáticos de diversão, da exploração de recursos naturais, quedas d'água, represas e lagos, formados através da intervenção humana – exemplos usinas hidroelétricas). O aumento do fluxo de turistas em uma região que não está devidamente pronta para recebê-los pode desencadear um processo danoso ao meio ambiente, por exemplo, uma comunidade pequena que não tenha uma rede de esgotos compatível com a população usuária (residentes e visitantes). Neste caso, uma poluição em maior escala é causada pelos dejetos lançados nos rios, que em curto prazo pode afugentar visitas de turistas, além da degradação ambiental e perda da atratividade (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2009).

Em relação à comunidade local, o turismo rural também quando não planejado e organizado pode acarretar diversos danos e impactos. Um deles é a descaracterização da cultura local devido à mudança nos padrões de sociabilidade tradicionais, por sua vez decorrente da intensificação das relações de mercado e ampliação sociocultural, em especial para os mais jovens, que em muitos casos acabam negando as práticas culturais maternas como a língua e o folclore. Outro efeito causado é o aumento do tráfego de pessoas pela ampliação da mobilidade populacional, o que não atende talvez o anseio de toda população.

Ainda, percebe-se que o turismo rural é seletivo em relação às áreas onde ocorre sua expansão. Assim, enquanto que em determinada localidade esta atividade pode dinamizar a economia, em outras pode conduzir à depressão e à crise, acentuando desequilíbrios regionais e contrariando o sentido original da iniciativa. O aumento da criminalidade de forma geral, violência e consumo de drogas, mazelas típicas de situações sociais de intensificação das relações humanas. A ocorrência do aumento do custo de vida das populações residentes do local, em especial relativos aos custos de moradia e serviços é outro efeito negativo causado. Esses problemas podem ser contornados pela população local e pelas instâncias públicas através de medidas e proposição de políticas planejadas. As adversidades lançam luz à cautela nas ações relativas a atividades do turismo e não ao seu desestímulo.

Outra consequência da expansão do turismo rural em região com predomínio de pequenos produtores diz respeito à valorização das terras. Em momentos de expansão, alguns camponeses aproveitam a alta dos preços de suas propriedades para vendê-las e migrar para os grandes centros urbanos. Como efeito da seletividade do mercado de trabalho em grandes cidades, em um curto espaço de tempo, esses retirantes são levados a retornar ao seu local de origem, porém sem a condição de serem proprietários, ocupando subempregos como de caseiros, auxiliares, vigilantes, pedreiros, entre outras profissões (SCHNEIDER, 2000).

Em alguns casos, algumas localidades são transformadas e adequadas atendendo aos interesses econômicos privados, em geral por agentes externos, que veem o espaço rural e sua população como meros coadjuvantes no processo. Esse tipo de iniciativa, com mínimo ou nenhum benefício ao desenvolvimento local da população rural, é típico de patrimônios como parques florestais, águas termais e iniciativas de turismo predatório. Os turistas se dirigem para determinado local específico de lazer, geralmente com duração de apenas um dia, não havendo contato nem interesse de usufruir ou patrocinar outras opções ou interagir com a comunidade local.

As categorias sociais mais atingidas pelos impactos negativos são os pequenos produtores rurais. Isso acontece, principalmente, devido aos problemas de escala, acesso aos recursos e não integração, o que justifica para agricultores familiares dificuldades para participação da atividade turística. O não acesso aos investimentos necessários para o ingresso nesse mercado do turismo, assim como em qualquer atividade comercial, tem se pautado pelos impedimentos ao acesso aos programas de financiamento, por incapacidade de garantias de tomada de crédito.

A barreira cultural que apregoa a não aceitação da ideia de uma atividade ligada ao turismo devido à tradição arraigada de ser agricultor “full time” (tempo integral) é mais um fator que dificulta de inclusão deste homem tradicional rural em um novo processo produtivo. Um abrupto processo de mudança de atividade pode ser prejudicial, pois pode ocorrer um abandono completo da agricultura por parte de ingressantes, implicações como aumento da dependência externa, elevação do custo de vida familiar e comprometimento do abastecimento local de produtos agropecuários.

2.3 Turismo de Eventos Culturais.

Considerando as teorias européias acerca do Turismo Rural, Bueno et al. (1995 apud TULIK, 2003) que se referem a Andaluzia, localizada na Espanha, e se aplicam ao Turismo Alternativo, um grupo maior: Turismo Cultural, no qual está inserido o Turismo Rural com seus subtipos. A justificativa pode estar no conteúdo cultural que impregna o Turismo Rural. Salientando, porém, que todo tipo de turismo tem uma base cultural que permeia a atividade.

Este Turismo Alternativo não se aplica ao Turismo Rural especificamente, contudo ao turismo de maneira genérica. Baseia-se na pressão ambiental do turismo sobre determinadas áreas. Dois grupos resultam desses critérios: o Turismo Convencional e o Turismo Alternativo.

O ponto incomum entre o Turismo Alternativo, tipologia que mais de perto interessa ao Turismo Rural, é compreender essa forma como uma oposição ao Turismo convencional, em especial ao turismo de “sol e mar”, internacionalmente massificado. Inúmeros tipos identificados como diferentes atividades e segmentos de demanda despontam como tipos relacionados ao turismo alternativo: o próprio Turismo Rural, Turismo de Cultura, Turismo de Aventura, Ecoturismo.

Polêmicas foram criadas em relação à expressão Turismo Alternativo por seu caráter ambíguo de apontar por uma substituição do turismo de massas, sem riscos de conduzir a novas concentrações ou malefícios ao meio e outros impactos também destruidores e homogeneizantes, críticas comuns à história do turismo em suas áreas mais conhecidas.

A questão da sustentabilidade, ponto a que se remetem as ponderações citadas anteriormente, pressupõe que o Turismo Rural, enquanto alternativo ao turismo de massa, deve nortear-se por princípios de menos escala, o que se supõe que diminuiria a degradação ambiental. Na prática, é possível verificar que em alguns locais de visita turística ainda,

que propriedades naturais protegidas, existam formas de turismo não-urbano que assumem configurações de massificação. O turismo Alternativo induz a uma eminência de promessa que na prática pode-se não cumprir.

O Turismo Cultural é definido de maneira estreita como segmento que trata de viagens motivadas por estudos, ação de destaque em alguns países (FUNARI & PINSKY, 2003). Contudo, a cultura extrapola este sentido e não se restringe ao estudo formal, todas as ações humanas compõem ou fazem parte da cultura.

De forma mais ampla pode-se considerar que todo turismo é cultural. No entanto, este ponto de vista teórico necessita ser problematizado, novas formas de fazer turismo, advindas do turismo de massa, como que sem não se tenha que sair de seu próprio ambiente. O turismo cultural, neste contexto, caracteriza-se não pelo que se vê, mas como se vê.

O Turismo Cultural efetiva-se quando há apropriação de algo que possa ser caracterizado como bem cultural, ou seja, seu patrimônio cultural. O peso atribuído ao termo patrimônio cultural abrange tudo que constitui parte do que foi de engenharia humana, pode-se ampliar de maneira vasta essa compreensão do conceito, com todas as implicações decorrentes, das questões epistemológicas às práticas.

No meio turístico, existe uma tendência a considerar o patrimônio cultural como aquele que se volta para certos tipos de atividades mais propriamente “culturais”, tais como visitação a museus, cidades históricas, roteiros temáticos como a rota de queijos e vinhos em algumas cidades do Rio Grande Sul e em Pernambuco, por exemplo. Este aspecto é de suma importância para o turismo moderno, pois podem ser identificados grandes países, regiões e cidades receptoras como destino de visitantes ávidos por cultura, como é o caso da Itália. No Brasil, constatamos situação semelhante em algumas cidades mineiras.

Alguns estudos destacam a importância da folkcomunicação² como instrumento do turismo cultural. Porém, por limites do escopo deste trabalho, indicamos a leitura dos textos de Ramos e Maciel (2008) e diversos textos de Luiz Beltrão para aprofundamento sobre o tema.

Neste estudo, considera-se o Turismo Cultural conforme o ministério do Turismo (2010): “Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

² Para Beltrão (2001) trata-se de um conceito de comunicação ampliado, que não apenas trata de troca de notícias, mas contempla educação, entretenimento e diversão de modo que se utiliza o sistema estabelecido de comunicação social para uma diferenciação da comunicação folclórica.

Menos difundidas academicamente, o turismo festivo, intimamente relacionado com patrimônio cultural, atrai no Rio de Janeiro cerca de um terço dos turistas estrangeiros, devido seu carnaval e *Réveillon*. No Nordeste, Caruaru e Campina Grande também exercem forte atração turística com seus festejos juninos, estes podem ser mais detalhadamente estudados em Silva (2010) e Morigi (2001).

Em certo sentido, o folclore pode ser considerado como a expressão cultural mais legítima de seu povo. O mesmo expressa de forma figurada histórias e rituais que, além de encantarem ao turista, permitem que se trave contato direto com muitas manifestações de sua identidade local. Inserem-se, neste contexto, os eventos culturais como fator de movimentação turística, integralizando ações educacionais, comunitárias e sociais que visam promover o maior acesso do cidadão aos bens e serviços da cultura.

Em Melo Neto (2003), encontra-se uma crítica da visão de evento com cunho de celebração predominante no Brasil ao longo dos últimos anos. A cultura é vista como produto de consumo imediato, e a realização de eventos como estratégia de marketing para alavancar este processo. Existe um predomínio do evento cultural sobre o produto cultural, privilegiando-se eventos associados a comemorações de data cívicas e festivas. Esses eventos são para multidões e privilegiam o aspecto de entretenimento puro.

Os eventos culturais e/ou de entretenimento com possíveis extensões de sua atividade são os que comportam ações de transformação. Estes se apresentam através de: a) ações transformadoras de extensão cultural, adequadas aos eventos de entretenimento com marcantes elementos culturais ainda pouco explorados, e b) as ações transformadoras de extensão diversional (relacionada à diversão, lazer e entretenimento), aplicáveis aos eventos culturais com destacados elementos de entretenimento. Ambos os tipos devem ser gerenciados em bases inovadoras. Ao serem corretamente geridos ganham vitalidade, economia própria e novos significados. Dessa forma, tornam-se patrimônio cultural da cidade, região ou país, abre novas perspectivas para o enriquecimento do patrimônio cultural.

A promoção da cultura pela realização de eventos é um aspecto concernente a mercantilização da cultura. Esta deve ser estimulada preservando a identidade cultural e promovendo, através da economia da cultura e dos seus segmentos de venda de produtos e serviços possíveis, relações comerciais e de negócios.

2.4 Patrimônio Cultural

É de grande importância o cuidado com os bens móveis e imóveis considerados de interesse público em função de sua importância cultural ou natural. Porém é constatada a emergência de conservação desse patrimônio, cada vez mais exposto às ameaças de destruição, não apenas pelas causas convencionais de destruição, mas também pela evolução da vida social e econômica que eleva o grau de agravamento da situação. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) é a entidade responsável por promover identificação, proteção e preservação do patrimônio cultural e natural em todo mundo, por mandado conferido por tratado internacional firmado em 1972 e ratificado até este ano por 164 países. (FIGUEIREDO, 2010).

Os locais de patrimônio mundial pertencem a todos os povos do mundo, independente de sua territorialidade, isso é garantido pela Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial.

Constitui-se patrimônio cultural todo conjunto de bens culturais, materiais e imateriais, que possuem valores históricos, artísticos, científicos ou associativos e que definem, em diferentes escalas, a identidade de uma comunidade, um Estado ou uma Nação e que devem ser preservados como legado às gerações futuras. (IPHAIE, 2004)

Referindo-se a patrimônio cultural para um conjunto amplo que inclui nossa cultura e herança coletiva. No contexto de modernidade, patrimônio cultural indica sempre a existência de um sujeito coletivo. Assim tem-se o “patrimônio cultural” de uma comunidade, de um estado, de um país ou até “patrimônio cultural” da humanidade.

Segundo o CREA-MG (2004), durante longo período, imaginou-se a cultura de um povo apenas pelas suas obras de arte e pelas manifestações mais eruditas. Hoje, entretanto, sabe-se que a cultura ultrapassa esta dimensão: a cultura é a maneira que o homem tem de se relacionar com a natureza e com os outros homens. Portanto, a maneira que um determinado grupo tem de cultivar sua terra, suas ferramentas, sua culinária, suas festas são elementos de sua cultura e são tão representativos enquanto elemento quanto obras de artes tangíveis. Nesse sentido, hoje se considera que o patrimônio cultural de um povo compreende a obra de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido a vida.

Deste modo, o patrimônio cultural de um povo é o maior depositário de sua identidade, daqueles elementos diferenciais que o caracterizam. Segundo CREA-MG (2004)

“o patrimônio cristaliza em suas manifestações as especificidades de uma cultura a maneira de um povo trabalhar, construir, festejar, enfim, sua maneira de viver”.

No entanto, o que se considera patrimônio cultural de um povo não vai ser algo dado, mas sempre o produto de uma escolha – a escolha do que é significativo para aquele povo. Então, quando se pensa em patrimônio, nunca se pode esquecer que são os valores atribuídos às coisas e lugares, que vão dar significado a tais coisas e lugares, em relação às outras, e que os transformam em “patrimônio”.

Para preservação de patrimônio, é necessário:

...ter em mente que o objetivo não pode ser simplesmente manter a dimensão material daqueles bens, mas sim manter os valores representados por aquele patrimônio. Afinal, são aqueles valores que em última instância, fazem com que aqueles bens sejam considerados parte do patrimônio cultural. É imprescindível saber com precisão o que ele realmente significa para as diversas camadas da população e que valores estão em jogo ali (CREA-MG, 2004).

Quanto à gestão do patrimônio cultural, de acordo com o CREA-MG (2004) “a comunidade abrange o conjunto de pessoas e instituições que interagem para atingir um objetivo comum”. No caso, ela é formada pelas pessoas físicas que se identificam com o patrimônio cultural e pelos órgãos que cuidam de sua preservação. Essas pessoas e instituições devem trabalhar de forma integrada e complementar.

O patrimônio cultural pode ser preservado mediante um conjunto de ações que garantam a sua permanência com os seus diferentes valores e significados – artísticos, paisagísticos, científicos, históricos e/ou simbólicos - na vida de uma comunidade de um determinado espaço/ local.

Sobre legislação específica, sabe-se que existem muitos métodos legais que visam a preservação do patrimônio cultural, existem as leis federais, os decretos-lei, leis estaduais e decretos estaduais. Toda essa legislação foi criada para garantir cuidados, e sem o respaldo delas não seria possível aos Estados assegurarem a proteção de seu patrimônio (VIEIRA, 2008).

Perceber e respeitar a história significa, segundo CREA – MG (2004), admirá-la na realidade de uma cidade dinâmica e viva. O passado tem suas lições para o presente e a maior delas é a dimensão humana e ecológica de suas construções. Assim, o passado tem de ser integrado ao cotidiano de cada um, não como uma lembrança isolada de um tempo morto, mas fazendo parte ativamente de reflexões da vida coletiva.

Ainda de acordo com o CREA – MG (2004) “o presente não tem poder de destruir o passado, assim como o passado não pode impedir a existência do presente. Os problemas desse convívio têm de ser encarados e solucionados com a participação de todos”. Seguindo este raciocínio, entende-se que nossas tradições devem ser consideradas sempre em que novas ações, para o desenvolvimento das cidades, forem necessárias dentro de um mundo em permanente mudança.

Destaca-se que nenhuma construção humana, em si, é melhor que outra embora possa contar mais ou menos histórias, dispor de mais ou menos lembranças. Nenhuma delas deve ser pensada como se fosse única, sozinha é preciso levar em conta os seus vizinhos, a rua, a paisagem, a história e, sobretudo, que ela apareça com dignidade no meio de outras construções. A cidade, a comunidade é um todo que vive a partir de muitas ações, e pensar nisso é o ponto inicial para preservação das tradições.



Figura 01 Maracatu Rural Cambida Brasileira – O mais antigo, Zona da Mata - Nazaré da Mata-PE.

Fonte: www.fundarpe.pe.gov.br

2.5 Atividades Culturais

Uma análise econômica para Atividades Culturais pressupõe dizer que o processo de “fazer cultura” e/ou o resultado deste possuem características econômicas. O interesse que tem levado a um número crescente de estudiosos a se dedicarem sobre economia da cultura é a capacidade deste ter demonstrado valor econômico a partir de atividades de cunho cultural.

A produção das mercadorias integra um fenômeno de cultura de consumo. A utilidade e a imagem são processos decisórios na compra, no Turismo Cultural. Nesta situação, produzir cultura é produzir mercadorias. Os conflitos existentes entre as análises sociológicas e antropológicas (conceitos de cultura popular, de massa e erudita) não perdem sentido, mas relevância à medida que se equiparam, sob um ponto de vista econômico.

Também devido ao fato de cultura e economia tornarem-se um mesmo objeto de estudo, o debate sobre a mercantilização da cultura precisa ser redefinido sob a ótica econômica. Suas questões centrais devem abordar (MOUTINHO & CAVALCANTI FILHO, 2008):

- Quanto de agregação de valor econômico uma determinada atividade cultural propicia;
- Qual o padrão de concorrência das mercadorias culturais;
- Como as empresas podem desenvolver sua competitividade na produção destas mercadorias;
- Qual a sustentabilidade ambiental da exploração intensiva e extensiva das reservas culturais, sendo renováveis ou não renováveis.

Neste último aspecto, pode-se exemplificar o fenômeno da produção de mercadorias culturais com o sucesso econômico de uma manifestação popular (como o “carnaval fora de época”, as famosas micaretas espalhadas por todo Brasil). Este sucesso pode ser explorado:

- a. Extensivamente (replicado em diferentes localidades, duração ampliada e frequência no tempo, etc.);
- b. Intensivamente (shows, CD’s, DVD’s, abadás, programas de televisão, propaganda, licenciamento de marcas, etc.).

A crescente produção desta mercadoria gera retração, transformação e eliminação de outras manifestações populares previamente existentes por ocupar o espaço econômico-cultural. Sua dinâmica é essencialmente a da concorrência schumpeteriana: inovações destruindo velhos produtos e criando novos mercados, propiciando lucro aos inovadores e transformando a estrutura produtiva e as preferências, em um processo chamado destruição criadora e que modernamente é denominado dinâmica evolucionária (VIEIRA, 2006 apud MOUTINHO & CAVALCANTI FILHO, 2008).

Trata-se de paradigma cultural, um modelo e um padrão de solução de problemas culturais selecionados, derivados das práticas e valores culturais, e em aspectos culturais materiais selecionados.

Como exemplo problemas culturais, pode existir a necessidade de compor novas músicas de determinado estilo (frevo ou samba), preservando o ritmo e acrescentando ritmos característicos (para ser conhecido pela comunidade como pertencente àquela tradição) – tais como os de sopro, para o frevo de rua e os de pau e corda para o frevo de bloco, porém sem plágio de letra e a música de outros compositores (para benefícios de criatividade autoral e evitar punição legal e social).

Outro exemplo: a produção de bonecos de barro no estilo do Mestre Vitalino, em Caruaru-PE, utiliza como aspecto material o barro massapé, as motivações estilísticas referem-se a aspectos cotidianos sertanejos (tocadores de pífano, mulheres grávidas, etc.) e o tamanho em miniatura são princípios selecionados. A marca/estilo “Vitalino” possui valores culturais e econômicos, o problema cultural a ser resolvido está em aproximar o máximo possível de um “original”, ou superá-lo.

O paradigma cultural é formado por artefatos (instrumentos musicais, monumentos históricos, praças, objetos de cerâmica, documentos, etc.), conhecimentos práticos e teóricos (de tocar violão e ler partituras, estilos arquitetônicos e fatos históricos, ensinamentos religiosos, coreografias e passos de danças, etc.), de know-how, métodos, procedimentos etc.

As expressões culturais derivadas do paradigma cultural são:

a) Variedade cultural: existência de expressões culturais diferentes, na forma, nas características, nos conteúdos, mas não comparáveis entre si, impossibilitando hierarquização entre culturas (frevo e maracatu em Pernambuco, axé e Frevo no nordeste, ou ainda Samba e Mambo na América Latina); b) Assimetrias culturais: nesta dimensão, identificam-se aspectos em que seria possível hierarquizar culturas, seja pela quantidade de expressões culturais, seja pela valorização e reconhecimento local, nacional ou internacional, pela capacidade de geração de renda e emprego, pela antiguidade, etc., o que permita classificar as culturas como mais ou menos ajustadas ao ambiente de seleção, entendendo-se esta competição cultural como a disputa por reconhecimento, validação e difusão cultural (o samba gera mais renda, espaço na mídia e reconhecimento nacional e internacional que o frevo). c) Oportunidades de inovações culturais, representando os caminhos que a comunidade de praticantes reconhece como possíveis meios de desenvolvimento. d) Mecanismos de apropriabilidade dos frutos da produção cultural: cada forma de expressão cultural possui seus mecanismos específicos através dos quais os produtores podem se beneficiar majoritariamente do resultado de suas atividades, como: legislação sobre propriedade intelectual (Lei do Patrimônio cultural vivo, por exemplo), fixação de imagem (“cidade maravilhosa”), controle dos canais e veículos de

divulgação cultural (meios de comunicação – transmissão do desfile das escolas de samba), espaços culturais – relacionados à tangibilidade (sambódromo), comercialização do conhecimento e habilidades culturais (cantores e bandas), privatização dos espaços de convivência (ruas, praças), etc. (MOUTINHO & CAVALCANTI FILHO, 2008)

Ainda neste estudo de Moutinho e Cavalcanti Filho (2008), o estado de Pernambuco é lembrado pela peculiaridade dos mecanismos de apropriabilidade desenvolvidos pela sociedade local. Sendo caracterizado como detentor de ampla diversidade de manifestações e bens culturais, a estratégia de apropriação cultural mais relevante resultou de um processo semelhante ao vivido por povos e nações que enfrentaram ameaças de degradação nos laços sociais e perda de autoestima (tais como judeus, ciganos, bascos, entre outros): o cultivo da tradição e dos valores específicos do local, que tem a forma de um saudosismo, denominado pela sociedade local de “pernambucanidade”, vive-se o passado no presente, de tal forma que se pode afirmar que em Pernambuco não há produção folclórica (reprodução cultural deslocada no tempo e no espaço) considerável atualmente, existe sim inúmeras heranças culturais vivenciadas contemporaneamente.

A apropriação desta herança cultural utilizou como estratégia o estímulo e valorização da prática coletiva dos elementos que compõem esta cultura, em um processo de endogeneização da produção e do mercado: a cultura é produzida e consumida localmente. A idéia é que, ao buscar novos mercados para cultura local, necessariamente se terá de adaptá-la aos valores de outras comunidades (preferências gastronômicas, musicais, de dança, do vestuário, etc.) para que possa obter validação (e gerar resultados econômicos), ou seja, a cultura pernambucana recusou-se a universalização como forma de preservação.

Define-se, então atividades culturais (AC) como a produção daquelas favorecidas pelo “paradigma cultural” predominantemente em determinada localidade e em certo período de tempo. Tal paradigma é caracterizado pela produção ou existência natural (rio, mata, montanhas) de determinado artefato básico e pelo estabelecimento, pelos seus praticantes especializados, das formas e procedimentos admitidos pela transformação dos artefatos em conhecimento.

Cada localidade, de acordo com sua territorialidade, irá favorecer determinadas atividades econômicas, a partir dos paradigmas culturais existentes. A competitividade destas atividades será testada através da interação com elementos de outras culturas, os quais podem ser

representados por artefatos (produtos finais, equipamentos, máquinas, matérias-primas), conhecimentos e habilidades (de organização, de produção, contratualização, de negociação, etc.).

Para Moutinho e Cavalcanti Filho (2008), a cultura musical brasileira, por exemplo, foi capaz de resistir ao oligopólio da indústria mundial de música, tornando o país um dos poucos do mundo em que a música produzida originalmente por brasileiros prevalecesse no mercado nacional, mesmo que parte desta produção esteja mesclada a elementos de outras culturas (funk carioca, rock nacional, orquestras sinfônicas), existe uma familiarização com o modo brasileiro destes ritmos e estilos musicais, tornando-se representantes da cultura brasileira. Afinal, todos os estilos e ritmos musicais do Brasil foram e são resultado desta incorporação e associação de elementos culturais trazidos de outros espaços ao longo da história.

3 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO CULTURAL EM PERNAMBUCO

As políticas públicas de turismo, associadas às políticas privadas, em razão de interesses afins, provocam resistência, pois onde há distribuição de poder existem conflitos e resistências.

O território é espaço de conflitos e tensões que resultam do interesse de grupos que interagem, como governo, empresas e sociedade, destacando-se entre eles as comunidades. Estes grupos realizam políticas territoriais, incluindo públicas, privadas e alternativas. Estado, território e sociedade são atores das políticas de turismo cultural. O Estado controla o território – espaço político, de dominação e poder – controlando dessa forma a sociedade (CORIOLANO, 2007).

Apresentam-se neste capítulo fatos das últimas décadas acerca das instituições que exerceram e/ou exercem as ações do Estado nas políticas turístico-culturais em Pernambuco.

3.1 Políticas Públicas

Para compreensão de Políticas Públicas é importante dizer que o termo política é normalmente utilizado para indicar a atividade ou o conjunto de atividades que têm como referência o Estado, enquanto sujeito ou objeto de uma ação (BOBBIO, 2004). Já o termo público refere-se aquilo que é de uso comum, de todos, e no Brasil, por tradição, a ideia do público é associada diretamente à noção de Estado, o que propicia a formação de políticas públicas, em sua maioria, governamentais, e assim sendo, as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo (CUNHA & CUNHA, 2002).

Porém, a noção de público, sobretudo associado à política, deve englobar uma ideia mais abrangente que a ideia do Estado. O público não é referência exclusiva ao Estado, mas a coisa pública, de todos, amparadas pela legislação e apoiada por uma comunidade de interesses. O Estado geralmente regula as políticas públicas, contudo essas políticas refletem intenções privadas, sendo dessa forma influenciada pelos cidadãos. A política pública expressa as intenções do setor privado através de decisões e ações do agente público, e as consequências atingem a toda a sociedade.

De modo restrito, política faz referência ao conjunto de ações realizadas pelo Estado enquanto sujeito. As ações são dirigidas para atendimento das necessidades da sociedade. Mais amplamente, afirma-se que são linhas de ação que tentam satisfazer ao interesse público e devem visar ao bem comum.

Para Araújo (2000), as políticas públicas são criadas em resposta aos anseios comuns dos membros de uma sociedade e são compostas por um conjunto de idéias orientadoras que traçarão caminhos a serem percorridos para atender essas necessidades. O processo de formulação de uma política compreende identificar diversos atores, como também seus diferentes interesses que permeiam a inclusão de determinadas questões na agenda pública e, posteriormente, a sua regulamentação como política pública. Assim, é necessária a mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado que discutam e fundamentem suas argumentações, no sentido de regulamentar os direitos sociais e formular uma política pública que expresse os interesses e as necessidades de todos os envolvidos.

A história brasileira demonstra que as políticas públicas eram definidas sem ponderar as especificidades de cada região e aplicadas verticalmente de cima para baixo, sem a efetiva participação dos atores interessados e que pudessem se envolver em suas discussões, as políticas públicas estiveram sempre voltadas em promover o crescimento econômico, caracterizando o que Araújo (2000) chamou de “Estado desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário”, que atendia as necessidades de uma oligarquia sempre em favor de seus interesses, no cenário político. A presença do objetivo de crescimento econômico em detrimento do bem estar social, e a constante falta de negociação do Estado com a sociedade é uma característica tradicional do Estado brasileiro. O que se constata como fato de que as políticas públicas sempre foram, em sua maioria, políticas econômicas.

No final dos anos 70 e início dos 80, começaram a surgir espaços para participação de atores não governamentais nas políticas públicas. A crise decorrente do esgotamento do “milagre econômico” propiciou uma conjuntura socioeconômica favorável ao movimento da sociedade em direção à redemocratização, e com isso, a reorganização da sociedade civil. Essa redemocratização da sociedade brasileira levou a Assembleia Nacional Constituinte e a possibilidade de se estabelecer outra ordem social com novas bases, o que fez com que esses movimentos se articulassem para tentar inscrever, na Carta Constitucional, direitos sociais que pudessem ser traduzidos em deveres do Estado, através de políticas públicas.

Os movimentos sociais que, na década de 80, lutaram pelo fim do regime autoritário e pela redemocratização da sociedade, foram atores sociais importantes na discussão e definição

das novas formas de organização e gestão das políticas públicas. E os questionamentos quanto à incorporação das vontades da sociedade nas decisões políticas movimentaram a Assembléia Constituinte e resultaram na democratização e participação, enquanto princípios que fundamentaram o processo de descentralização.

De acordo com Cunha e Cunha (2002), as políticas públicas a partir daí, segundo a tendência de vários países, apresentaram estratégia reformista que envolvia fortes medidas de contenção de gastos e diminuição crescente de cobertura no atendimento às necessidades sociais. Sendo mais seletivas quanto aos grupos que deveriam ser atendidos prioritariamente, destinadas a desresponsabilizar o Estado da proteção social e transferindo parte de suas atribuições e ações para a sociedade civil e o mercado através da privatização de programas de bem estar social, cujas marcas do clientelismo e do paternalismo são profundas para serem revistas em curto espaço de tempo.

A abertura de importantes setores econômicos e o de serviços públicos a agentes privados, o processo de democratização do país, o reconhecimento da importância das relações intergovernamentais e da descentralização no processo de implementação de políticas públicas são apenas alguns dos fatores que passaram a influenciar a dinâmica de gestão das políticas públicas.

A partir da Constituição de 1988, o papel do governo federal foi redefinido, assumindo prioritariamente a coordenação das políticas públicas sociais, enquanto os municípios assumiram a maior parte da responsabilidade da execução dessas políticas. Assim, foram transferidas diversas atribuições e responsabilidades da instância federal para os níveis estaduais e municipais de governo, bem como a autonomia de estados e municípios para definirem a organização e a gestão de suas políticas, de modo que o Estado passou de executor para regulador de políticas públicas.

As diretrizes constituintes introduziram o modelo de gestão baseado na descentralização político-administrativa, na responsabilidade do Estado e na participação da população na formulação e no controle de ações em todos os níveis de governo. Assim a década de 90 foi marcada pelo conflito entre a expectativa de implementação de políticas públicas que concretizassem os direitos conquistados, e as restrições políticas e econômicas impostas para sua implementação, com amplas discussões entre diversos atores que, organizados, representavam os segmentos sociais envolvidos (CUNHA & CUNHA, 2002).

Buscando atender as determinações, vários municípios organizaram apressadamente seus sistemas locais de políticas setoriais, porém poucos, com real preocupação em realizar

uma gestão comprometida com resultados concretos de acordo com as novas concepções que conectam interesses coletivos ao atual modelo de gestão das políticas públicas. A efetividade das ações desenvolvidas demandou dos órgãos gestores o aumento da sua capacidade técnica, o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, a formação e capacitação dos recursos humanos, o aumento da capacidade de mobilizar os recursos públicos de maneira mais eficiente e o desenvolvimento de habilidades gerenciais relacionadas às novas atribuições. Esse período coincide com um sucateamento da máquina pública, resultante da lógica do estado mínimo.

De modo geral, percebe-se que há pouca reflexão por parte dos poderes locais quanto à sua real possibilidade de assumir a organização e condução das políticas públicas nos sistemas locais. Segundo Cunha e Cunha (2002), a adesão dos municípios a esses modelos de gestão descentralizados e participativos, tem-se dado a partir de uma política de indução do governo federal, vinculando repasse de recursos financeiros à organização dos sistemas locais. Espírito Santo (2006) adverte que a construção institucional deve ser fruto da história do local. Não basta a criação legal de instituições com a finalidade de remodelar por completo uma sociedade. Todo projeto deve conter uma base real e associada à experiência de vida da comunidade.

Devido à tradição centralizadora do governo, a dificuldade em transferir recursos da união e estados para os municípios, a tendência a uniformização (que não considera a diversidade e diferenciação apresentadas por estados e municípios), a democratização e a descentralização têm se constituído em discurso sem prática. Esse modelo de gestão pública requer a adoção de conceitos e práticas inovadoras, que possam lhe oferecer suporte técnico político, ou não haverá força suficiente para uma transformação das práticas realizadas na área social, tradicionalmente clientelísticas e assistencialistas, cujas ações transformam o direito em assistencialismo.

Além da maior participação do setor privado na economia, o diagnóstico das recentes mudanças do setor público reconhece a multiplicação dos atores que, de forma direta ou indireta, participam em todas as fases do processo de políticas públicas. Essa multiplicação torna o processo de gestão mais complexo, uma vez que amplia os objetivos de políticas que possam responder aos anseios de diversos grupos de interesse, como também aumenta a dificuldade de conciliar esses interesses.

Na gestão de políticas públicas, ainda é tímida a participação popular. Atribui-se razão a este fato à formação brasileira e na efetividade de suas instituições. No passado, grandes

movimentos históricos do país foram realizados pelos “governos” da época. Adicionado a isso, o período autoritário, o desenvolvimento centralizador marcante do século XX no país, um déficit da sociedade em participar da gestão do poder e definição das políticas públicas reforçam a situação ainda marginal dessas camadas sociais. Este posicionamento tem emergência de ser deixado para trás na conjuntura de ensaios de um novo modelo de desenvolvimento. A participação direta da sociedade, por intermédio de conselhos deliberativos e consultivos poderiam garantir a democratização e transparência das políticas implementadas.

O Estado Nacional tem se retraído em relação as suas responsabilidades quanto às políticas sociais. Os programas são cada vez mais seletivos e atendem demandas pontuais, ao contrariar o acesso livre para todos e ao dificultar a institucionalização das políticas. Assim passa a ser predominante a oferta de bens e serviços aos que podem pagar por eles, enquanto serviços públicos atendem os que não podem adquiri-los.

3.2 Políticas Públicas em Cultura

O ano de 1964 pode ser considerado um marco para a política pública cultural nacional. Anteriormente, menos ações eram voltadas para essa área, como a criação do Departamento de Cultural no Estado de São Paulo, bem como a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 por Mario de Andrade. Após 1964, a realização de ações voltadas à cultura tomou uma amplitude maior, considerando patrimônio além das dimensões de materiais tangíveis (VICENTE, 2009).

No período de governo militar, surgiram mudanças e ações na política cultural brasileira. Um processo de planejamento das políticas governamentais e, nelas, a cultura assume um lugar de destaque (VICENTE, 2009). Uma pequena minoria da sociedade, entenda-se uma elite intelectual, tinha acesso às produções culturais no Brasil em período que antecedeu o golpe militar, após esse acontecimento essas produções ganham dimensão nacional. O crescimento populacional, o fenômeno industrial e a exigência de mão de obra qualificada, exigiram que se atingisse um maior número de pessoas através das políticas de planejamento cultural.

Com a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966, houve a iniciativa de criação de conselhos estaduais de cultura, esse estímulo era caracterizado por parcerias em projeto, firmados com órgão de participação locais. O CFC contribuiu para criação de

instituições locais de cultura. As Casas da Cultura surgem, nesse contexto, como meio de promover um fluxo eficiente nas informações culturais locais. Essas casas eram em sua maioria, associadas às empresas de turismo, explorando atividades do folclore e artesanato, ou seja, lampejos de correlação das políticas de turismo e cultura.

Na década de 70, ações repressivas por parte do CFC são percebidas de forma mais marcante, pois após o golpe militar, fica evidenciada a esquerda hegemonia da área cultural. O controle e repressão das ações culturais, que vinham ocorrendo desde o período anterior, duraram o fim da década de 60. Leis e portarias foram promulgadas após o golpe instituindo, controlando diversas áreas sociais e extinguiram diversas ações culturais consideradas subversivas (ORTIZ 2006).

Em 1973, foi criada em Pernambuco a Fundação do Patrimônio Histórico Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), com a finalidade de incentivar a cultura e proteger os monumentos históricos e artísticos do estado. Em 1975, é publicada a política Nacional de Cultura, considerando a criatividade e difusão das criações e manifestações culturais, direcionada à criação de serviços nacionais que atendam: música, artes plásticas e folclore (COHN, 1984 apud VICENTE, 2009).

3.3 Políticas Públicas em Turismo

De maneira sintética, o papel da política pública no turismo é propiciar o desenvolvimento harmônico dessa atividade. Ao Estado, cabe a construção de uma infraestrutura básica que atenda também a população local, prover uma estrutura jurídico administrativa (secretarias ou similares) para planejamento e controle dos gastos realizados pelo Estado (que permitem o desenvolvimento da iniciativa privada que produz os equipamentos e presta os serviços) – promovendo benesses à sociedade.

Abordando de uma forma mais sustentável, Petrocchi (1998) compreende a política do turismo como o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas elaboradas com bases nas características do local, cuja implementação consiste em um meio de desenvolvimento que atenda as necessidades econômicas e sociais das comunidades receptoras e aos anseios dos turistas, minimizando os efeitos negativos e visando a criação de futuras oportunidades. As atividades devem respeitar o meio ambiente, a população e culturas locais para garantir que estes não sejam vítimas ao invés de beneficiários do desenvolvimento.

Após identificações das necessidades sociais, são delineadas políticas públicas (como a Política Nacional de Turismo), que definirão planos (Plano Nacional de Turismo). Estes

devem contemplar programas (Programa de Regionalização do Turismo, etc.), sendo estes executados através de projetos.

É condição básica considerar que as políticas públicas do turismo devem ser partes de uma política ampla de desenvolvimento, contemplando diversos setores que promovam o desenvolvimento local. O turismo existe e funciona por influência de outras políticas, que não necessariamente estão sob o domínio deste setor. Reitera-se aqui a necessidade de que o setor público elabore essas questões junto aos atores envolvidos com as atividades, esses através de seus papéis específicos viabilizam o funcionamento das políticas e seus instrumentos.

O período pós 64 também foi determinante para as políticas Públicas do Turismo, assim como a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) de 1958, extinta em 1961. As políticas públicas implementadas pós 64 estavam ligadas ao Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Criada a Lei de 1966, foram instaurados o Conselho Nacional de Turismo (CONTUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), alinhadas ao PAEG. O turismo é agora considerado como meio de diminuição dos desníveis econômicos regionais. Essas iniciativas ocorreram concomitantemente à criação do Conselho Federal de Cultura e articuladas às ações da área cultural.

A função da CONTUR seria coordenar a Política Nacional de Turismo, elaborar as diretrizes do Plano Nacional de Turismo (PNT), baixar resoluções atos ou instruções regulamentares, estabelecer procedimentos a serem adotados para concessão de estímulos fiscais e financeiros.

A EMBRATUR, criada em 1966 e ligada ao Ministério da Indústria e do Comércio, teve sua criação justificada pela contribuição que daria à economia nacional, fonte de novas divisas e empregos, tratar da rede hoteleira e fiscalizar agências de viagem e operadoras. Também, foi responsável pela criação de conselhos e empresas de turismo nos estados do Brasil, como a EMPETUR (1967) e a BAHIATURSA (1968), tendo como alguns dos objetivos coletar e registrar a entrada de turistas no país e nos estados.

Em Pernambuco, foi inaugurada, com a finalidade de executar uma política pública em nível estadual de turismo, conforme a Política Nacional de Turismo, a EMPETUR, no dia 3 de novembro de 1967, sendo ligada à Secretaria de Indústria e Comércio.

A EMPETUR destaca-se por seu trabalho junto às artes populares, ainda que ofereça vários programas de ações, valorizando a Cultura Popular, sob seus muitos aspectos de Folclore, artesanato, arte popular e gastronomia. Seu intuito é fazer o turista viver as manifestações folclóricas, assim como seu artesanato. Em 1973, é criada a FUNDARPE; até

esse período, a EMPETUR trabalhava as ações de cultura no estado. Isto é uma explicação para sua tradição em trabalhar com este enfoque. Em seus primeiros quatro anos foi realizado o primeiro inventário turístico do estado, destacando potencialidades naturais e culturais (VICENTE, 2009).

Buscou-se, neste capítulo, entender em que contexto deu-se a fundação das duas maiores instituições que tratam da política cultural e de turismo no estado de Pernambuco. Compreender suas raízes históricas e o porquê da relação de coparticipação de ambas na recente história das políticas públicas culturais e de turismo nos faz atentar para as lacunas existentes na gestão das políticas públicas para as áreas em questão.

A relação atual entre esses dois atores, junto à esfera federal (Ministério da Cultura e do Turismo), Governo Estado de Pernambuco, suas secretarias executivas e o segmento de artistas, sociedade em geral, produtores e profissionais é explicada através da figura 02. Os Ministérios da Cultura e do Turismo são os órgãos soberanos e que traçam políticas federais como, por exemplo, o Sistema Nacional de Cultura, Pontos de Cultura e o Programa de Regionalização do Turismo. O Governo do Estado, através de suas secretarias de Educação e de Turismo, trata respectivamente da gestão dos recursos da Fundarpe e da Empetur. Esses dois órgãos se ligam diretamente às prefeituras, profissionais e sociedade. A classe artística é o público alvo das políticas direcionadas pela Fundarpe.

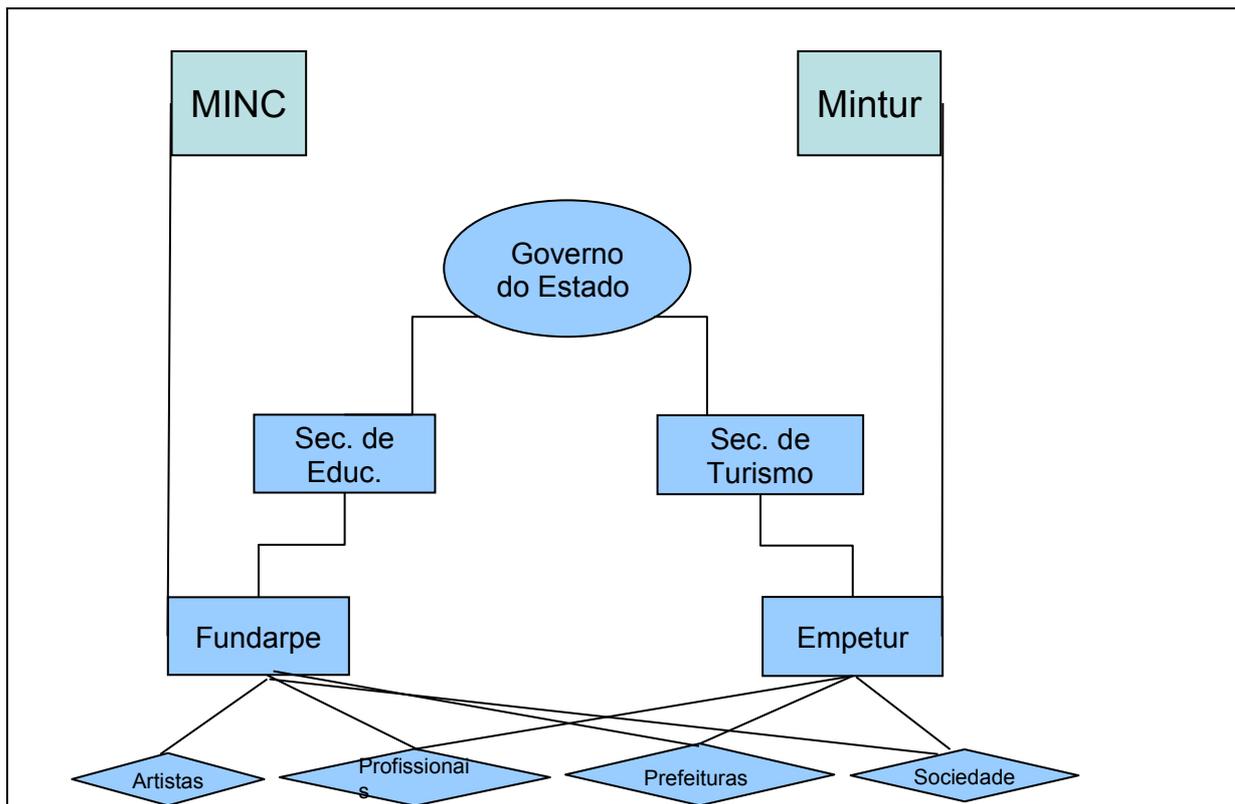


Figura 02 Interações entre os Principais Atores das Políticas Públicas de Turismo Cultural em PE. Fonte: Elaboração Própria.

4 MÉTODO UTILIZADO PARA O ESTUDO

Obstáculos naturais surgem quando se pretende esclarecer e dimensionar a atividade turístico-cultural enquanto vetor de desenvolvimento. Entre eles, destacam-se a inexistência de uma definição canônica para o que se entende por atividade cultural, derivada do fato do próprio conceito de cultura apresentar flexibilidade, a depender do autor, do objeto específico de sua análise, de sua corrente teórica e filosófica e da área científica em que trabalha. A identificação de uma hipotética fronteira divisória entre a cultura “pura” e a cultura motivada pela lógica da empresa capitalista é uma das principais “armadilhas” neste esforço demarcatório.

Ainda destacam-se dificuldades de elaboração, medição e obtenção de conclusões a partir de relações de causalidade entre atividades estritamente culturais e atividades baseadas em cultura, mas com finalidades econômicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa.

As bases de dados oficiais do estado do Pernambuco são carentes sobre dados no interior do estado. O banco de dados de Pernambuco apenas possui informações mais completas sobre os grandes destinos (Recife, Ipojuca e Fernando de Noronha).

Para atender aos objetivos do trabalho, foi utilizada a seguinte organização metodológica: em um primeiro momento, esse trabalho faz um levantamento documental acerca dos eventos que envolvam atividades culturais e que possam exercer atração de fluxo turístico em Pernambuco. Estudos anteriores serviram como base, além de documentos dos órgãos de turismo e cultura de Pernambuco.

São relacionadas as entidades que trabalham no fomento dessas atividades, para então, junto aos seus gestores, haver a coleta das informações que serviram de subsídio para este estudo. Foram considerados também como documentos, materiais de divulgação como folders, panfletos, cartazes, notícias veiculadas em revistas especializadas, relatórios de pesquisa, teses e dissertações, entre outros meios.

A inquietude e inspiração em focar a dissertação na institucionalidade do setor público, atuante no segmento de turismo de eventos culturais no interior pernambucano como meio de proporcionar desenvolvimento local, adveio de leituras que tratavam Turismo de eventos, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local que, em geral não se preocupam em fazer esse “*link*” no caso de Pernambuco.

Como instrumentos metodológicos foram utilizados: a análise documental, coleta de informações através de entrevistas com roteiro semi-estruturado e com perguntas abertas junto

aos gestores públicos das instituições selecionadas ligadas ao Turismo de evento cultural no interior de PE. Conversas informais junto a servidores e demais pessoas ligadas às atividades também foram consideradas como entrevistas.

O trabalho se configura como uma pesquisa direta e indireta e a leitura qualitativa dos dados obtidos, buscando identificar a percepção dos sujeitos envolvidos na atividade de turismo de eventos culturais em áreas do interior pernambucano e pretende-se dessa maneira formular uma análise relativa ao desenvolvimento local advindo deste tipo de turismo na região em estudo.

Detalhando-se os procedimentos metodológicos, tem-se a coleta e organização das informações sobre as atividades de turismo cultural no interior de Pernambuco, considerando como base de dados o mapeamento das atividades culturais em Pernambuco e Paraíba – Pesquisa realizada pela RedeSist – SEBRAE-NA, relatórios diversos do programa Cultura Viva – Pontos de Cultura/ MINC, documentos diversos relacionados ao Festival Pernambuco Nação Cultural – Fundarpe e documentos referentes ao programa Pernambuco conhece Pernambuco que versam sobre as rotas interioranas de Turismo – Empetur. Ainda foram realizadas entrevistas junto a gestores-chave ligados a esta área e acesso a portais eletrônicos com informações turísticas e culturais do estado.

Com bases nos dados quantitativos referentes aos programas institucionais estudados fornecidos pelas instituições, buscou-se considerar os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH's) municipais, a participação nas rotas turísticas e participação nas ações públicas relacionadas à cultura para que se desenvolvesse uma análise através de tabelas evidenciando, dessa forma, um panorama sobre o atendimento oferecido aos municípios pernambucanos por parte dos órgãos públicos estaduais concernentes à atividade estudada.

4.1 Método de Abordagem

Esta pesquisa utilizou o paradigma exploratório-descritivo que permitiu acesso aos documentos existentes sobre o assunto tratado e buscou-se desta forma responder às questões desta pesquisa. Com auxílio de roteiros semi-estruturados, os gestores das instituições concernentes às políticas em questão foram contatados e entrevistados para que esclarecessem pontos relacionados ao estudo.

4.2 Delimitação do Universo

O universo desta pesquisa foi formado pelos gestores das instituições que contribuem de forma direta para planejamento, implementação de políticas que contribuam para exploração do turismo cultural no interior de Pernambuco. Os entrevistados pertenciam aos seguintes órgãos estaduais:

- Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), entrevista junto à Direção de Difusão e Coordenação do sistema Nacional de Cultura; esta Fundação cuida de toda execução da política de cultural em Pernambuco.
- Empresa do Turismo de Pernambuco (Empetur) entrevista junto à Direção de Estruturação do Turismo; cuida da política de turismo do Estado.
- Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) junto à pesquisadora na área de Percepção de Espaço e Lazer. Fundação de estudos e documentação da região Norte e Nordeste

A razão de buscar entrevistar esses órgãos se deve ao fato de que estes são órgãos de referência em relação às políticas de Cultura e Turismo em nível estadual. Salienta-se que a entrevista feita junto à Fundaj não obteve autorização para registro em gravação. Houve dificuldade de acesso a alguns gestores a estas instituições o que não possibilitou um número maior de entrevistados.

Dados secundários foram pesquisados também no site da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – Condepe-Fidem, Empresa Pernambucana de Turismo – Empetur, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe e através do Mapeamento de Atividades Culturais produzido por Moutinho & Cavalcanti Filho, 2008.

4.3 Instrumento de Pesquisa - Concepção e objetivos do roteiro semi-estruturado para entrevista

Com base nos objetivos da pesquisa, optou-se pela entrevista como instrumento de coleta de dados. O roteiro de entrevista foi elaborado após análise em pesquisas já realizadas. Buscou-se responder às seguintes questões centrais através da aplicação da entrevista:

- Quais são as políticas públicas adotadas pelo órgão que são voltadas para o turismo cultural?

- Que entraves existem nos processos de planejamento e implementação dessas políticas?
- Neste contexto, existem ações conjuntas desses órgãos?

Todas as entrevistas tiveram seu registro em áudio e foram transcritas para registro deste trabalho, apenas a entrevista junto à pesquisadora da FUNDAJ não teve sua gravação autorizada, por razões da entrevistada informar que as ações relacionadas a turismo cultural daquela instituição não terem alcance para além da Região Metropolitana do Recife; a entrevista, porém, teve seu registro por escrito autorizado.

5 ATIVIDADES CULTURAIS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

A diversidade cultural no estado de Pernambuco é vasta, razão pela qual, em capítulos mais adiante, se justifica a setorização na gestão cultural do estado. Este capítulo busca demonstrar a formação histórico-cultural do locus de pesquisa, assim como seus dados gerais e a distribuição das Áreas Culturais no estado.

5.1 Da Formação Histórica e Povoamento à Contemporaneidade

A história do povoamento de Pernambuco é esclarecedora nas raízes indígena, branca (portuguesa e holandesa) e negra da formação das Áreas Culturais pernambucanas. A colonização teve início com a expedição de Gaspar de Lemos, em 1501, e a fundação de feitorias no litoral da colônia portuguesa na América, mas apenas oficializada em 1532, quando foi criada a Capitania de Pernambuco (ou nova Lusitânia), que se estendia por 60 léguas entre o Rio Igaráçu (Igarassu) e o Rio São Francisco. Em 1534, a capitania PE doada a Duarte Coelho Pereira, que fundou Igarassu, Olinda e Recife, e iniciou a cultura da cana-de-açúcar.

A herança portuguesa não é exclusividade de Pernambuco, mas do Nordeste em quase toda sua totalidade. A civilização dos engenhos e as atividades sucroalcooleiras representaram riqueza na época da colonização brasileira. A produção de açúcar na colônia marcou o início do importante ciclo da cana-de-açúcar, no começo do século XVI. Os primeiros registros de envio de açúcar brasileiro para Portugal datam de 1526. A partir de então, o número de engenhos cresceu e concentrou-se principalmente no Nordeste (MOUTINHO E CAVALCANTI FILHO, 2008).

Resquícios de antigas técnicas produtivas de açúcar nos engenhos do Brasil Colonial resistem até os dias atuais, ressaltando os costumes, os hábitos, as práticas, enfim, o “saber-fazer” desenvolvido no contexto da fabricação dos seus produtos. O conjunto desses conhecimentos representa uma herança cultural que foi construída ao longo da existência destas unidades produtivas artesanais. Assim, os aspectos técnicos, históricos e culturais reafirmam a força da tradição nos territórios nordestinos. Atualmente, monumentos históricos, atrativos históricos, sítios históricos e pré-históricos, atrativos naturais e reservas formam um conjunto harmonioso dessas reminiscências que, entretanto, geram Áreas Culturais de grande representatividade, inclusive econômica, para o local.

Olinda, que se tornou a capital residência da aristocracia do açúcar e de pessoas influentes, guarda até hoje grande parte da legítima arquitetura colonial. Em 1630, perdeu a hegemonia para Recife quando a capitania foi invadida pela Companhia das Índias Ocidentais, marcando o início da dominação holandesa liderada por Maurício de Nassau. Recife, que era vila desde 1537, passara a ser sede do governo, ultrapassando Olinda³ em importância regional, fase em que pontes foram edificadas, escolas construídas, obras de saneamento e infraestrutura realizadas.

Para Andrade (1985), o interesse holandês por Pernambuco se deveu ao fato de esta ser a mais promissora das capitanias da Colônia Portuguesa na América, um dos maiores produtores de açúcar e responsável por mais da metade das exportações coloniais. A intervenção holandesa (1637-1654) não se restringiu ao litoral, embora tenha sido um fator decisivo para o direcionamento dos três eixos de urbanização da parte central do Recife.

Houve aceleração do processo de interiorização do povoamento através do deslocamento de rebanhos de gado e dos perseguidores de índios no período da dominação holandesa em direção ao Sertão, até atingir o Rio São Francisco que, através de seus afluentes promoveu o encontro entre aqueles e os baianos (ANDRADE, 1985).

Por outro lado, os negros e índios se refugiaram no Agreste até o século XVII, quando foram redistribuídos pelas sesmarias após a destruição do Quilombo dos Palmares (ANDRADE, 1985). O relevo também foi destacado pelo autor como um importante determinante da atividade produtiva no interior de Pernambuco, ao considerar a Serra da Borborema como divisora do estado em duas partes distintas – o núcleo agrícola e canavieiro do Leste e o núcleo pastoril e produtor de algodão do Oeste.

Desta forma, explica-se porque o Agreste e o Sertão são mais habitados por caboclos e índios. Portanto, uma convincente explicação para a diversidade cultural nos vários espaços do estado pode ser encontrada nas tradições oriundas do negro, do índio e do europeu, da comunidade judaica. Neste sentido, as Áreas Culturais se mesclaram, gerando uma cultura local, predominantemente, multicultural.

³ Processo que foi agravado pela expulsão dos flamengos. O antigo berço da nobreza lusitana não pode mais competir com a metrópole e capital do estado, porém não perdeu a magia de suas ladeiras, de seu casario e suas igrejas, importantes vetores determinantes de seu sucesso no futuro.

A civilização do Açúcar⁴, a casa grande e a senzala, a natureza privilegiada, a conquista de terras áridas do sertão, tudo isso contribuiu para uma rica formação de Áreas Culturais presentes na literatura, na música, nas artes plásticas, no artesanato popular, nas danças, nas crenças e nos temperos da culinária local. Essas tradições estão preservadas e as festas religiosas atraem multidões. As maiores expressões do folclore pernambucano são as danças e os ritmos, como maracatu (cortejo carnavalesco), a quadrilha, a ciranda e o fandango, dentre os quais o de maior destaque é o frevo.

A economia de Pernambuco em relação ao restante do Brasil foi a que alcançou maior expressão desde o período colonial até o início deste século. Na atualidade, a cana-de-açúcar ainda representa 40% da economia estadual, mas vem perdendo este peso para outras atividades agrícolas, industriais de serviços, que urbanizam rapidamente o setor econômico. Por sua posição geográfica e disposição histórica, o estado vem atuando como um centralizador econômico no Nordeste.

Tabela 1 Comparação do PIB* entre os estados do Nordeste – 2007 ⁵

Estados	PIB
Alagoas	R\$ 17.793.000.000,00
Bahia	R\$ 109.652.000.000,00
Ceará	R\$ 50.331.000.000,00
Maranhão	R\$ 31.606.000.000,00
Paraíba	R\$ 22.202.000.000,00
Pernambuco	R\$ 62.256.000.000,00
Piauí	R\$ 14.136.000.000,00
Rio Grande do Norte	R\$ 22.926.000.000,00
Sergipe	R\$ 16.896.000.000,00

Fonte: IBGE, 2010. Site institucional.

⁴ Os engenhos de açúcar no litoral iniciaram sua trajetória de decadência a partir da tentativa de implantação dos engenhos centrais, na década de 1870 (DIEGUES JÚNIOR, 2006). O declínio absoluto veio com o advento das usinas, no final do século XIX, que consolidaram a modernização pretendida pelos engenhos centrais. Com o estabelecimento das usinas, os engenhos entraram em franca decadência. Os antigos e ricos senhores de engenho se endividaram porque os engenhos modernos requisitavam um alto capital para sua instalação e custeio. Sem condições de acompanhar as inovações tecnológicas, alguns não conseguiram se manter no setor, alguns se modernizaram, transformando-se em usinas enquanto outros deram continuidade apenas a produção da cachaça, tendo a rapadura e o mel de engenho em segundo plano.

⁵ Não há dados mais recentes disponibilizados até o momento.

A atividade agrícola está concentrada principalmente na produção de: mandioca, feijão, cana-de-açúcar e milho; maiores rebanhos são bovinos (1.348.969) e caprinos (1.165.629); os principais produtos minerais são o calcário e a gipsita. A indústria de transformação responde por 25% da produção total do Estado. Os gêneros tradicionais (têxtil e alimentar) vêm perdendo importância no valor da transformação industrial (VTI), passando de quase 60% para 35%, entre 1960 e 1985, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A diversificação foi a principal estratégia do estado, que conseguiu alavancar o desenvolvimento das indústrias: químicas, de material elétrico, de comunicações, de mecânica, de metalurgia, de material plástico, de bebidas, de vestuário e de calçados.

As maiores indústrias do estado encontram-se nos setores de transformação de minerais não metálicos, confecções, mobiliário e curtume. Os setores de ponta são: polo médico, polo gesso, polo de informática e polo turístico, predominantemente na Região Metropolitana.

O setor terciário tem envolvido maior número de pessoas e gerado maior produção. Destacam-se aí as atividades comerciais e financeiras, correspondentes a 21% e 25%, respectivamente, do PIB estadual.

O Estado de Pernambuco pode ser citado pela peculiaridade dos mecanismos de apropriabilidade desenvolvidos pela sociedade local. Sendo caracterizado como depositário de ampla diversidade de manifestações e bens culturais, a estratégia de apropriação cultural mais relevante resultou de um processo semelhante ao utilizado por povos e nações que enfrentaram ameaças de desagregação nos laços sociais e perda de autoestima (tais como judeus, ciganos, bascos, entre outros): o cultivo da tradição e dos valores específicos ao local toma a forma de um “saudosismo”⁶ (MOUTINHO E CAVALCANTI FILHO, 2008), ou seja, a valorização e a vivência do passado no presente, de tal forma que se pode afirmar que em Pernambuco não há folclore (entendido como reprodução cultural deslocada no tempo e no espaço) e sim múltiplas heranças culturais vivenciadas contemporaneamente.

A apropriação desta herança cultural utilizou como estratégia o estímulo e valorização da prática coletiva de elementos que compõem esta cultura, em um processo de internalização da produção e do mercado: a cultura é produzida e consumida localmente. A ideia é que, ao buscar novos mercados para a cultura local, requer adaptações aos valores de outras comunidades (preferências gastronômicas, musicais, da dança, do vestuário, etc.) para que possa obter validação (e gerar resultados econômicos), ou seja, a cultura pernambucana recusou-se à universalização como forma de se preservar.

⁶ Conhecido pela sociedade local como “pernambucanidade”.

5.2 Posicionamento das Áreas Culturais no Estado: distribuição espacial

Recife e Olinda são os destaques culturais da Região Metropolitana e, portanto, se sobressaem diante dos demais municípios da região: Araçoiaba, Ipojuca, Moreno, Itapissuma, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Igarassu, Abreu e Lima, Itamaracá, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes (MOUTINHO & CAVALCANTI FILHO, 2008).

A Região Metropolitana é responsável por 76% da renda gerada em Pernambuco, concentra a maioria dos municípios e áreas litorâneas, onde se destacam os turismos de praia e histórico-cultural, bem como atrações em seus conhecidos espaços de convivência cultural. Nesse aspecto, a região também se sobressai como exportadora de bens culturais.

O mesmo acontece quando se observa a sua base logística, a exemplo do Complexo Industrial Portuário de Suape; do Aeroporto Internacional dos Guararapes e as malhas rodoviária, ferroviária e metroviária; pelas densidades dos recursos humanos qualificados. Ao sul da região também para as atividades industriais e agrícolas, onde se encontra localizada o Complexo Industrial Portuário de Suape. Dos centros de pesquisa do Nordeste 51% encontram-se nesta região, com destaque para os polos reconhecidos nacionalmente (turismo, informática e o médico do Recife). Outro pilar da economia metropolitana é a agroindústria voltada para a produção do álcool e de açúcar.

O Agreste Central é formado pelos municípios de Agrestina, Alagoinha, Altinho, Barra de Guabiraba, Belo Jardim, Bezerros, Bonito, Brejo da madre de Deus, Cachoeirinha, Caetés, Camocim de São Félix, Caruaru, Cupira, Gravatá, Iburaúba, Jataúba, Lagoa dos Gatos, Pannels, Pesqueira, Porção, Riacho das Almas, Sairé, Sanharó, São Bento do Una, São Caetano, São Joaquim do Monte e Tacaimbó. A Região tem uma população economicamente ativa de 394.678 habitantes, a maioria (35,2%) encontra-se ocupada na atividade agropecuária. A economia está predominante vinculada aos arranjos Produtivos Locais (APL's) de Confecções (vestuário e produto têxtil), à produção agrícola, pecuária de corte e de leite, avicultura, turismo e pelas diversas atividades de comércio e serviços associados aos centros urbanos dinâmicos.

Além das Áreas Culturais desta região, algumas atividades são geradoras, de renda e emprego nessa região: Caruaru destaca-se por sua função comercial; Gravata é um centro de repouso e lazer, além de um Polo moveleiro; em Belo Jardim, estão instaladas indústrias de porte como Palmeiron, Mafisa e as Baterias Moura; Pesqueira destaca-se na produção de

doces artesanais e setores de condimentos; São Joaquim do Monte é o maior produtor de tomates do estado com 14.040 toneladas/ano, enquanto Bonito destaca-se pela produção de sucos de frutas.

O Agreste Meridional é composto por 19 municípios; Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Buíque, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Itabaiana, Jucati e Jupí. A região tem uma economia baseada na pecuária leiteira e no turismo, sendo reconhecida como Bacia Leiteira do Estado (21%). As atividades agrícolas, o comércio e a floricultura também são as fortes expressões econômicas regionais. O clima e o relevo são alguns dos maiores diferenciais da região, em relação ao resto do Estado, propiciando diversidade de cultivo e oferecendo variadas opções de turismo. (MOUTINHO & CAVALCANTI FILHO, 2008)

Um dos maiores atrativos turísticos do Agreste Meridional é o Festival de Inverno de Garanhuns que atrai milhares de participantes, e vem consolidando-se a cada ano, com uma razoável infraestrutura hoteleira, aquecendo a economia local com a geração de empregos temporários e incrementos ao comércio. Vale destacar que 61% da população economicamente ativa (que é de 251.224 habitantes), está ocupada na agropecuária. O produto Interno Bruto (PIB) da Região representa apenas 3,6 do PIB Estadual, apesar de ter 7,51 da população total do Estado. Será visto mais adiante que o modelo adotado para o Festival de Inverno de Garanhuns (FIG) inspirou a criação de um roteiro de duração anual que percorre todo o estado.

O Agreste Setentrional, por outro lado, é composto pelos seguintes municípios: Bom Jardim, Casinhas, Cumaru, Feira Nova, Frei Miguelinho, João Alfredo, Limoeiro, Machados, Orobó, Passira, Salgadinho, Santa Cruz do Capibaribe, São Vicente Ferrer, Santa Maria do Cambucá, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertentes e Vertente do Lério. A atividade econômica de maior peso na Região é a produção de confecções (detendo 73% da produção do Estado, equivalendo a 850 milhões de peças ao ano, incluindo o setor formal e informal) e artefatos de tecido. São bem sucedidas as Áreas Culturais (AC's) relacionadas ao turismo devido à existência dos sítios Históricos e engenhos, apesar da precariedade da oferta de infraestrutura. A população economicamente ativa é de 192.020 habitantes, dos quais 173.420 estão ocupados na agropecuária (38,6%).

O PIB das Regiões das Matas dos Norte e Sul responde por 11,5% do PIB Estadual. A primeira é formada pelos municípios de Goiana, Itambé, Itaquitinga, Lagoa do Carro, Lagoa de Taenga, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Vicência, Tracunhaém, Timbaúba,

Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Ferreiros, Glória do Goitá. Por outro lado, a segunda é composta pelos municípios de: Água Preta, Amaral, Barreiros, Belém de Maria, Catende, Chã Grande, Cortês, Escada, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraiial, Palmares, Pombos, Primavera, Quipapá, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Serinhaém, Vitória de Santo Antão, Tamandaré e Xexéu.

A região da Mata do Norte tem como Principal atividade econômica a produção de cana-de-açúcar e seus derivados, o seu setor agroindustrial desempenha um papel de relevante significado econômico e social, representado pelas usinas e destilarias, além de um setor comercial que mantém certa dependência com relação à oscilação da safra canavieira, expandindo-se ou retraindo-se em função dela.

As constantes crises do setor sucroalcooleiro mudaram o perfil produtivo da região com a diversificação das atividades agrárias, tais como: a avicultura, produção de bananas, inhame, plantas frutíferas, além da pesca, comércio varejista, prestação de serviços e indústrias, principalmente minerais não metálicos, alimentar, papel e celulose. Valendo ressaltar que o município de Goiana é o maior de cimento e de embalagens de papel do Estado. A população economicamente ativa é de 194.242 habitantes e a maioria esta concentrada no setor agropecuário (27%).

A Região da Mata Norte oferece ainda diversos atrativos turísticos que retratam a história como os antigos engenhos, capelas, igrejas e casarios. O conjunto arquitetônico de Goiana, formado por dois conventos e oito igrejas construídas ente os séculos XVII e XIX, é o seu mais significativo patrimônio cultural tangível. Sobressaem-se, ainda, os atrativos naturais, propícios ao turismo de lazer, ecológico e rural, e as manifestações culturais, como as festas religiosas, o maracatu, o cavalo marinho, a dança do coco, o mamulengo, a ciranda e a capoeira.

Ressalte-se ainda o artesanato de peças de barro fabricadas em Tracunhaém; tapeçaria de Lagoa do Carro; dos artigos de palha de madeira e do bordado de Paudalho. Quanto aos grandes eventos destacam-se a Festa das Heroínas de Tejucupapo (Goiana); Campeonato de Voo Livre (Vicência), a Macaruba (Timbaúba) e a Festa de Reis (Carpina).

O Perfil econômico da Região da Mata Sul de Pernambuco é marcado pela produção de cana-de-açúcar, que representa 49,8% dos empregos desta área no Estado enquanto as usinas e destilarias instaladas na Região respondem por 60% de toda a produção de açúcar e álcool do Estado, números importantes para a economia pernambucana. A população

economicamente ativa é de 223.645 habitantes e a maioria encontra-se vinculada ao setor agropecuário (31,8%), como nas outras regiões. Por outro lado, observa-se, que nessa região há uma forte tendência à diversificação das atividades agrárias e industriais, a exemplo de: fruticultura, seringueiras, pecuária de leite e de corte, indústrias de transformação e comércio varejista e a prestação de serviços, principalmente em Palmares, Vitória de Santo Antão e Barreiros.

Na Região da Mata Sul de Pernambuco, a atividade turística (turismo de praia) já é bastante explorada em vários municípios como São José da Coroa Grande, Barreiros, Tamandaré, Rio Formoso e Sirinhaém.

A Região do Sertão Central tem sua economia baseada na agropecuária. A população economicamente ativa da região é de 58.489 habitantes, dos quais, (48,6%) se ocupa do setor, com destaques para a caprinovinocultura; a pequena indústria; o comércio e serviços.

As Regiões do Sertão do Moxotó representa 2,2% do PIB do Estado e também têm como característica a forte presença da Administração Pública na composição do PIB no setor de serviços. Esta Região é composta de oito municípios: Cedro, Mirandiba, Parnamirim, Salgueiro, São José do Belmonte, Serrita, Terra Nova e Verdejante.

A atividade pecuária é extensiva nas áreas de maior altitude. Desenvolve-se ainda uma produção agrícola diversificada, destacando-se o feijão, a cebola, o milho e a mandioca. A atividade industrial é caracterizada por pequenos estabelecimentos com uma produção voltada basicamente para o mercado local.

A região possui uma expressiva malha rodoviária interligando-a aos Estados do Ceará e da Bahia por onde circula praticamente toda a produção local. Esta integração se faz através do município de Salgueiro que, por sua localização estratégica desponta como núcleo articulador do fluxo das BR's 232, 316 e 116. Porém para expandir o mercado consumidor e consolidar a Região como núcleo de articulação regional e interestadual, alternativas como o transporte ferroviário e a promoção de ações voltadas ao fortalecimento das atividades produtivas existentes tornam-se um grande desafio. A Missa do Vaqueiro em Serrita é um grande acontecimento turístico para a região. É celebrada anualmente, desde 1971, em homenagem a bravura e a fê do homem sertanejo, concentrando cerca de seiscentos vaqueiros e seis mil pessoas. Na semana de celebração da missa, o município entra em clima de festa, com vaquejada, feira de artesanato, culinária típica e sertaneja.

O Sertão do Itaparica é uma região que tem sua economia caracterizada pela agricultura irrigada, pela piscicultura e exploração das áreas de sequeiros com agricultura de subsistência

e, particularmente, a caprinocultura, responsável por 33% da criação do Estado, em seus sete municípios (Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu). Há uma população economicamente ativa de 46.285 habitantes, dos quais 38.300 estão ocupados nos seguintes setores produtivos: agropecuária (47,4%), comércio e serviços (10,4%), administração pública (8,8%) e indústria de transformação (7,8%). Os demais 26,4% estão distribuídos em outros setores produtivos como construção civil, alojamento, educação, entre outros.

No Sertão de Itaparica a tecelagem artesanal é uma atividade cultural importante, principalmente pela fabricação de redes. Localizada no distrito de Caraibeiras, no município de Tacaratu, a produção economicamente ativa do distrito e possui uma forte segmentação da cadeia produtiva passando pela produção, montagem e acabamento da peças, envolvendo diferentes categorias de artesãos/empresários.

O Sertão do Araripe apresenta em seus municípios (Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade) uma economia caracterizada pela exploração da gipsita no chamado Polo Gesseiro, pelas culturas de subsistência nas áreas de sequeiro e pela pecuária extensiva (exploração do bovino/ caprinocultura) e agricultura diversificada na Chapada do Araripe (produção de mandioca). A região concentra 40% das reservas de gipsita do mundo. Os transportes: ferroviários e hidroviário são alternativas para a redução do custo dos fretes. A implantação da ferrovia Transnordestina possibilita o escoamento e exportação de produtos da Região através do Porto de Suape, localizado no Cabo de Santo Agostinho. O trecho localizado entre Araripina e Parnamirim é chamado de Ferrovia do Gesso e tem extensão de 120 quilômetros.

No Sertão do Pajeú, a economia está na agropecuária, na indústria, no comércio/serviços e no turismo, atividades que se distribui entre os municípios de: Afogados da Ingazeira, Calumbi, Brejinho, Carnaíba, Flores, Igaracé, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Cruz de Baixa Verde, Santa Teresinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo e Tuparetama. A população economicamente ativa é de 125.240 habitantes, dos quais 51,6% estão vinculados ao setor agropecuário.

Serra Talhada é responsável por 31,4% do total do PIB da região. Esse município destaca-se na indústria de construção civil, gerando 8,7% de emprego, no comércio e serviços médicos, também com 8,7%. Afogados da Ingazeira destaca-se no setor de vestuário, que gera 4% dos empregos e São José do Egito nos serviços médicos, com 7,6%.

O Sertão de São Francisco é formado pelos municípios de: Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista. Eles estão inseridos no mercado mundial pela exportação de frutas *in natura*, caracteriza-se pelo desenvolvimento da agricultura irrigada às margens do Rio São Francisco, com destaque para a fruticultura, horticultura e floricultura e na agroindústria, pela vitivinicultura, com a produção de vinhos finos de mesa conhecidos nacional e internacionalmente.

Nessa região, as atividades urbanas estão vinculadas ao desenvolvimento da agricultura irrigada, que possui fortes ligações com a agroindústria e o comércio, com a presença de um setor industrial em expansão e de atividades terciárias diversificadas, contando, inclusive, com um polo de serviços especializados consolidado. A região tem como vias de principal acesso as BRs 428, 122, 316, 407. Também possui diversas estradas vicinais que ligam os povoados aos maiores centros urbanos.

A Região é alvo de grandes projetos que geram alternativas para o escoamento de produção, transporte de insumos e mercadorias, e, principalmente, uma melhor articulação com o Porto de Suape. Nesse sentido, já foram concluídas 65% das obras da hidrovia do São Francisco, que potencializará os portos da Região. Recursos estão sendo negociados para a implantação da Ferrovia Transnordestina.

5.2.1 Principais Áreas Culturais Mobilizadoras de Desenvolvimento Local

Pode-se observar que há nove municípios localizados nas quatro regiões: Região Metropolitana, da Mata, Agreste e Sertão, portanto do leste para o Oeste no mapa, ou seja, que se afastam do litoral. Portanto, Recife, Olinda, na Região Metropolitana e Goiana na Mata Norte estão mais próximos entre si que os demais, embora os municípios estejam em duas regiões diferentes, mas vizinhas, Caruaru, Paelas e São Bento do Una no Agreste Central apresentam-se medianamente próximos; e os municípios sertanejos selecionados, são os que se apresentam geograficamente bem mais afastados uns dos outros: Petrolina no Sertão do São Francisco, Lagoa Grande no Sertão do São Francisco e Tabira no Sertão do Pajeú.



Figura 03 Mapa das Regiões do Estado de Pernambuco Fonte: CONDEPE FIDEM, 2010.

5.2.2 Perfil das Principais Áreas Culturais Segundo Grupos de Atividade no Interior de Pernambuco

Em **Caruaru**, há 35083 (IBGE, 2000) empregos formais, sendo que 46% no comércio, 5% na indústria e 2,2% em cultura. A maior parte do emprego formal na cultura está em editorial, ou seja, edição e impressão de livros, revistas, jornais e outros produtos gráficos, além de material escolar e para usos industriais e outros serviços gráficos. Os municípios vizinhos a Caruaru (Agrestina, Altinho, Bezerros, Brejo da Madre de Deus, Frei Miguelinho, Riacho das Almas, São Caetano, Toritama e Vertentes) apresentam o mesmo comportamento, ou seja, maior emprego formal no setor do comércio, seguido de indústria e cultura.

Goiana é um município a zona da mata em PE, fronteira estadual com a Paraíba, caracterizado por um grande contingente de bens culturais intangíveis, especificamente: a) no folclore e manifestações artísticas, possui 19 atividades registradas no Mapeamento das Atividades culturais em Pernambuco e na Paraíba (MOUTINHO & CAVALCANTI FILHO, 2008), realiza 21 eventos e festas populares anuais, principalmente no largo à margem da BR-101, onde é montado grande palco e arquibancadas, área fechada para tráfego de automóveis durante os eventos, entre os quais: Bandeiras Juninas - Ponta de Pedra e Carne de Vaca; Procissão Marítima de São Pedro; Procissão do senhor Morto – Ponta de Pedras – sexta-feira santa; Festival Estudantil de Banda de Fanfarras; desfiles de agremiações carnavalescas; Paixão de Cristo; procissão de Bom Jesus dos Passos; Festa das Heroínas de Tejucupapo; procissão da Lenha; Vaquejada Parque Pimentel; Cavalgada Ecológica pela Paz; Festa de Nossa Senhora da Conceição; Festa de Nossa Senhora do Rosário; Festa de Nossa Senhora do Carmo; Festa de Santa Maria; Festa de São Lourenço; Festa de São Pedro e Aniversário da cidade - 5 de maio.

O emprego formal em atividades culturais no município de Goiana é pouco significativo: apenas 24 pessoas empregadas, segundo a (MOUTINHO & CAVALCANTI FILHO, 2008), das quais 13 em edição e impressão de produtos gráficos (excluindo-se jornais, livros e revistas). Em Goiana, há 10.398 empregos formais, 12% do comércio, 10% na indústria e apenas 0,2% na área cultural, percentuais muito baixos em Áreas Culturais. Em relação à agricultura, pecuária e serviços relacionados que apresenta 39,9% de emprego formal. Os municípios vizinhos a Goiana (Aliança, Itambé e Itaquitinga) apresentam comportamento similar a Goiana, ou seja, maior emprego formal em comércio, seguido de indústria e uma parcela mínima empregado na cultura. Entretanto o destaque destes

municípios é o maior número de emprego formal na administração pública, defesa e seguridade social.

Caruaru, Goiana, Olinda e Recife são os municípios que têm alguma formalidade dos contratos de trabalho em Áreas Culturais. Portanto, cinco entre os nove municípios com potencial cultural em Pernambuco: Tabira, São Bento do Una, Panelas, Lagoa Grande e Petrolândia apresentam-se com 0% de formalidade nas estatísticas de emprego formal em atividades culturais da base de dados do Ministério do Trabalho. Uma explicação para essas ausências é encontrada na informalidade inerente às atividades culturais que desenvolvem. Este resultado acentua à medida que avança do litoral para o Sertão do estado onde eventos e festas populares, a gastronomia e o artesanato predominam.

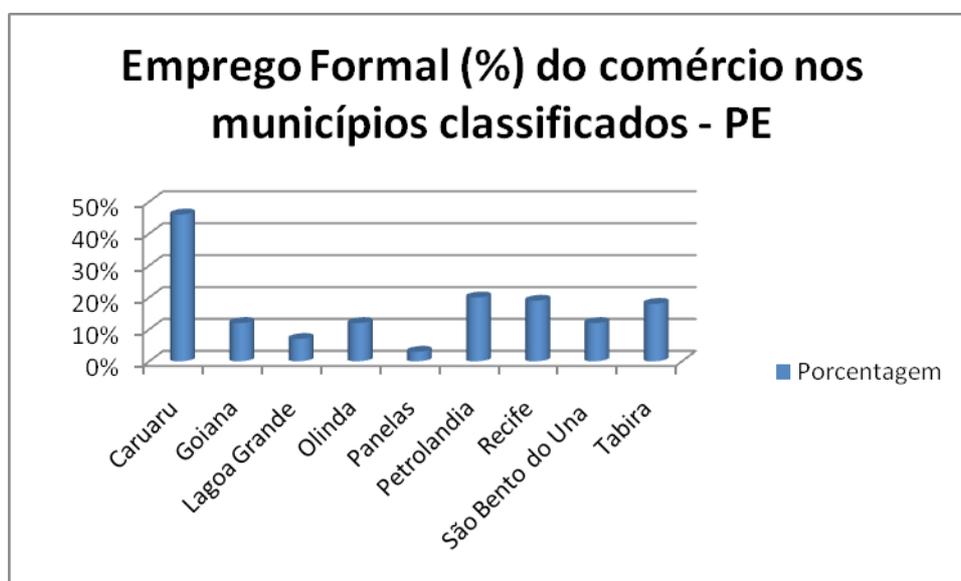


Figura 04 Emprego formal nos municípios. Fonte: MOUTINHO E CAVALCANTI FILHO, apud IBGE 2008.

Tabira está localizada no Sertão do Pajeú, no estado de Pernambuco, distante 405 km do Recife. Abrange uma área de 393,3 km², com uma população de 24.904 habitantes, desses 66,3% compõem o quantitativo urbano e 33,7% rural. A taxa de alfabetização é de 69,07 % (MOUTINHO E CAVALCANTI FILHO, 2008). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,63, considerado médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O índice de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, é de 0,60. O Produto Interno Bruto (PIB), de R\$ 41.129,05 (em mil reais), representando cerca de 0,13% do PIB de Pernambuco.

Em Tabira, há apenas 945 empregos formais, sendo que 19% no comércio, 0% na indústria e 0% em cultura. No entanto, apresenta 65% do emprego formal na administração pública, defesa e seguridade social. Os municípios vizinhos a Tabira (Afogados da Ingazeira, Igaraci, Ingazeira, Santa Terezinha, São José do Egito e Solidão) apresentam o mesmo comportamento que Tabira, ou seja, uma parcela maior de emprego formal no comércio, seguido de indústria e cultura e, assim como em Tabira, todos os municípios vizinhos possuem o maior número de emprego formal na administração pública, defesa e seguridade social.

O município destaca-se por seus eventos e festas populares, pela gastronomia e artesanato. É conhecida por seus pratos como: arroz de leite, bode assado, buchada, cachaça, mel, rapadura, alfenim, batida, canjica, munguzá, pamonha, xerém, doce de batata do imbuzeiro (tijolo), farinha de mandioca, beiju, goma, galinha de capoeira e mocotó de boi, rabada, sarapatel. A cidade realiza 17 eventos ao longo do ano: cidade mais festeira do Pajeú, Festa da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios – 15 de agosto; FIPE – Festival de Interpretação de Poesia – junho; FACC – Festival da Arte e da Cultura do Carlota – setembro; Arrastão com Cristo – última sexta-feira de novembro; Tabira Folia – carnaval fora de época – julho; Tabira Rock – janeiro; Festa dos anos 60 – julho; carnaval; Portal Natalino; Missa do Vaqueiro – janeiro; Encenação da Paixão de Cristo; Missa do Poeta – setembro; Festa dos Motoristas – setembro; Festa do Brega – janeiro; Semana da Arte e Cultura – novembro e Aniversário da cidade – 27 de maio. Também movimentam a economia com doze tipos de artesanatos: crochê e bordados, brinquedos de lata e madeira, almofada de lã e macramê escovado, utensílio de jornal reciclado, escultura em madeira e em pedra sabão, escultura em tecido/ colchas, fuxicos e bonecas, esculturas em cerâmica – peças utilitárias e decoração, além de santos em cerâmica e em madeira.

O município de **São Bento do Una** está localizado no Agreste Central pernambucano, a 208 km de Recife. Abrange uma área de 715,9 Km², com uma população de 47.317 habitantes, com 51,4% em meio urbano e 48,6% em meio rural. A taxa de alfabetização é de 60,45% (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2010). O IDH do município é de 0,623, considerado médio pelo PNUD e o índice de Gini é de 0,78. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 101.020,91.

Neste município, existem 2588 empregos formais, sendo que 9% no comércio, 0% na indústria e também na área cultural. No entanto, apresenta 48 % do emprego formal na administração pública, defesa e seguridade social. Os municípios vizinhos (Belo Jardim,

Cachoeirinha, Calçado, Capoeiras, Jucati, Jupi, Lajedo, Pesqueira, Sanharó, Tacaimbó) com exceção de apenas de Belo Jardim, que apresenta uma parcela maior de emprego formal na indústria, seguido de comércio e cultura, todos eles seguem o mesmo comportamento de São Bento do Una, entretanto, apresenta maior porcentagem de emprego tanto na indústria como na cultura. Todos eles possuem o maior número de emprego formal na atividade da administração pública, defesa e seguridade social.

São conhecidas as Vaquejadas de São Bento do Una por movimentarem a economia da cidade, ao atrair grande público de várias regiões do estado. Não menos importante vem sendo as concorridas Corridas da Galinha de São Bento do Uma. Esses eventos contam com o atrativo da gastronomia exótica na perspectiva do visitante: Umbuzada, doce de facheiro, carne de sol, doce de abóbora, beiju, cocada de batata de imbu, bolacha folhada batité, prega rabo, beira seca, chouriço, gengibirra, galinhada, galinha queijuda, galinha de capoeira com xerém, licor de ovo, queijos e derivados de leite.

Panelas localiza-se na região do Agreste Central de PE, distante 201 km do Recife. Abrange uma área de 369,6 km², com uma população de 24.957 habitantes, com 41,9% correspondendo ao quantitativo urbano e 58,1% rural. A taxa de alfabetização é de 50,36%, segundo dados do PNUD. O IDH do município é de 0,576, considerado médio pelo PNUD, O IDH do município é de 0,576, considerado pelo PNUD e o índice de Gini é de 0,60, seu PIB é de R\$34.841,17 (em mil reais).

Em Panelas, existem 1311 empregos formais, sendo 3% no comércio, 0% na indústria e na área cultural. Entretanto, apresenta 95% do emprego formal na administração pública, defesa e seguridade social. Os municípios vizinhos a Panelas (Altinho, Cupira, Ibirajuba, Jurema, Lagoa dos Gatos, Quipapá, São Benedito do Sul) possuem comportamento semelhante em relação a sua estrutura de emprego formal.

Trilha Panelense de Motoqueiros e Maratona das Cruzes são os eventos esportivos de destaque da cidade, no entanto, é o Festival Nacional de Jericos que somado ao artesanato (bonecas de pano e de palha, esculturas em pedra sabão, fantasias para o festival de jericos, bordados, cestas e trançados) aos artefatos em papel, artefatos em madeira, aos atrativos gastronômicos: doce de batata doce, bolo de jerimum, buchada, cachaça no caco, carne de bode, bolo de batata doce, doce de casca de melancia, quentão, rapadura, tanajura temperada e licor de jabuticaba movimenta a economia local.

A Cidade de **Lagoa Grande** foi desmembrada do município de Santa Maria da Boa Vista em 1995. A cidade está localizada no Sertão do São Francisco pernambucano, distante a

713 km do Recife. Abrangendo uma área de 1.874,4 km², com uma população de 21.885 habitantes, sendo desse número 45,2% de perfil urbano e 54,8% rural. A taxa de alfabetização é de 65,95%, segundo dados do PNUD. O IDH do município é 0,627, considerado médio pelo PNUD, o índice de Gini é 0,61. O PIB é de R\$72.681,18 (em mil reais).

O número de empregos formais, do município, é de 2388, sendo 7% em comércio, 0% em indústria e 0,04% em cultura. O destaque deste município é em relação à agricultura, pecuária e serviços relacionados que absorve 59,7% do emprego formal. As principais atividades econômicas do município são o cultivo de uvas, a produção de vinhos e o comércio. Vizinha a Petrolina, economicamente dinâmica devido às culturas irrigadas para exportação e devido a isso, há um transborde de dinamismo para Lagoa Grande. Existe uma atração religiosa característica da população sertaneja, que é exacerbada em Lagoa Grande. É conhecida e concorrida pela Missa do Vaqueiro e pelas festas: de Santa Bárbara em agosto, a Festa da Padroeira em janeiro, a Festa de Santo Antônio em junho, a Festa de Nossa Senhora do Rosário em outubro e a Festa de Nossa Senhora dos Remédios em setembro. No entanto, os laços de proximidade com Petrolina se tornam ainda mais impulsionadores da dinâmica com o VINHUVAFEST – Festa da Uva e do Vinho do Nordeste que promove e divulga o principal produto do Município, a uva; em outubro, e, com outras festas profanas, como: CARNAVALIA – carnaval fora de época; Festa do tomate; Festa do comércio.

Petrolândia foi criada em 1849. O município está localizado no Sertão de Itaparica, em Pernambuco, distante 430 km do Recife. Abrange uma área de 1.088,25 km², com uma população de 30.788 habitantes. A taxa de alfabetização é de 75,71%, segundo dados do PNUD. O IDH do município é de 0,688, considerado médio pelo PNUD. O índice de Gini é de 0,58, o PIB é de 331.908,79 (em mil reais). São 1979 empregos formais, sendo 20% em comércio, 0% em indústria e em cultura. O destaque deste município é administração pública, defesa e seguridade social apresentando 63% do emprego formal. Os municípios vizinhos a Petrolândia (Floresta, Jatobá e Tacaratu) apresentam maior parcela de emprego formal no comércio, mas diferente de Petrolândia apresentam 1% de emprego formal tanto na indústria como na área cultural. Porém, a atividade que carrega o maior número de emprego formal nos municípios é a administração pública, defesa e seguridade social.

Com relação às dotações culturais, repete nesse município o vetor dinâmico baseado em Áreas Culturais dos tipos: artesanato e artefatos regionais, folclore e manifestações artísticas eventos e festas populares do Sertão do São Francisco. A peculiaridade de Petrolândia é a herança indígena que sugere um Arranjo Produtivo e Inovativo Local em Área

Intensiva em Cultura: artes e culinária popular com essa característica cultural de sua população nativa que até o presente ainda marca a musicalidade e outros aspectos culturais locais. No que se referem às artes, música e dança, são vinte e um grupos de dança, bandas, corais, grupos artísticos, grupos de capoeira, entre outros. É expressiva a influência indígena, a exemplo do Grupo Indígena Kambiwuá em suas apresentações de dança e música. No artesanato, também se percebe claramente a presença indígena, que é mais expressiva nos artefatos de barro, nos trançados e cestaria em cipós, especialidade do Sítio Piancó, caniços e palhas. Nas tecelagens, não é diferente: tapetes, colchas, mantas, bolsas, toalhas e redes, etc. A herança indígena também é marcante nas esculturas em madeira, nos artigos de palhas e vassouras do povoado Meirus, nos temperos e doces.

Existem extremas assimetrias absolutas entre os maiores municípios do estado de Pernambuco e os demais, de menor porte. Recife, individualmente, representa quase o dobro (62,4%) do total de bens culturais do restante do estado (37,6%). Caruaru e Olinda representam dimensões semelhantes do total do estado. O padrão de concentração e hierarquização da rede urbana prevalece.

6 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TURISMO DE EVENTOS CULTURAIS NO INTERIOR DE PERNAMBUCO

Este capítulo aborda, especificamente, as duas principais instituições pernambucanas que executam, respectivamente, as políticas de cultura e de turismo no estado de Pernambuco: a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) e a Empresa do Turismo de Pernambuco (Empetur). Pelo escopo da atual conjuntura política de Pernambuco, serão consideradas apenas essas duas instituições para aprofundamento deste capítulo, devido à participação maciça destas nas ações de eventos culturais no interior pernambucano.

6.1 A Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe

Trata-se do órgão executor da Política Cultural do Estado, desde a década de 1970. Conforme sua missão divulgada em seu site institucional (www.fundarpe.gov.pe.br), a Fundarpe tem como objetivo principal a promoção, o apoio, o incentivo, a preservação e a difusão das identidades e produções culturais de Pernambuco, focada na inclusão social, na universalização do acesso, na diversidade cultural, na interiorização das ações e no desenvolvimento regional integrado.

Criada em 17 de julho de 1973, inicialmente como fundação ligada ao Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE). Posteriormente, ficou subordinada à Secretaria de Cultura, em geral em conjunto com a função de órgão de turismo, e atualmente encontra-se atrelada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco. Funciona na forma jurídica de direito privado sem fins lucrativos, a Fundação visa, além do incentivo à cultura, a preservação dos monumentos históricos e artísticos do Estado. Ao longo de sua história, já foi incorporada à Administração Indireta do Estado e, hoje, está vinculada à Secretaria de Educação. Sua sede fica localizada na Rua da Aurora na cidade do Recife. A disposição organizacional desse órgão pode ser verificada no quadro 5 (ANEXOS).

Durante o ano de 2010 e início 2011, a imprensa divulgou rumores envolvendo irregularidades relacionadas a auditorias realizadas em ações da Fundarpe (JORNAL DO COMMERCIO, 2011), em fevereiro de 2011 o governo fez mudanças nos principais cargos da instituição.



Figura 05 Detalhe do prédio sede da Fundarpe localizado na Rua da Aurora, Recife-PE.
Fonte: www.fundarpe.pe.gov.br



Figura 06 Festival de Inverno de Garanhuns. Fonte: www.jconline.com.br

A extinção do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos levou ao esvaziamento da questão patrimonial no órgão de conservação estadual pernambucano, com o crescimento, nos últimos anos (década de 90), das ações de fomento cultural (KÖHLER, 2005).

6.1.1 Eixos da Política Cultural

A política cultural proposta pela Fundarpe está embasada em quatro eixos, que são:

EIXO 1 - Constituinte Cultural de Pernambuco; Reestruturação Organizacional: implementação da política “Pernambuco Nação Cultural”, com realização de Fóruns e Planos Regionais e Setoriais; e instituição da Lei de Política Pública de Cultura.

EIXO 2 - Dinamização da Rede de Equipamentos e Implantação da Rede Regional: Reforço da rede de equipamentos culturais e museus, implementação das 12 estações culturais, regionais e a do arquipélago de Fernando de Noronha, capilarização da política pública de cultura nos 185 municípios através da estruturação das Células Culturais nas escolas públicas do Estado.

EIXO 3 - Desenvolvimento da Política Cultural: ações da política da Fundarpe que visam ao fomento, à preservação, à formação, à difusão, à distribuição da cultura no Estado, levando em conta sua dimensão simbólica e seu desenvolvimento dentro do conceito de economia da cultura, com foco na inclusão social.

EIXO 4 - Comunicação, conexões e difusão cultural: inserção da cultura do Estado nos meios de comunicação (como em seu portal em sítio eletrônico, figura 10 - ANEXOS), em âmbito nacional e internacional. Divulgação da produção de bens culturais e da produção alternativa. É também responsável pela implementação do portal de internet Pernambuco Nação Cultural.

6.1.2 Políticas Culturais

6.1.2.1 Células Culturais

O programa Células Culturais, importante meio de execução da política Pernambuco Nação Cultural, tem como principal objetivo a inclusão da juventude, permitindo o acesso às ações de formação e de participação na produção, preservação e difusão de bens e serviços culturais. Todas as ações têm como foco os territórios com maiores índices de violência, uma vez que ele integra o Pacto Pela Vida, ação de segurança civil do Governo de Pernambuco, que pretende resgatar a cidadania e reduzir índices de violência e crimes.

Através das oficinas e aulas-espetáculo ministradas pelos Pontos de Cultura do Governo Federal e pelos Patrimônios Vivos pernambucanos, do oferecimento de cursos técnicos e da produção de festivais culturais, os alunos já começaram a conhecer, participar e vivenciar mais de perto a cultura do Estado. Em 2007, a primeira ação da Política Células Culturais foi o projeto Desenhando Cultura, em que 37 alunos da rede pública de ensino do bairro de Santo Amaro, no Recife, estão se formando em animação gráfica. Na grade

curricular de 20 horas semanais, iniciadas em agosto, além do conteúdo técnico, estão aulas de história da cultura artística pernambucana, português, informática, ética e cidadania. De forma pioneira para os cursos dessa área, os alunos receberão, após um ano e meio, um diploma de nível técnico certificado pelo Ministério de Educação (MEC). As escolas e espaços culturais vinculados à Fundarpe oferecem oficinas e aulas-espetáculos, ministradas pelos Pontos de Cultura. Os alunos podem escolher as áreas de interesse, como música, audiovisual, comunicação, cultura popular, entre outras.

6.1.2.2 Pontos de Cultura

Os pontos de cultura são a principal ação do Programa Mais Cultura, proposto pelo Ministério da Cultura em parceria com os governos estaduais e municipais. O intuito deles está em preservar memórias e histórias, além de estimular ações voltadas para a cultura de raiz e para o fortalecimento das manifestações populares dentro dos seus territórios de origem. Até este ano, mais de dois mil e quinhentos Pontos de Cultura foram aprovados em todo o país (LIRA, 2009).

Em 2007, devido à instauração dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC), o Ministério da Cultura lança o PAC da cultura – Mais Cultura, esse programa tinha por objetivo consolidar a cultura na agenda do desenvolvimento social, abrindo espaço para participação de outros órgãos públicos, bancos oficiais, conselhos, órgãos de cultura que buscavam um fortalecimento do diálogo, das propostas e ações transversais.

Acordos de cooperação com governos estaduais municipais e dentro do plano de instituição do Sistema Nacional de Cultura possibilitaram a descentralização e compartilhamento da gestão. Essa estadualização apresenta uma possibilidade de minimização de problemas frequentes identificados como repasse de recursos (o mais apontado), processos complexos e valores insuficientes. Esses problemas se referem à inexistência de estruturas que sustentem as ações realizadas (LIRA, 2009).

6.1.2.3 Festival Pernambuco Nação Cultural e Fóruns Regionais de Cultura - Democratização da Política Cultural

A Fundarpe, desde 2007, apresentou um meio de construção de política cultural no Estado, a partir da instalação dos Fóruns Setoriais e Regionais de Cultura. Neles, artistas, produtores, representantes governamentais e agentes culturais discutem, propõem e planejam

ações de forma democrática, regionalizada e participativa. O produto desses encontros serve como base para definir caminhos e regras para o desenvolvimento e a integração das ações culturais nas 12 Regiões de Desenvolvimento, de acordo com suas identidades. Desta construção conjunta, foi instituído o primeiro edital de fomento ao audiovisual de Pernambuco, totalizando um investimento de R\$ 5,3 milhões para o setor. "Queremos levar o modelo de política pública para a área de cultura como já ocorre com educação e saúde" fala da presidência da Fundarpe.

Após a apresentação da política cultural, os participantes propõem as ações em conjunto e uma comissão é formada para acompanhar o andamento das propostas, articular com a classe ou região e cobrar o cumprimento das metas estabelecidas. Nessas comissões, é fundamental a presença do segmento artístico e de representantes do poder público. As escutas regionais começaram em outubro de 2007, pelo Arquipélago de Fernando de Noronha e pela Zona da Mata Norte. Em novembro do mesmo ano, foi a vez dos municípios da Mata Sul. Em 2008, o debate foi levado ao restante das Regiões de Desenvolvimento.

A Fundarpe realizou as primeiras escutas com os setores de audiovisual, fotografia, circo, ópera, teatro, dança, artes plásticas e gráficas, literatura, cultura popular, moda, artesanato, música e patrimônio, além dos produtores culturais e com 190 secretários municipais de cultura e turismo do Estado. Uma classe que teve atenção foi a formada pelos Pontos de Cultura do Governo Federal que definiu sua integração na política estadual de cultura. O calendário de festival do ano de 2010 está apresentado a seguir:

Quadro 02. Calendário do Festival Pernambuco Nação Cultural no ano de 2010.

Mês	Evento e Rota Relacionada	Região	Sede	Dias
Janeiro				
Fevereiro	Ciclo Carnavalesco	Várias	Várias	11 a 16
Março	Festival PE Nação Cultural – Rota Turística Náutica Coroa do Avião	Zona da Mata Norte	Goiana	24 a 30
Abril	Ciclo das Paixões	Várias	Várias	2 a 4
Maiο	Festival PE Nação Cultural (Cavalgada à Pedra do Reino) – Rota Turística Cangaço e Lampião	Sertão Central	São José do Belmonte	24 a 30
Junho	Ciclo Junino	Várias	Várias	23 a 27
Julho	Festival PE Nação Cultural (Festival de Inverno de Garanhuns) - Rota Turística da Crença e da Arte	Agreste Meridional	Garanhuns	15 a 24
Julho	Festival PE Nação Cultural (Festival de Cinema de Triunfo/ Festa do Estudante) - Rota Turística do Cangaço e Lampião	Sertão do Pajeú	Triunfo	23 a 01/08
Agosto	Festival PE Nação Cultural (Festa da Renascença) – Rota Turística da Crença e da Arte	Agreste Central	Pesqueira	02 a 08
Agosto	Festival PE Nação Cultural (Festa das Dálias) – Rota Turística da Moda e da Confecção	Agreste Setentrional	Taquaritinga do Norte	09 a 15
Agosto	Festival PE Nação Cultural (Festa da Estação) – Rota Turística Luiz Gonzaga	Agreste Central	Gravatá	16 a 22
Setembro	Festival PE Nação Cultural (Festa da Primavera) – Rota Turística do Vinho e Vale do São Francisco	Sertão do São Francisco	Petrolina	20 a 26
Outubro	Festival PE Nação Cultural (Forromares) – Rota Águas da Mata Sul (CANCELADA)	Zona da Mata Sul	Palmares	18 a 24
Novembro	Festival PE Nação Cultural (Festa das Etnias) sem rota relacionada.	Sertão de Itaparica	Floresta	16 a 21
Dezembro	Festival PE Nação Cultural (Aniversário de Luiz Gonzaga)	Sertão do Araripe	Exu	6 a 13.

Fonte: Elaboração Própria. Baseado em dados coletados em *Sistematização das Escutas Realizadas no I Encontro de Fórum Regional de Cultura Zona da Mata Sul* (2009).

6.1.2.4 Política de Fomento - O Funcultura

Criado em 2003, o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura) é o mecanismo concebido e implantado pelo Governo de Pernambuco para unificar as ações de incentivo à produção cultural no Estado. O Funcultura é uma ferramenta que veio substituir o antigo Sistema de Incentivo à Cultura (SIC), segundo o site institucional da Fundarpe, serviu de modelo para o Sistema Nacional de Cultura, do Governo Federal.

Desde as mudanças adotadas no Funcultura a partir de 2007 - ampliação do recurso em 200% para projetos independentes, destinação de recursos por linha de ação, circulação das ações pelas diversas regiões do Estado, modelo de co-gestão com a classe cultural e órgãos ligados à cultural - vem sendo observado o fenômeno de cada vez mais produtores e projetos

concorrendo ao incentivo. Após a ampliação dos recursos em 2009, o Funcultura destinou R\$ 34,7 milhões, que serviram para financiar projetos de produtores culturais independentes.

Alguns projetos apoiados pelos recursos provenientes do Funcultura foram eventos como o Janeiro de Grandes Espetáculos, o Festival de Teatro para Crianças, a Bienal Internacional do Livro, a Mostra Internacional de Música em Olinda (Mimo), o Circuito Pernambucano de Choro, o Encontro de Sanfoneiros, entre tantos outros. Existe ainda participação de Pernambuco nas feiras e eventos internacionais e no incentivo ao lançamento de trabalhos dos produtores culturais do Estado, como CDs, peças, livros, programas de TV, pesquisas e recuperação do patrimônio. Segundo o site institucional da Fundarpe, o patrimônio artístico de Pernambuco PE é tratado como um bem social e econômico do Estado.

6.2 Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur)

Em Pernambuco, acompanhando as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, é criada a Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur), no dia 3 de novembro de 1967, sendo ligada à Secretária de Indústria e Comércio e com a finalidade de executar uma política estadual de turismo, regida pela Política Nacional de Turismo.

Dentro do seu vasto programa de ações, a Empetur destacou-se por sua ação nas artes populares. É seu intuito “valorizar a Cultura Popular, sob seus múltiplos aspectos de folclore, artesanato, arte popular e gastronomia” (MAURICIO, 1978 apud VICENTE, 2009), tendo, como finalidade básica, fazer o turista assistir as manifestações folclóricas, fazer o turista conhecer os objetos de artesanato folclórico.

Percebendo que a Empetur foi inaugurada em 1967 e a Fundarpe foi criada somente em 1973, nesses primeiros momentos apenas o órgão de turismo trabalhava com a cultura no estado, por isso percebe-se a forte associação desta instituição com as ações voltadas à cultura. Nesses primeiros anos, foi realizado o primeiro inventário turístico do estado, visando encontrar suas potencialidades, tanto em termos de recursos naturais quanto culturais, em todo o território.

Nesse mesmo período, foram incentivadas a criação e a encenação de peças teatrais, exposição de novos pintores nas dependências da Empetur, bem como o incentivo à primeira apresentação da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, no Brejo da Madre de Deus, na região

agreste do estado. A encenação, nessa época, durava três dias e, em cada dia, era realizado um ato da peça.

Nessa fase inicial, foram realizados cursos de gastronomia pernambucana, cultura popular, artesanato e danças. Esses cursos contaram com a participação de pesquisadores da época, e entre eles estavam Gilberto Freyre, Mario Souto Maior, Padre Jaime Diniz. Desses cursos saíram novas ações da Empresa de Turismo de Pernambuco.

Essas ações se concretizaram em cursos nas mais diversas áreas da cultura pernambucana: culinária com bolos e doces do estado, bebidas com os licores, dança com os concursos de quadrilha, ciranda, música com sanfoneiros e violeiros, dentre outras ações.

Lado a lado com as ações da Empetur, estava a Empresa Metropolitana de Turismo (Emetur), criada em 1970 e mantida pela prefeitura do Recife. A Empetur realizava festivais de músicas, publicava cartilhas sobre as danças e músicas populares, cartilhas de folclore.

Diante de tantas ações realizadas pela Empetur no âmbito da cultura popular, a Comissão Pernambucana de Folclore se manifestou contrária à atuação das empresas de turismo Empetur e Emetur. A Comissão entendia que estavam ocorrendo descaracterizações dos eventos e das manifestações populares. Os membros da comissão deflagram, então, uma Campanha Pernambucana Contra o Turismo, em 1978. Os folcloristas tinham como objetivo principal “acabar com o Turismo Oficial e com as entidades tipo a Emetur e Empetur e similares pernambucanas”.

Entretanto, na década de 80, a Empetur começa a diminuir as suas ações diretas na cultura popular pernambucana. Houve uma mudança na visão política e ações estratégicas da Empetur. Transferiu-se a política cultural para a Fundarpe e coube à Empetur política exclusiva de captar mercados, feiras, congressos, etc. De certa forma, a pesquisa, a produção de eventos, a divulgação de aspectos culturais mais de raízes perdeu destaque.

A Empetur deixa de trabalhar diretamente com a cultura popular de Pernambuco, atuando como repassadora de verbas para a produção de eventos que não necessariamente relacionados à cultura popular local, mas isso não quer dizer que esta, na elaboração do marketing turístico, não utilize a cultura pernambucana como diferencial.

Segundo a diretora de Ações Estruturadoras da Empetur, a Secretaria de Turismo traça políticas para o turismo do estado, sendo vinculada diretamente ao Governo do Estado, porém não as executa. A Empetur é órgão executor destas políticas. Ainda ressaltou-se a existência da Prodetur, a este órgão estão ligadas questões relacionadas à infraestrutura e projetos Institucionais. Os Recursos das obras da Prodetur são advindos do Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID), através de empréstimos em que são oferecidos como contrapartida os projetos ou a própria estrutura.

A promoção turística que contempla as cidades do interior pernambucano é realizada através do **Programa “Pernambuco Conhece Pernambuco”**, criado em maio de 2008 e visou ao processo de interiorização do fluxo turístico no estado. O mesmo consiste na elaboração de rotas turísticas envolvendo alguns municípios selecionados que compartilhem de características afins. As rotas e os respectivos municípios compreendidos por cada uma delas estão relacionados no quadro a seguir.

Quadro 03. Rotas Turísticas do Programa “Pernambuco Conhece Pernambuco”

Rota Turística	Cidades
R. Luiz Gonzaga	Moreno, Gravatá, Bezerros, Caruaru, Bonito e Brejo da Madre de Deus.
R. Engenhos e Maracatus	Camaragibe, Paudalho, Carpina, Nazaré da Mata, Tracunhaém, Lagoa do Carro, Aliança, Vicência e Itambé.
R. do Cangaço e Lampião	Serra Talhada, Santa Cruz da Baixa Verde, Triunfo e São José do Belmonte.
R. Costa dos Arrecifes	Sirinhaém, Rio Formoso, Barreiros, Tamandaré e São José da Coroa Grande.
R. Náutica Coroa do Avião	Paulista, Igarassu, Itapissuma, Ilha de Itamaracá e Goiana.
R. do Vinho do São Francisco	Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Petrolina.
R. Águas da Mata Sul	Palmares, São Benedito do Sul e Quipapá.
R. da Moda e da Confecção	Taquaritinga do Norte, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.
R. da Crença e da Arte	Belo Jardim, Garanhuns, Poção, Arcoverde, Pesqueira, Saloá, Bom Conselho e Buíque.
R. da História e do Mar	Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Fernando de Noronha.
R. da Cantoria e da Poesia	Afogados da Ingazeira, São José do Egito, Tabira e Sertânia.

Fonte: Elaboração Própria. Baseado em informações coletadas em *Síntese do Perfil Socioeconômico do Participante dos Eventos de Culminação das Rotas do Pernambuco conhece Pernambuco* (2009).

Hoje, são mais de dez rotas de turismo existentes, a primeira delas foi a Rota Luiz Gonzaga que percorre o entorno da BR 232, compreendendo Zona da Mata e Agreste. Esta é a ação de maior destaque para o turismo praticado no interior e tem como público alvo o turista interno, como demonstra a figura 06.

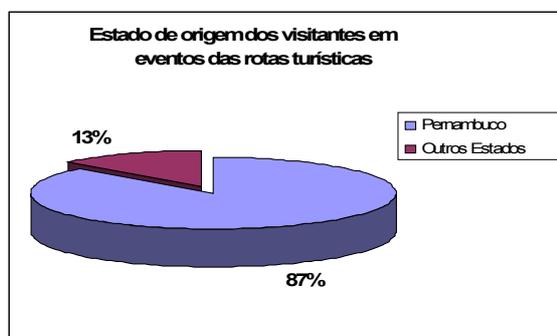


Figura 07 Estado de origem dos visitantes em eventos das rotas turísticas. Fonte: EMPETUR (2009).

Este programa possui repercussão satisfatória junto ao público que se destina (turista interno), figura 07, sendo metade deste público conhecedor do programa, segundo a instituição promotora.

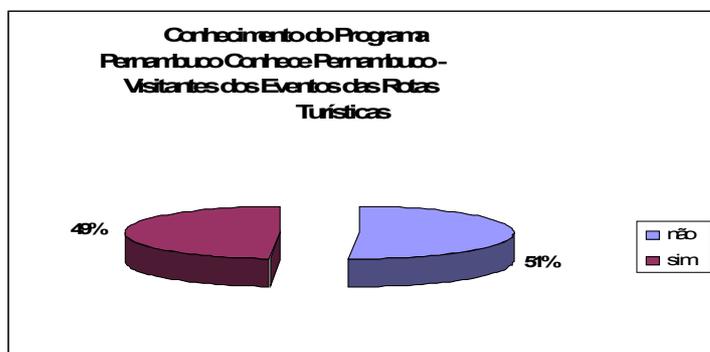


Figura 08 Conhecimento do programa Pernambuco conhece Pernambuco – visitantes dos eventos das rotas turísticas. Fonte: EMPETUR (2009).

A motivação do turista em viajar para o interior em busca de eventos e shows é perceptível conforme pesquisa realizada pela Empetur junto aos visitantes que participaram dos eventos realizados nas rotas turísticas como percebido na figura a seguir.

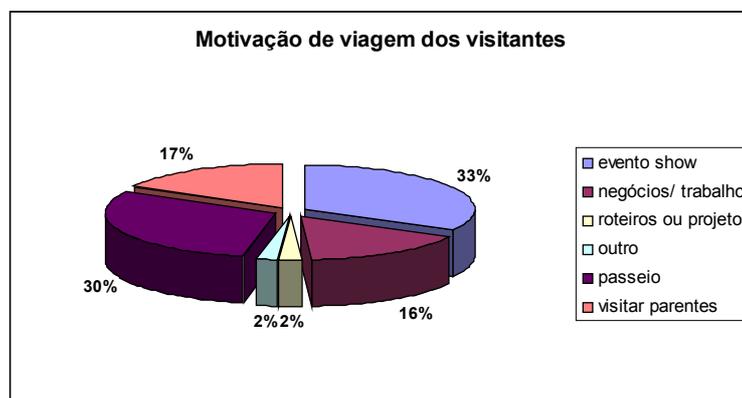


Figura 09 Motivação de viagem dos visitantes. Fonte: EMPETUR (2009).

A difusão deste Programa se realizou (se realiza) de forma massiva em folders, sítio eletrônico (ANEXO 3) e até ações de maior impacto como show rooms em locais de grande circulação como *shopping centers*, promovendo a atração ao povo pernambucano para pratica de consumo do turismo dentro do próprio estado

Em 2009, os recursos repassados pela Empetur passaram também ao controle da Fundação Estadual de Cultura. A Empresa de Turismo, no tocante às ações culturais, apenas promove o marketing do produto turístico cultural; pratica a pesquisa survey em eventos de grande porte, assim como a instalação de posto de informações turísticas nos mesmos.

6.3 Análise dos Dados

Vários atores e elementos são determinantes para o sucesso da atividade turística cultural, desses aspectos a percepção dos gestores é norteadora para que os resultados do trabalho dos órgãos públicos sejam positivos.

Desde sua fundação até a criação da Fundarpe, a Empetur realizava as ações a respeito do turismo em nível estadual. Durante a década de 1970, o slogan para o Turismo da época, a *indústria sem chaminé*, tratava a cultura popular como diferencial turístico. Alguns intelectuais da época, como Hermilo Borba Filho, e organizações culturais apresentaram reações por considerar o turismo como “uma desgraça para o folclore” (VICENTE, 2009).

Existem diferentes visões por parte dos gestores dos órgãos em estudo de como encarar o turismo cultural. Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, percebe-se que o embate de como tratar a exploração e preservação da cultura enquanto atrativo turístico existe entre os órgãos estudados. Se para o turismo, que através de sua lógica capitalista, evidencia que a exploração da atividade cultural possa ser tratada como uma indústria sem chaminé e que apenas dessa forma será alcançado desenvolvimento relevante. A cultura traz a preservação do patrimônio cultural como preocupação primordial, buscando formas de desenvolvimento que vão além do econômico. Para a Coordenadora do Sistema Estadual de Cultura:

Existe um embate conceitual entre turismo e cultura não apenas aqui em PE, enquanto elemento preservador x elemento predador. A nível interno de Estado democrático, há de se romper essa idéia. O turismo precisa passar pelo processo civilizatório de enxergar a cultura como elemento transformador e não apenas o aspecto eventual e episódico. Em PE a Secretaria de Turismo trilha um novo momento, vide a exploração das trilhas de Luiz Gonzaga, dos Maracatus, ações inovadoras e que buscam trabalhar de forma integrada a cultura e o turismo. Em PE existe uma potencialidade imensa de se trabalhar cultura e turismo de forma incorporada, mas já houve diversos avanços. Em 2007 foi realizada a primeira reunião conjunta de secretários de Turismo e Cultura dos municípios pernambucanos, fato até então inédito. O intuito é de minimizar o apartheid gerado pelo Turismo x Cultura. (Entrevista).

Para os gestores da Fundarpe, ir de encontro a um modelo dominante e padronizado de fazer turismo através da cultura é o *modus operandi* que marca esta gestão. Após obter controle dos recursos dos eventos de maior porte (grandes palcos e apresentações

com artistas renomados), em 2009, que antes pertenciam a Empetur, houve um reforço maior desse posicionamento em nível político.

O termo cultura “pasteurizada” está sempre presente nas falas dos gestores. Segundo o Diretor de Difusão da Fundarpe: “Para muitos estados, turismo cultural consiste em se fazer uma micareta ou oferecer uma atração de apelo nacional numa praça”, Essa prática comum de turismo cultural utilizada em todo país, se destaca por trazer um retorno monetário mais rápido, contudo existe concomitantemente um desvirtuamento da classe artística e cultural do estado, um processo que fere as identidades culturais de grupos tradicionais.

O Festival Pernambuco Nação Cultural surgiu como idéia de democratizar as ações de eventos que aconteciam no molde do consagrada Festival de Inverno de Garanhuns, que em gestões anteriores ficou inserida em uma programação denominada “Circuito do Frio” que incluía cidades de clima semelhantemente frio e com festividades também já existentes (Triunfo, Taquaritinga, Pesqueira e Gravatá).

Dividindo-se entre as doze Regiões de Desenvolvimento (RD’s), sendo eleito um município para sediar os eventos durante datas escolhidas do ano corrente, o Festival Pernambuco Nação Cultural mantém uma programação lúdica, que traz atrações locais e de âmbito regional em uma estrutura de palco aberto ao grande público. Paralelamente a isso, há a realização de fóruns. Estes fóruns regionais contam com a presença de representantes das prefeituras dos municípios da região, assim como a classe artística e cultural locais. Entre os entraves de implementação dos fóruns, a gestora responsável pelos mesmos destacou:

Algumas prefeituras não possuem sequer condições de entrarem enquanto parceiros em relação aos recursos, devido o fato destas recebem encargos demais e recursos mínimos. Este fato caracteriza num dos entraves junto às prefeituras (...). Em alguns casos se não houver transporte oferecido pela Fundarpe, não há possibilidade de participação de alguns municípios. (Entrevista).

Percebe-se que, enquanto Estado, que a função da Fundarpe está pautada em não apenas criar uma política de eventos culturais que seja para em “palco e shows”. Existe uma preocupação em aglutinar uma função pedagógica ao ente público não apenas de provedor. A democracia é legitimada através das instâncias de cogestão.

Esta pressupõe a conciliação entre a democracia formal ou representativa, onde você elege seus representantes através do voto, com a democracia direta ou participativa a partir de fóruns, conselhos, comissões, reuniões. A vocação do estado moderno é a de gerir “com”, ou seja, cogestão. (Entrevista).

O fenômeno da interiorização das políticas culturais em Pernambuco com uma proporção de alcance como o atual é bastante recente. O fato da Fundarpe apresentar apenas uma unidade estratégica em Recife representa, até hoje, um obstáculo para uma interiorização e democratização de políticas concernentes à cultura. Conforme fala da gestora, “o único evento descentralizado que havia, antes de 2007, era o Festival de Inverno de Garanhuns, que privilegiava apenas esse município do agreste Meridional”.

Percebe-se, porém, que as ações poderiam ser realizadas de forma integrada aos demais setores do turismo local, aos empresários. Existem alguns programas ainda com tímida atuação como o Projeto Servindo Cultura:

O Projeto Servindo Cultura oferece formação prática para os setores do trade turístico – relacionados à alimentação mais especificamente. Este projeto teve início este ano em São José do Belmonte. Estes profissionais capacitados são contratados e servem as equipes e artistas em eventos promovidos pela Fundarpe. (Entrevista).

Este Projeto atende muito mais a uma demanda da própria Fundarpe em relação à prestação de serviços, do que é como uma ação que traga retorno às comunidades locais, e que, ainda de certa maneira, trabalhe com capacitação junto a estas.

A descontinuidade política é uma incerteza para as gestões atuantes no sentido de manter uma política de inserção igualitária dos municípios para as políticas culturais, porém o trabalho de descentralização é uma premissa do Ministério da Cultura que é buscado hoje pela gestão da Fundarpe: “... não tornar a Região Metropolitana do Recife detentora dos recursos da Fundarpe em quase sua totalidade, o objetivo maior é tratar de maneira equânime em todas as regiões”.

Um dos pontos que inviabilizam a divulgação e conhecimentos das ações promovidas pela Fundarpe é o fato de não existir sedes fora da capital Recife. Estar mais próximo de cidades interioranas poderia potencializar esse fenômeno de interiorização do fomento em cultura.

O Programa Cultura Viva, que pode ser considerado como política pública de mobilização e encantamento social (LIRA, 2009), é um programa federal que tem como ação prioritária os “Pontos de Cultura”. Esta ação articula as demais ações do PCV numa rede horizontal de articulação, disseminação e recepção de desejos e iniciativas criadoras, agregando agentes culturais que articulam e impulsionam ações em suas comunidades, e

destas entre si. Não tem um modelo único e como característica comum a essas organizações está a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre comunidade e poder público. O PCV busca fortalecer as energias criadoras populares, em sua necessidade de representação simbólica de seus valores, ritos, afazeres, crenças, medos e alegrias tão diferentes quanto os espaços geográfico-culturais por onde se espalham.

Esta política busca respeitar a dinâmica das comunidades dando suporte às ações e visando ao desenvolvimento de uma cultura (*modus operandi*) cooperativa. Por essa razão, sua gestão é flexível e moldável. O Ministério da Cultura reconhece que ao longo do processo haverá tensões envolvendo o movimento social (que se apropria de mecanismos de gestão de recursos públicos) e o Estado (aparato burocrático, regras e normas rígidas) (LIRA, 2009). Em sua fala sobre os fóruns realizados pela Fundarpe durante o Festival Pernambuco Nação Cultural, a coordenadora do Sistema Estadual de Cultura relata:

O fórum é o local onde se dá voz e vez as regiões. Em um primeiro momento percebeu-se descrença por parte dos municípios, o que configurou um entrave. A idéia que se tinha por parte dos municípios interioranos era de que após essa intervenção o trabalho seria interrompido, ou seja, iríamos apenas chegar e não retornaríamos. (...) Ações arreadas por parte dos representantes da população civil dos municípios são compreendidas pela Fundarpe por motivação de desejo de mudança e garantia de direitos por parte dos municípios. (Entrevista).

Essa relação busca construir uma nova configuração de Estado, que compartilha com a sociedade civil seu poder. A gestora sobre isso declara:

A vocação pedagógica do Estado tem a função transformadora dessas estruturas arcaicas e obsoletas numa vocação de Estado Democrático Moderno até chegar àquilo que concebo que seria a radicalização da democracia através das instâncias de cogestão. Esta pressupõe a conciliação entre a democracia formal ou representativa, onde você elege seus representantes através do voto, com a democracia direta ou participativa a partir de fóruns, conselhos, comissões, reuniões. A vocação do estado moderno é a de gerir “com”, ou seja, cogestão. (Entrevista).

Este processo de tornar o social protagonista representa o reconhecimento por arte do Estado do fazer cultural em comunidades. Os Pontos de cultura tornam possíveis, dessa forma, a geração de condições de desenvolvimento econômico alternativo e autônomo para sustentabilidade da comunidade.

A estadualização dos Pontos representou uma nova possibilidade para que os problemas de gestão operacionais fossem minimizados, devido a maior proximidade da gestão pública e maior afinidade com questões regionais. Segundo o assessor de comunicação da Fundarpe, existiam, até outubro de 2010, 166 pontos de cultura em Pernambuco (130 geridos pela Fundarpe e mais 36 pelo Governo Federal). A grande maioria está localizada na Região Metropolitana do Recife (RMR), porém políticas que fixam o número determinado de Pontos por região no estado tentam diminuir esta disparidade. Os investimentos das ações dos Pontos de cultura são provenientes de 1/3 de receita estadual e 2/3 de receita federal. O assessor ainda afirma:

Em 2007 a atual gestora da Fundarpe (...) propôs estadualizar o edital o programa Pontos de Cultura que era apenas da esfera federal. O compromisso era de serem fomentados 120 pontos de cultura, sendo 10 em cada microrregião, porém por pressões diversas não foi definido o quantitativo por região. Os Pontos de Cultura são entidades que já produzem cultura e o edital do projeto contempla as atividades executadas por estes grupos, como oficinas. É liberado por triênio o valor de R\$ 180.000 por projeto para registro, difusão e manutenção deste projeto. Um dos entraves deste projeto é a divulgação limitada da atividade enquanto meio integrante de atividades turísticas. Em Petrolina, o Centro de Artesanato Ana das Carrancas em Petrolina é um exemplo de Ponto de Cultura bem desenvolvido. Existe um retorno para comunidade que é atendida pelo projeto ao ter acesso a estrutura de melhor qualidade e recursos. (Entrevista).

A integração das atividades culturais junto à exploração turística de uma forma consciente é o ponto uma questão decisiva para que se verifique geração de renda e mudanças econômicas para as sociedades locais. A Empetur, segundo a Diretora de Estruturação do Turismo, em relação à exploração cultural no interior de Pernambuco responde hoje pela divulgação, capacitação de prestadores de serviço, além de pesquisa survey e instalação de posto de informações em grandes eventos no interior.

Cabe a Empetur mostrar, divulgar institucionalmente este tipo de turismo, a Fundarpe toda parte de gestão. O grande foco de trabalho hoje no turismo de interior é embasado nos roteiros turísticos. Para os eventos realizados no interior, é oferecido pela Empetur apoio no tangente a capacitação para os prestadores de serviços turísticos (garçons, camareiras, etc.); instalação de posto de informações turísticas e pesquisa sobre o perfil de visitante. (Entrevista).

A divulgação feita pela Empetur para o turismo no interior do estado de Pernambuco é muito voltada para o turismo interno. O Programa “Pernambuco conhece Pernambuco” organiza rotas e faz a divulgação de onze rotas no estado pernambucano. As ações do programa incluem capacitações junto a camareiras, cozinheiros etc. A intenção da Empetur é estimular a interiorização do turismo através de diferenciais como a cultura e a gastronomia.

Embora existam parcerias, as ações da Empetur e Fundarpe poderiam existir ações conjuntas melhor estruturadas, uma vez que a multiculturalidade de Pernambuco é um diferencial turístico, além da observância da potencialidade que se daria ao investimento dos recursos públicos quando se trabalha de forma integrada. A fala da Coordenadora do sistema Estadual de Cultura indica o nível de consciência por parte da instituição dessa necessidade de integração.

O grande salto qualitativo seria potencializar recursos, enquanto Estado modernizado, interligando as ações do governo. Guetificar não potencializa recursos públicos, ou seja, trabalhar de forma integrada os diversos tipos de turismo. O fomento público não pode ser empregado de maneira que seja inadequado ao processo de humanização que se defende. (Entrevista).

Para este estudo, foram considerados como ações principais para o setor do turismo de evento cultural no interior do estado de Pernambuco: o Programa “Pernambuco Conhece Pernambuco” e o Festival/ Fóruns “Pernambuco Nação Cultural” e a participação na Conferência Estadual de Cultura. Buscou-se desenvolver uma análise, por Região de Desenvolvimento, que possibilitasse a visualização do atendimento aos municípios do estado feito pelas duas instituições públicas estudadas.

Foram contabilizados 184 municípios (incluindo Fernando de Noronha), destes 51 municípios (27,87%) estão inclusos em rotas do Programa “Pernambuco conhece Pernambuco”, destes 40 (21,85%) são localizados no interior, 11 municípios são sedes do Festival Pernambuco.

A análise do panorama apresentado no Agreste Meridional pernambucano demonstra que, na região, Santa Cruz do Capibaribe é o município com o IDH mais alto (0,699), seguido por Taquaritinga do Norte (esses dois primeiros estão inclusos na Rota da Moda e da Confecção) e Limoeiro. Vertente do Lério, Santa Maria do Cambucá e Cumaru são os municípios mais pobres. Os municípios de Surubim e Machados não tiveram relação com

qualquer das ações descritas conforme análise da tabela 02. Surubim abriga uma famosa vaquejada e esta poderia estar incluída nas rotas turístico-culturais desta região.

Tabela 02 – Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Agreste Setentrional

Agreste Setentrional				
Municípios	IDH*	Inclusos pelo Prog. PE Conhece PE**	Recep. do Fest./ Fórum PE Nação Cultural***	Particip. da Conf. Est. de Cult.***
Bom Jardim	0,618			X
Casinhas	0,588			X
Cumaru	0,575			X
Feira Nova	0,606			X
Frei Miguelinho	0,610			X
Limoeiro	0,688			X
Machados	0,601			
Orobó	0,612			X
Passira	0,625			X
Salgadinho	0,602			X
Santa Cruz do Capibaribe	0,699	Rota da Moda e da Confeção		X
Santa Maria do Cambucá	0,566			X
São Vicente Ferrer	0,598			X
Surubim	0,641			
Taquaritinga do Norte	0,688	Rota da Moda e da Confeção	09 a 15 de agosto – Foco: moda e design	X
Toritama	0,670	Rota da Moda e da Confeção		
Vertente do Lério	0,563			
Vertentes	0,616			X
Média Regional	0,617			
N.º de Municípios	18	3	1	17
Percentual		(17%)		94,00%

Fonte: Elaboração própria sob consulta das seguintes fontes:

*Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2007).

**Síntese do Perfil Socioeconômico do Participante dos Eventos de Culminação das Rotas do Pernambuco conhece Pernambuco, 2009.

*** Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural 2007, dados com algumas discrepâncias nos documentos fornecidos e atualizados junto a documentos de divulgação fornecidos pela mesma instituição.

O Agreste Central apresenta Caruaru com IDH bastante superior aos demais (0,713). Seguem respectivamente os municípios de Pesqueira (0,636) e Camocim de São Félix (0,626). As duas primeiras são cidades pertencentes às Rotas Turísticas. Lagoas dos Gatos (0,536), Barra de Guabiraba (0,554) e Ibirajuba (0,558) apresentam o IDH regional mais baixo. Cupira não está enquadrada em nenhuma das ações das Instituições Públicas, conforme

consta na tabela 03. Cupira e Agrestina possuem atividades culturais relacionadas ao ritmo da Mazurca, potencialidade que poderia ser explorada turisticamente em eventos no município.

Tabela 03 – Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Agreste Central

Agreste Central				
Municípios	IDH*	Inclusos pelo Prog. PE Conhece PE**	Recep. do Fest./ Fórum PE Nação Cultural***	Particip. da Conf. Est. de Cult.***
Agrestina	0,612			X
Alagoinha	0,630			X
Altinho	0,590			X
Barra de Guabiraba	0,554			X
Belo Jardim	0,625	Rota da Crença e da Arte		X
Bezerros	0,619	Rota Luiz Gonzaga		X
Bonito	0,593	Rota Luiz Gonzaga		X
Brejo da Madre de Deus	0,579	Rota Luiz Gonzaga		X
Cachoeirinha	0,642			X
Camocim de São Félix	0,626			X
Caruaru	0,713	Rota Luiz Gonzaga		X
Cupira	0,606			
Gravatá	0,654	Rota Luiz Gonzaga	16 a 22 de agosto – Foco: gastronomia, artes plásticas e artesanato	X
Ibirajuba	0,558			X
Jataúba	0,583			X
Lagoa dos Gatos	0,536			X
Panelas	0,576			X
Pesqueira	0,636	Rota da Crença e da Arte	02 a 08 de agosto– Foco: artesanato	X
Poção	0,571	Rota da Crença e da Arte		
Riacho das Almas	0,609			X
Sairé	0,598			X
Sanharó	0,618			X
São Bento do Una	0,623			X
São Caitano	0,580			X

Continua

Tabela 03 – Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Agreste Central (continuação)

Agreste Central				
Municípios	IDH*	Inclusos pelo Prog. PE Conhece PE**	Recep. do Fest./ Fórum PE Nação Cultural***	Particip. da Conf. Est. de Cult.***
São Joaquim do Monte	0,571			X
Tacaimbó	0,598			X
Média Regional	0,604			
N.º de Municípios	26		8	25
Percentual			(31%)	96%

Fonte: Elaboração própria sob consulta das seguintes fontes:

*Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2007).

**Síntese do Perfil Socioeconômico do Participante dos Eventos de Culminação das Rotas do Pernambuco conhece Pernambuco, 2009.

*** Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural 2007, dados com algumas discrepâncias nos documentos fornecidos e atualizados junto a documentos de divulgação fornecidos pela mesma instituição.

O Agreste Meridional possui Garanhuns como município de maior IDH (0,693), sendo este detentor do evento de maior magnitude do “Festival Pernambuco Nação Cultural”, o “Festival de Inverno” que detém um grande aporte de recursos da Fundarpe. Este município também está incluso na rota da Crença e Arte do Programa “Pernambuco Conhece Pernambuco”. Venturosa e Lajedo são respectivamente os outros dois maiores IDH’s. Iati, Águas Belas e Tupanatinga são os municípios em condições de desenvolvimento mais debilitados segundo seus IDH’s. Terezinha não está incluída em nenhuma das ações citadas, conforme se pode perceber na tabela 04.

Tabela 04 – Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Agreste Meridional

Agreste Meridional				
Municípios	IDH*	Inclusos pelo Prog. PE Conhece PE**	Recep. do Fest./ Fórum PE Nação Cultural***	Particip. da Conf. Est. de Cult.***
Águas Belas	0,532			X
Angelim	0,602			X
Bom Conselho	0,572	Rota da Crença e da Arte		X
Brejão	0,569			X
Buíque	0,575	Rota da Crença e da Arte		
Caetés	0,521			X
Calçado	0,582			X
Canhotinho	0,588			X
Capoeiras	0,593			X
Correntes	0,587			X
Garanhuns	0,693	Rota da Crença e da Arte	15 a 24 de julho – Foco: Artes Integradas	X
Iati	0,526			X
Itaíba	0,567			X
Jucati	0,553			X
Jupi	0,609			X
Jurema	0,550			X
Lagoa do Ouro	0,569			X
Lajedo	0,625			X
Palmeirina	0,596			X
Paranatama	0,561			X
Pedra	0,601			X
Saloá	0,561	Rota da Crença e da Arte		X
São João	0,593			X
Terezinha	0,565			
Tupanatinga	0,540			X
Venturosa	0,633			X
Média Regional	0,579			
N.º de Municípios	26	4		1
Percentual		(15%)		24
				92%

Fonte: Elaboração própria sob consulta das seguintes fontes:

*Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2007).

**Síntese do Perfil Socioeconômico do Participante dos Eventos de Culminação das Rotas do Pernambuco conhece Pernambuco, 2009.

*** Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural 2007, dados com algumas discrepâncias nos documentos fornecidos e atualizados junto a documentos de divulgação fornecidos pela mesma instituição.

Carpina (0,724) e Nazaré da Mata (0,703) são os dois municípios com maior destaque de IDH e ambos estão inseridos na Rota Engenhos e Maracatus, vide tabela 05. Esta região é a maior detentora de municípios participantes do Programa “Pernambuco Conhece Pernambuco”, além de proporcionalmente (mais de 47%) ser a melhor atendida pelo programa. Nesta região, os dois municípios com menor IDH (Itambé e Aliança) estão também inseridos na Rota Engenhos e Maracatus. Todos os municípios da Zona da Mata Norte participaram da Conferência Estadual de Cultura.

Tabela 05 – Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura na Zona da Mata Norte.

Mata Norte				
Municípios	IDH*	Inclusos pelo Prog. PE Conhece PE**	Recep. do Fest./ Fórum PE Nação Cultural***	Particip. da Conf. Est. de Cult.***
Aliança	0,578	Rota Engenhos e Maracatus		X
Buenos Aires	0,621			X
Camutanga	0,632			X
Carpina	0,724	Rota Engenhos e Maracatus		X
Chã de Alegria	0,629			X
Condado	0,627			X
Ferreiros	0,699			X
Glória do Goitá	0,636		24 a 30 de março – foco cultura Popular	X
Goiana	0,692	Rota Náutica Coroa do Avião		X
Itaquitinga	0,587			X
Itambé	0,573	Rota Engenhos e Maracatus		X
Lagoa de Itaenga	0,638			X
Lagoa do Carro	0,654	Rota Engenhos e Maracatus		X
Macaparana	0,597			X
Nazaré da Mata	0,703	Rota Engenhos e Maracatus		X
Paudalho	0,670	Rota Engenhos e Maracatus		X
Timbaúba	0,682			X
Tracunhaém	0,636	Rota Engenhos e Maracatus		X
Vicência	0,644	Rota Engenhos e Maracatus		X
Média Regional	0,643			
N.º de Municípios	19	9	1	19
Percentual		47,30%		100%

Fonte: Elaboração própria sob consulta das seguintes fontes:

*Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2007).

**Síntese do Perfil Socioeconômico do Participante dos Eventos de Culminação das Rotas do Pernambuco conhece Pernambuco, 2009.

*** Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural 2007, dados com algumas discrepâncias nos documentos fornecidos e atualizados junto a documentos de divulgação fornecidos pela mesma instituição.

A tabela 06 indica que, na Zona da Mata Sul, Palmares possui o segundo maior IDH regional e é receptora do “Festival/Fórum Pernambuco Nação Cultural” além de estar incluída na “Rota Águas da Mata Sul”. São Benedito do Sul, município de menor IDH da região participa também na mesma rota turística.

Tabela 06 – Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura na Zona da Mata Sul.

Mata Sul				
Municípios	IDH*	Inclusos pelo Prog. PE Conhece PE**	Recep. do Fest./ Fórum PE Nação Cultural***	Particip. da Conf. Est. de Cult.***
Água Preta	0,597			X
Amaraji	0,617			X
Barreiros	0,635	Rota Costa dos Arrecifes		X
Belém de Maria	0,590			X
Catende	0,644			X
Chã Grande	0,612			X
Cortês	0,582			X
Escada	0,645			X
Gameleira	0,590			X
Jaqueira	0,588			X
Joaquim Nabuco	0,613			X
Maraial	0,564			X
Palmares	0,653	Rota Águas da Mata Sul	18 a 24 de outubro – Foco: literatura e música (forró)	X
Pombos	0,641			X
Primavera	0,632			X
Quipapá	0,579	Rota Águas da Mata Sul		X
Ribeirão	0,658			X
Rio Formoso	0,621	Rota Costa dos Arrecifes		X
São Benedito do Sul	0,549	Rota Águas da Mata Sul		X
São José da Coroa Grande	0,628	Rota Costa dos Arrecifes		
Sirinhaém	0,633	Rota Costa dos Arrecifes		X
Tamandaré	0,596	Rota Costa dos Arrecifes		X

Continua

Mata Sul				
Municípios	IDH*	Inclusos pelo Prog. PE Conhece PE**	Recep. do Fest./ Fórum PE Nação Cultural***	Particip. da Conf. Est. de Cult.***
Vitória de S. Antão	0,663			X
Xexéu	0,561			X

Média Regional	0,612			
N.º de Municípios	24	8	1	23
Percentual		(33%)		96%

Fonte: Elaboração própria sob consulta das seguintes fontes:

*Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2007).

**Síntese do Perfil Socioeconômico do Participante dos Eventos de Culminação das Rotas do Pernambuco conhece Pernambuco, 2009.

*** Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural 2007, dados com algumas discrepâncias nos documentos fornecidos e atualizados junto a documentos de divulgação fornecidos pela mesma instituição.

O Sertão, de maneira geral, apresenta IDH's com discrepâncias maiores que o das demais regiões. No Sertão do Moxotó, Arcoverde e Sertânia, primeiro e terceiro maiores IDH's são cidades inclusas nas Rotas Turísticas do “Programa Pernambuco Conhece Pernambuco”, conforme tabela 07. Manari é o município com menor IDH do estado de Pernambuco (0,467). O município de Betânia não está incluso em nenhum das políticas apresentadas. Não há realização do “Festival Pernambuco Nação Cultural” nessa região conforme demonstrado na tabela 07.

Tabela 07 – Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Sertão do Moxotó.

Sertão do Moxotó				
Municípios	IDH*	Inclusos pelo Prog. PE Conhece PE**	Recep. do Fest./ Fórum PE Nação Cultural***	Particip. da Conf. Est. de Cult.***
Arcoverde	0,708	Rota da Crença e da Arte		X
Betânia	0,593			
Custódia	0,653			X
Ibimirim	0,566			X
Inajá	0,566			X
Manari	0,467			X
Sertânia	0,648	Rota Território da Cantoria e da Poesia		X
Média Regional	0,600			
N.º de Municípios	7	2	0	6
Percentual		(28%)		86%

Fonte: Elaboração própria sob consulta das seguintes fontes:

*Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2007).

Síntese do Perfil Socioeconômico do Participante dos Eventos de Culminação das Rotas do Pernambuco conhece Pernambuco, 2009.* Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural 2007, dados com algumas discrepâncias nos documentos fornecidos e atualizados junto a documentos de divulgação fornecidos pela mesma instituição.

Na região do Sertão do Alto Pajeú, o município de Igaraci não foi contemplado por nenhuma das ações apresentadas. Triunfo (0,714) e Serra Talhada (0,682) apresentam os dois maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH's) da região e compõem a Rota do Cangaço e Lampião que ainda inclui o município de Santa Cruz da Baixa Verde. A Rota Território da Cantoria e da Poesia também passa por essa região, Tabira é uma das cidades que estão inclusas nessa rota e também recebe o “Festival Pernambuco Nação Cultural”. Todo esse panorama pode ser acompanhado na tabela 08.

Tabela 08 – Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Sertão do Alto Pajeú.

Sertão do Alto Pajeú				
Municípios	IDH*	Inclusos pelo Prog. PE Conhece PE**	Recep. do Fest./ Fórum PE Nação Cultural***	Particip. da Conf. Est. de Cult.***
Afogados da Ingazeira	0,683	Rota Território da Cantoria e da Poesia		
Brejinho	0,586			X
Calumbi	0,580			X
Carnaíba	0,583			X
Flores	0,613			X
Igaraci	0,604			
Ingazeira	0,638			X
Itapetim	0,620			X
Quixaba	0,581			X
Santa Cruz da Baixa Verde	0,655	Rota do Cangaço e Lampião		X
Santa Terezinha	0,602			X
São José do Egito	0,657	Rota Território da Cantoria e da Poesia		X
Serra Talhada	0,682	Rota do Cangaço e Lampião		X
Solidão	0,581			X
Tabira	0,630	Rota Território da Cantoria e da Poesia	23 de julho a 1 de agosto – Foco Audiovisual	X
Triunfo	0,714	Rota do Cangaço e Lampião		X
Tuparetama	0,662			X
Média Regional	0,624			
N.º de Municípios	17	6	1	16
Percentual		(37,5%)		94%

Fonte: Elaboração própria sob consulta das seguintes fontes:

*Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2007).

**Síntese do Perfil Socioeconômico do Participante dos Eventos de Culminação das Rotas do Pernambuco conhece Pernambuco, 2009.

*** Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural 2007, dados com algumas discrepâncias nos documentos fornecidos e atualizados junto a documentos de divulgação fornecidos pela mesma instituição.

As rotas turísticas não passam pela região do Sertão de Itaparica. Jatobá é o município desta região que não está incluso em nenhuma das ações, e apresenta um IDH razoável se comparado aos demais de sua região. Floresta, o município com IDH regional mais desenvolvido (0,698) recebe o Festival Pernambuco Nação Cultural, conforme constata-se através da tabela 09.

Tabela 09 – Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Sertão de Itaparica.

Sertão de Itaparica				
Municípios	IDH*	Inclusos pelo Prog. PE Conhece PE**	Recep. do Fest./ Fórum PE Nação Cultural***	Particip. da Conf. Est. de Cult.***
Belém de São Francisco	0,669			X
Carnaubeira da Penha	0,537			X
Floresta	0,698		16 a 21 de novembro – Foco: culturas indígenas e quilombolas	X
Itacuruba	0,684			X
Jatobá	0,686			
Petrolândia	0,688			X
Tacaratu	0,585			X
Média Regional	0,650			
N.º de Municípios	7	0	1	6
Percentual				86%

Fonte: Elaboração própria sob consulta das seguintes fontes:

*Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2007).

**Síntese do Perfil Socioeconômico do Participante dos Eventos de Culminação das Rotas do Pernambuco conhece Pernambuco, 2009.

*** Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural 2007, dados com algumas discrepâncias nos documentos fornecidos e atualizados junto a documentos de divulgação fornecidos pela mesma instituição.

Uma situação atípica é percebida na região do Sertão Central, São José do Belmonte é o único município na região que está incluído nas rotas do “Programa Pernambuco Conhece Pernambuco” e também sedia a edição do “Festival Pernambuco Nação Cultural” e possui o menor IDH regional (0,635).

Tabela 10 – Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Sertão Central.

Sertão Central				
Municípios	IDH*	Inclusos pelo Prog. PE Conhece PE**	Recep. do Fest./ Fórum PE Nação Cultural***	Particip. da Conf. Est. de Cult.***
Cedro	0,672			X
Mirandiba	0,636			X
Parnamirim	0,665			X
Salgueiro	0,708			X
São José do Belmonte	0,635	Rota do Cangaço e Lampião	24 a 30 de maio - Foco Poesia	X
Serrita	0,645			X
Terra Nova	0,666			X
Verdejante	0,650			X
Média Regional	0,660			
N.º de Municípios	8		1	8
Percentual			(12,5%)	100,00%

Fonte: Elaboração própria sob consulta das seguintes fontes:

*Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2007).

**Síntese do Perfil Socioeconômico do Participante dos Eventos de Culminação das Rotas do Pernambuco conhece Pernambuco, 2009.

*** Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural 2007, dados com algumas discrepâncias nos documentos fornecidos e atualizados junto a documentos de divulgação fornecidos pela mesma instituição.

A região do Sertão do Araripe também não possui rotas turísticas. Exu que possui o terceiro menor IDH da região, recebe o “Festival Pernambuco Nação Cultural”, por se tratar da cidade Natal de Luiz Gonzaga, a periodicidade do evento, inclusive, está condicionada à data de nascimento do cantor.

Tabela 11 – Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Sertão Araripe

Sertão do Araripe				
Municípios	IDH*	Inclusos pelo Prog. PE Conhece PE**	Recep. do Fest./ Fórum PE Nação Cultural***	Particip. da Conf. Est. de Cult.***
Araripina	0,650			X
Bodocó	0,611			X
Exu	0,592		06 a 13 de dezembro – Foco: música e artesanato de couro	X
Granito	0,597			X
Ipubi	0,600			X
Morelândia	0,616			X
Ouricuri	0,614			X
Santa Cruz	0,579			X
Santa Filomena	0,582			X
Trindade	0,641			X
Média Regional	0,608			
N.º de Municípios	10	0	1	10
Percentual				100,00%

Fonte: Elaboração própria sob consulta das seguintes fontes:

*Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2007).

**Síntese do Perfil Socioeconômico do Participante dos Eventos de Culminação das Rotas do Pernambuco conhece Pernambuco, 2009.

*** Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural 2007, dados com algumas discrepâncias nos documentos fornecidos e atualizados junto a documentos de divulgação fornecidos pela mesma instituição.

A região do Sertão do São Francisco é uma das mais atendidas pelas rotas do programa “Pernambuco Conhece Pernambuco”. Petrolina (0,747) e Santa Maria da Boa Vista (0,669) são respectivamente os primeiro e terceiros maiores IDH's da região e estão inclusos na “Rota do Vinho Vale do São Francisco”, Petrolina também sedia o “Festival Pernambuco Nação Cultural”. Lagoa Grande (0,627) que é o segundo menor IDH da região também recebe a mesma rota. Cabrobó é mais um município que não participou(a) de nenhuma das ações como se percebe na tabela 12.

Tabela 12 – Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura no Sertão do São Francisco

Sertão do São Francisco				
Municípios	IDH*	Inclusos pelo Prog. PE Conhece PE**	Recep. do Fest./ Fórum PE Nação Cultural***	Particip. da Conf. Est. de Cult.***
Afrânio	0,634			X
Cabrobó	0,677			
Dormentes	0,600			X
Lagoa Grande	0,627	Rota do Vinho Vale do São Francisco		X
Orocó	0,667			X
Petrolina	0,747	Rota do Vinho Vale do São Francisco	20 a 26 de setembro – Foco: artes cênicas	X
Santa Maria da Boa Vista	0,669	Rota do Vinho Vale do São Francisco		X
Média Regional	0,660			
N.º de Municípios	7	3	1	6
Percentual		(43%)		86%

Fonte: Elaboração própria sob consulta das seguintes fontes:

*Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2007).

**Síntese do Perfil Socioeconômico do Participante dos Eventos de Culminação das Rotas do Pernambuco conhece Pernambuco, 2009.

*** Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural 2007, dados com algumas discrepâncias nos documentos fornecidos e atualizados junto a documentos de divulgação fornecidos pela mesma instituição.

Para efeitos de comparação e visão sistêmica da análise, considerando o estado de Pernambuco serão apresentados os dados cedidos sobre a Região Metropolitana e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha. Somando-se o número de municípios da RMR e o arquipélago, 11 dos 15 municípios (73,3%) estão inseridos nas rotas do “Programa Pernambuco Conhece Pernambuco”.

Tabela 13 – Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura na Região Metropolitana.

Região Metropolitana				
Municípios	IDH*	Inclusos pelo Prog. PE Conhece PE**	Recep. do Fest./ Fórum PE Nação Cultural***	Particip. da Conf. Est. de Cult.***
Norte				
Abreu e Lima	0,730			X
Araçoiaba	0,637			X
Igarassu	0,719	R. Náutica Coroa do Avião		X
Itamaracá	0,743	R. Náutica Coroa do Avião		
Itapissuma	0,695	R. Náutica Coroa do Avião		X

Continua

Tabela 13 – Panorama de Ações Públicas para Turismo e Cultura na Região Metropolitana. (cont.)

Região Metropolitana				
Paulista	0,799	R. Náutica Coroa do Avião		X
Média Regional Norte	0,721			
Número de Municípios	6	4	0	5
Percentual		(67%)		83%
Centro				
Olinda	0,792	Rota da História e do Mar		NÃO FOI CONSIDERADO
Recife	0,797			NÃO FOI CONSIDERADO
Camaragibe	0,747	Rota Engenhos e Maracatus		X
Média Regional Centro	0,779			
Número de Municípios	3	2	0	1
Percentual		(66%)		(33%)
Sul				
Cabo de Santo Agostinho	0,707	Rota da História e do Mar		X
Ipojuca	0,658	Rota da História e do Mar		X
Jaboatão dos Guararapes	0,777	Rota da História e do Mar		X
Moreno	0,693	Rota Luiz Gonzaga		X
São Lourenço da Mata	0,707			X
Média Regional Sul	0,708			
N.º de Municípios	5	4	0	5
Percentual		(20%)		100,00%
Média Regional	0,736			
nº total de mun.	14	10	0	
Percentual		(71,42%)		
F. de Noronha	0,862	Rota da História e do Mar		NÃO FOI CONSIDERADO
RMR+ F. Noronha	15	11		
Percentual		(73,3%)		

Fonte: Elaboração própria sob consulta das seguintes fontes:

*Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2007).

**Síntese do Perfil Socioeconômico do Participante dos Eventos de Culminação das Rotas do Pernambuco conhece Pernambuco, 2009.

*** Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural 2007, dados com algumas discrepâncias nos documentos fornecidos e atualizados junto a documentos de divulgação fornecidos pela mesma instituição.

As evidências apresentadas indicam que os municípios que são atendidos pelas políticas públicas de viés turístico cultural são aqueles que já possuem um IDH regional acima da média. Aliança (Mata Norte), Itambé (Mata Norte), São Benedito do Sul (Mata Sul), São José do Belmonte (Sertão Central) e Lagoa Grande (Sertão do São Francisco) são escassos municípios de IDH regional baixo em comparação aos seus circunvizinhos que estão inclusos nas ações da Fundarpe ou da Empetur aqui descritas.

Enquanto algumas regiões possuem quase 50% de seus municípios inclusos em ações institucionais, outros como Sertão de Itaparica e do Araripe não possuem em especial rotas turísticas que atinjam àquela região.

Fazendo uma análise das tabelas apresentadas, é percebida a existência de alguns municípios “vazios” de ações institucionais, além do não comparecimento à conferência Estadual de Cultura por parte de alguns municípios: Machados e Surubim (Agreste Setentrional); Cupira (Agreste Central); Terezinha (Agreste Meridional); Betânia (Sertão do Moxotó); Igaraci (Sertão do Pajeú); Jatobá (Sertão de Itaparica) e Cabrobó (Sertão do São Francisco). Em parte, podem ser justificados pela omissão dos gestores dos municípios. Surubim possui, por exemplo, uma famosa vaquejada realizada em maio. Já Cupira realiza anualmente o “Enduros das Águas”, evento esportivo que poderia demonstrar a dança da Mazurca, típica na comunidade de Brejinho do Cajarana.

Moutinho & Cavalcanti Filho (2008) buscaram informações sobre as políticas e ações implementadas junto às prefeituras da maior parte dos municípios pernambucanos e sobre alguns destes municípios citados como “vazios de políticas para o turismo cultural” segue um quadro demonstrativo de políticas e ações referentes à cultura.

Quadro 04 - Política Cultural Municipal de Alguns Municípios sem Ações Institucionais Turístico-Culturais e não Participantes da Conferência Estadual de Cultura.

Machados - Agreste Setentrional	
Política municipal de cult. - objetivo	Tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população; integrar a cultura ao desenvolvimento local; garantir a sobrevivência das tradições culturais locais; Dinamizar as atividades culturais do município.
Ações implementadas pela política municipal de cultura nos últimos 2 anos	Promoção de atividades culturais voltadas para públicos variados; manutenção de oficinas e cursos na área artístico-cultural; promoção de eventos sem periodicidade definida; manutenção de calendário de festas tradicionais populares; promoção de festivais, concursos e encontros de grupos culturais; incentivo à formação e manutenção de grupos de cultura tradicionais; promoção de feiras e mostras da população artística e do artesanato local; resgate das tradições culturais.

Continua

Quadro 04 - Política Cultural Municipal de Alguns Municípios sem Ações Institucionais Turístico-Culturais e não Participantes da Conferência Estadual de Cultura. (cont.)

Surubim - Agreste Setentrional	
Política municipal de cult. - objetivo	Ampliar o grau de participação social nos projetos culturais; dinamizar as atividades culturais do município; integrar a cultura ao desenvolvimento local; garantir a sobrevivência das tradições culturais locais.
Ações implementadas pela política municipal de cultura nos últimos 2 anos	Promoção de atividades culturais voltadas para públicos variados; manutenção de oficinas e cursos na área artístico-cultural; promoção de eventos sem periodicidade definida; manutenção de calendário de festas tradicionais populares; promoção de festivais, concursos e encontros culturais; incentivo à formação e manutenção de grupos de cultura tradicionais; promoção de feiras e mostras da população artística e do artesanato local; resgate das tradições culturais; manutenção de centros culturais comunitários voltados para a produção local; estímulo à apropriação e/ou utilização dos equipamentos culturais pelos grupos locais; estímulo à criação de associações e entidades de artistas e produtores culturais locais; estímulo à formação cultural local, estímulo à circulação da produção cultural; divulgação da produção cultural local; promoção do uso comunitário dos espaços culturais.
Terezinha - Agreste Meridional	
Política municipal de cult. - objetivo	Tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população; integrar a cultura ao desenvolvimento local; garantir a sobrevivência das tradições culturais locais; Dinamizar as atividades culturais do município.
Ações implementadas pela política municipal de cultura nos últimos 2 anos	Promoção de atividades culturais voltadas para públicos variados; manutenção de oficinas e cursos na área artístico-cultural; promoção de eventos sem periodicidade definida; manutenção de calendário de festas tradicionais populares; promoção do uso comunitário dos espaços culturais.
Betânia - Sertão do Moxotó	
Política municipal de cult. - objetivo	Tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população; Ampliar o grau de participação social nos projetos culturais; garantir a sobrevivência das tradições culturais locais.
Ações implementadas pela política municipal de cultura nos últimos 2 anos	Promoção de atividades culturais voltadas para públicos variados; manutenção de oficinas e cursos na área artístico-cultural; formação de guias e roteiros para o turismo cultural; promoção de eventos sem periodicidade definida; manutenção de calendário de festas tradicionais populares; garantia de acesso às atividades culturais (meio ingresso, transporte, etc.); promoção de festivais, concursos e encontros culturais; Divulgação do patrimônio, manutenção e revitalização das áreas históricas; resgate das tradições culturais; incentivo à formação e manutenção de grupos de cultura tradicionais; financiamento da produção cultural; promoção de feiras e mostras da produção artística e de artesanato local; divulgação da produção cultural local; promoção do uso comunitário de espaços culturais; manutenção de centros culturais comunitários voltados para a produção local; orçamento participativo da cultura; estímulo à apropriação e/ou utilização dos equipamentos culturais pelos grupos locais; estímulo à criação de associações e entidades de artistas e produtores culturais locais; estímulo à formação cultural local, estímulo à circulação da produção cultural; promoção e manutenção de conselhos e fóruns para a discussão das ações na área cultural; apoio a grupos étnicos; utilização regular das leis de incentivo para área cultural.
Jatobá - Sertão do Pajeú	
Política municipal de cult. - objetivo	Integrar a cultura ao desenvolvimento local; garantir a sobrevivência das tradições culturais locais; democratizar a gestão cultural.
Ações implementadas pela política municipal de cultura nos últimos 2 anos	Promoção de atividades culturais voltadas para públicos variados; difusão ampla das informações culturais; manutenção de calendário de festas tradicionais populares; promoção de festivais, concursos e encontros de grupos culturais; resgate das tradições culturais; incentivo à formação e manutenção de grupos de cultura tradicionais; promoção de feiras e mostras da produção artística e de artesanato local; divulgação da produção cultural local; promoção do uso comunitário local dos espaços culturais; estímulo a criação de associações e entidades de artistas e produtores locais; promoção e manutenção de conselhos e fóruns para discussão das ações na área cultural.
Cabrobó - Sertão do São Francisco	
Política municipal de cult. - objetivo	Tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população; Integrar a cultura ao desenvolvimento local; garantir a sobrevivência das tradições culturais locais; Dinamizar as atividades culturais do município.
Ações implementadas pela política municipal de cultura nos últimos 2 anos	Promoção de atividades culturais voltadas para públicos variados; manutenção de oficinas e cursos na área artístico-cultural; manutenção de calendário de festas tradicionais populares; promoção de festivais, concursos e encontros culturais; resgate das tradições culturais.

Fonte: Elaboração própria, utilizando dados de Moutinho & Cavalcanti Filho, 2008 apud IBGE, 2006.

O estudo considerado não possui registro de políticas municipais de cultura para Cupira e Iguaraci. É importante pensar que as políticas municipais não necessariamente se traduzem em ações junto ao governo do estado. As políticas apresentadas demonstram que existe nesses “vazios” uma não integração às políticas das duas instituições estudadas. A realidade de alguns municípios requer uma ação mais intervencionista por parte dos agentes públicos, adequadas a integrar essas cidades citadas como “vazios” de políticas turístico-culturais. Este movimento das ações de cultura e turismo como políticas públicas para todos os municípios é indispensável para uma integração no desenvolvimento e gestão democrática do estado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo, verificou-se um incremento da política cultural nos últimos cinco anos no estado, incluindo seu interior, porém, essa interiorização da política ainda não é suficiente e satisfatória às demandas locais. As ações do Estado de Pernambuco para eventos culturais, em gestões anteriores, consistiam em um processo que contemplava em quase sua totalidade a Região Metropolitana, portanto este estudo verifica que foi quebrada a inércia verificada no passado. As políticas em voga buscam respeitar as identidades locais e não atendem, em sua maioria, municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano. e que poderão contribuir para um pensar de novas políticas em um território preservando suas raízes.

Tanto as ações de Turismo quanto as de Cultura devem estar inseridas em uma política de desenvolvimento mais ampla. Esse desenvolvimento deve ser compreendido de forma sistêmica, as ações do governo devem ser tratadas de forma integrada, potencializando o investimento de recursos públicos. Dessa forma, as ações transversais a essas duas áreas seriam mais efetivas em vistas ao desenvolvimento desses municípios ou regiões envolvidas.

O intuito de mobilizar as comunidades em alguns municípios, através de ações pedagógicas, esbarra no obstáculo da inexistência de sedes fora da capital pernambucana. A gestão da Fundarpe citou uma parceria junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no sentido de revitalização das antigas estações ferroviárias em algumas cidades para abrigar possíveis sedes regionais, porém essa possibilidade apresenta diversos impedimentos, como disputa de posse destas propriedades. A descentralização deste espaço de comando é indispensável para democratização destas políticas.

No ano de 2009, a responsabilidade de recursos referentes às políticas de turismo cultural foi repassada à Fundarpe. Coube desde, então, à Empetur apenas trabalhar com a promoção de destinos turísticos, em especial ao Programa Pernambuco conhece Pernambuco (destinada ao turismo interestadual) através de rotas organizadas por vocações semelhantes entre os municípios; a capacitação de trabalhadores do turismo como garçons e camareiras; a realização de pesquisa turística e instalação de posto de informações turísticas em ações de maior porte.

Uma das conclusões de maior importância a que se chegou nesta dissertação é de que a integração entre as ações destas duas instituições poderia ser maior, pois um dos

impedimentos da atração dos dois órgãos na direção do desenvolvimento de suas funções, no interior pernambucano, encontra-se no fato de que as concepções dos gestores são diferentes entre si. Talvez por incompatibilidade do turismo e cultura em sua relação de exploração versus preservação. A perspectiva de reconhecer o Turismo não apenas para o crescimento econômico, mas sim como meio de desenvolvimento respeitando as matrizes culturais e o ambiente poderia integrar essas duas áreas e evitar choques conceituais.

Outro ponto relacionado ao anterior diz respeito à falta de visão sistêmica no pensar e executar a política. A responsabilidade das ações quando compartilhada junto às prefeituras, por estarem mais próximas dos municípios, faz com que exista a possibilidade de um melhor acompanhamento e acesso aos grupos culturais e de toda cadeia de atividades relacionada ao turismo de evento cultural.

As evidências deste estudo confirmam que nos últimos anos existiu uma mudança considerável na maneira de fazer política cultural em Pernambuco. A descentralização dos recursos para o interior do estado, ainda que não seja satisfatória do ponto de vista democrático, é inegavelmente muito maior que a apresentada antes de meados da década de 2000. As ações de promover as atividades realizadas no interior por parte da Empetur, através do “Programa Pernambuco Conhece Pernambuco”, atingem basicamente o público interno do estado, porém essas intervenções poderiam estar mais concatenadas com as ações do “Festival Pernambuco Nação Cultural”. Em outras palavras, as políticas estão tomando o curso das necessidades do interior do estado, mas o trabalho está longe de atender de forma eficiente pela falta de sinergia entre as ações das duas principais instituições que cuidam dessas políticas no estado.

Os dados analisados mostram um estado que ainda privilegia a Região Metropolitana, mas demonstra que o turismo cultural interiorano também é possível. É mister priorizar o atendimento democratizado às demais regiões que apresentem potencial turístico cultural.

As identidades culturais por sua vez vivem o duelo do Turismo *versus* Cultura, bem como exploração *versus* preservação. Neste embate, atualmente, se tem que a cultura hoje em Pernambuco busca internalizar a preservação cultural, que por sua vez mostra-se possível, dado o grau de exposição turístico. Naturalmente, esta equação não é perfeita e ora tem-se a política cultural desistindo de um viés de mercado lógico em prol da manutenção de sua identidade, ora casos de garantir o turismo em eventos gigantescos que movimentam episodicamente algumas cidades (como Gravatá durante a Semana Santa) e desprezam todo um arcabouço cultural, investindo vultosos recursos em atrações de apelo midiático.

Alguns municípios não contemplados pelas políticas estaduais e nem participantes da Conferência Estadual de Cultura são assistidos por ações de cunho municipal, porém a aproximação destes municípios às políticas já realizadas no restante do estado sistematizaria uma maior conexão das ações. Os “vazios” de políticas turístico-culturais necessitam da efetivação dessa política pública e de inclusão proposta especialmente pela Fundarpe.

A direção dada atualmente às políticas públicas estudadas atende mais ao interior de Pernambuco do que em qualquer outro momento anterior, porém a gestão destas políticas ainda necessita de ajustes para um alcance mais efetivo dos municípios, destacando os menos atendidos e respeitando às necessidades locais. Destaca-se o respeito e valorização da cultura local, hoje, empreendido nas políticas públicas para turismo e cultura vigentes.

Faz-se necessário um acompanhamento econômico dos resultados, considerando a dificuldade de internalização dos ganhos nestes municípios. Quando a receita das atividades exploradas nestes setores não fica retida no município, não se podem configurar ganhos efetivos para o local. Sugere-se tomada de ações por parte do Sistema S (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Serviço Social dos Transportes SEST, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT) em preparar não especificamente um estudo econômico, ou seja, é mais adequado sugerir um estudo de gestão para implementação de atividades que potencialize um maior desenvolvimento do interior.

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável.** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995.

Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/645.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2010.

ALMEIDA, J. A.; BRICALLI, Luiz C. L. **Parâmetros de sustentabilidade relevantes no Turismo Rural.** In CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 3. Piracicaba, 2003. Anais.

ANDRADE, M.C. **Classes sociais e agricultura no Nordeste.** Recife: Massangana, 1985.

ANDRADE, T. M.; SILVA, V. F.; MACHADO FILHO, H. O; PEIXOTO, P. N.; SILVA, J. M. **Produção agroecológica como alternativa de desenvolvimento sustentável: o caso de engenho velho, João Pessoa – PB.** In: Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, 2; João Pessoa, 2007.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências.** Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BATHKE, M. E. M. **O Turismo Sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola** estudo de caso – Fazenda Água Santa – São Joaquim – SC. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002. Disponível em:

<http://www.turismorural.org.br/download/20080825144135.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2010

BELTRÃO, L. **Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. Disponível em:

http://books.google.com.br/booksid=bYesLCIIYEgC&printsec=frontcover&dq=FolkcomunicaC3%A7%3%A3o:um+estudo+dos+agentes+e+dos+meios+populares+de+informaC3%A7%3%A3o+de+fatos+e+expressC3%A3o+de+ideias&source=bl&ots=X2o8JvFbw9&sig=mI1GeRj51DtPb2HE2jVd6Z4qkc&hl=ptbr&ei=vu9STd2cKIq4twnovG0CQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CBgQ6AEwAQ#v=onepage&q=FolkcomunicaC3%A7%3%A3o

C3%A3o%3A%20um%20estudo%20dos%20agentes%20e%20dos%20meios20popular20de%20i%C3%A7%C3%A3o%20de%20fatos%20e20expressC3%A3%20%20ideias&f=false.
Acesso em 15 de maio de 2010.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 12.^a Edição. Brasília: BSB, UNB, 2004

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CADERNO de política, **Diário de Pernambuco**. Pág 01. 02 de dezembro de 2009.

CAMPANHOLA, J; GRAZIANO DA SILVA, J. **Desenvolvimento local e democratização dos espaços rurais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. de 2000. Disponível em:
http://www.ufpa.br/numa/mestrado2008/textos/Campanhola_e_Graziano_da_Silva_1.pdf
Acesso em 15 de maio de 2010.

CONDEPE FIDEM. **Contas Regionais - PIB Municipal**. 2008. Disponível em
http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/portal/layout?p_1_id=PUB.1557.63
Acessado em 10 de junho de 2010.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O Turismo no Nordeste Brasileiro: dos resorts aos núcleos de economia solidária**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. XI, n. 245 (57), agosto de 2007. Disponível em:
<http://www.raco.cat/index.php/ScriptaNova/article/view/74083/88814>
Acesso em 19 de maio de 2010

CREA-MG. **Preservação do patrimônio cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro**. Belo Horizonte: CREA-MG, 2004. Disponível em:
http://servicos.crea-mg.org.br/imgs/cart_patrimonio_hist_CD.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2010

CUNHA, L. **Economia e política do turismo**. São Paulo: Ernesto Reichmann, 1998.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. **Políticas públicas sociais**. In: CARVALHO, A. Et al. (Org.). **Políticas públicas**. UFMG: Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <http://books.google.com.br/>. Acesso em 12 de junho de 2010

DIÉGUES JÚNIOR, M. **O Engenho de Açúcar no Nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2006.

ESPÍRITO SANTO, F. B. **Políticas Públicas para o Turismo Rural e Desenvolvimento Local**: o programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil, em Goiana – PE e a relação turismo rural e desenvolvimento local nas concepções dos gestores locais. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2006.

FIGUEIREDO, K. B. O. **Preservação do Patrimônio Cultural e natural de Olinda na percepção dos moradores do sítio histórico**. Monografia (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Recife, 2010

FUNARI, P. P; ABREU, J. **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3.^a ed. São Paulo: Contexto, 2003

FUNDARPE. Disponível em: www.fundarpe.pe.br, diversos acessos entre fevereiro de 2010 até fevereiro de 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J; BALSADI, O.V.; BOLLIGER, F.P.; BORIN, M.R. e PARO, M.R. **Meio rural paulista: muito além do agrícola e do agrário**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação Seade, v.10, n.2, abr-jun de 1996, p. 60-72.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Revista Nova economia, Belo Horizonte. V. 7, n.1, maio de 1997, p. 43-81. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf. Acesso em 01 de junho de 2010.

IPHAE. **Patrimônio Edificado**: Orientações para sua preservação. Governo do Estado do Rio Grande do Sul – secretaria da Cultura. Porto Alegre: Corag, 2004. Disponível em:

<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=DownloadDetalhesAc&item=32000>. Acesso em 10 de maio de 2010.

KÖHLER, A. F. **Antes que Caia!** Patrimônio histórico e turismo em Igarassu, Pernambuco. 2005. Dissertação de Mestrado Escola de Administração de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, 2005.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2009.

LAGE B. H. G.; MILONE P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, V. M. B. **A (In) Sustentabilidade do Turismo praticado em Engenhos do Município de Nazaré da Mata**. Monografia do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Recife. 2010.

LIRA, R.O.S. **Processos organizativos dos coletivos de Cultura: a experiência do Programa Cultura Viva**. Monografia do curso de Graduação de Administração. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2009.

MELO NETO, F. P. **Evento: de ação, de entretenimento a agente de promoção do patrimônio histórico-cultural**. In FUNARI, P. P.; PINSKY (Organizadores). **Turismo e Patrimônio Cultural. 3.ª Edição**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/turismo>. Acesso em: 12 de maio de 2010.

MELO, J. Técnicos do TCE vão atrás de empresa produtora de eventos e acham consultório psicológico no local indicado. *Jornal do Commercio*. 15 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2010/12/15/>. Acesso em 08 de janeiro de 2011.

MORIGI, V. J. **Imagens recortadas, tradições reinventadas**. As narrativas da festa em Campina Grande – Paraíba. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2001.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil**: Os limites do passado e os caminhos do futuro. Revista Estudos Avançados, São Paulo, vol. 15, n. 43, p. 83-100, set. de 2001.

MOUTINHO, L.M.G. & CAVALCANTI FILHO, P. F. M. **Mapeamento das atividades culturais em Pernambuco e na Paraíba**. Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais em áreas intensivas em cultura e mobilizadoras do desenvolvimento social. Núcleo de Estudos em Tecnologia e Empresa/ UFPB/ UFRPE. Parceria RedeSist – Sebrae- NA, 2008.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Instituto Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

Disponível em: <http://www.adesaregional.org.uy/documentos>

Acesso em 10 de maio de 2010.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

PETROCCHI, M. **Turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 1998.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios (PNAD). **IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia, 2008. Disponível em:

http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.phpid_noticia=1455&id_pagina=1. Acesso em: 21/08/2010

PLANO de Gestão Pernambuco Nação Cultural, **FUNDARPE**. Informativo - Gestão 2007/2010. Recife, 2007.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: www.pnud.org.br/atlas. Acesso em 20 de junho 2010.

RAMOS, E. M. Q.; MACIEL M. **Folkcomunicação como ferramenta do turismo cultural: o caso dos papangus de Bezerros (PE)** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/boccramos-folk.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2010.

RODRIGUES, A. B.. **Turismo e Desenvolvimento Rural**. 3.^a Ed; São Paulo: Hucitec, 2002.

SCHNEIDER, S.; FIALHO M. A. V. **Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul**. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2., 2000, Santa Maria. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/377.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2010.

SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil**. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito, Ecuador. Disponível em: <http://www.alasru.org>. Acesso em 17 de maio de 2010.

SILVA, J. A. N.; MOUTINHO L. M. G.. **Turismo de evento no interior do estado: aglomerado produtivo no agreste de Pernambuco - Brasil – o são joão da capital do forró**. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande.

SÍNTESE do Perfil Socioeconômico do Participante dos Eventos de Culminação das Rotas do Pernambuco conhece Pernambuco. **EMPETUR**, 2009.

SISTEMATIZAÇÃO das Escutas Realizadas no I Encontro de Fórum Regional de Cultura Zona da Mata Sul, **FUNDARPE**. Palmares, 2009.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 5.^a Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TULIK, O. **Turismo Rural** - Coleção ABC do Turismo. Aleph: São Paulo; 2003.

VICENTE, T. R.. **Políticas Públicas de Cultura e Turismo** – o entrelace das ações nos órgãos de fomento ao Turismo de Pernambuco – Empetur e Emetur. **CULTUR** - Revista de Cultura e Turismo. n.º 01, Ano 3, p 25-45, janeiro de 2009. Disponível em: http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao4/artigo_2.pdf. Acesso em 01 de junho de 2010.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de sítios históricos**: a transformação dos valores culturais e econômicos em propagandas de revitalização em áreas históricas. Ed. Universitária/ UFPE: Recife, 2008.

9. APÊNDICE

9.1. APÊNDICE 1 - Roteiro semi-estruturado perguntas utilizadas para basear a realização das entrevistas junto aos gestores

1. Qual sua compreensão acerca das atividades turísticas, em especial aquelas que envolvam Atividades Culturais, que são praticadas no interior do estado?
2. Considerando cada uma das grandes Regiões de Desenvolvimento no Estado (exceto RMR), quem são os principais beneficiários das atividades oriundas do turismo Cultural em PE?
3. Em que proporção as atividades de Turismo Cultural no interior estão atreladas ao Desenvolvimento desta região? Em que medida isso se manifesta de forma diferente em cada Região de Desenvolvimento?
4. Que segmentos participam da construção das Políticas Públicas voltadas para o turismo de eventos culturais no interior de PE?
5. Qual formação do Gestor? Qual forma de provimento para o cargo?
6. Que tipo de infra-estrutura é disponibilizada pelos organismos de Turismo e/ou Cultura?
7. Qual o volume e origem dos recursos financeiros destinados a este tipo de Ação Turística? Como é feita distribuição destes recursos?
8. Existem prioridades dentre os Eventos Turísticos nas Regiões de Desenvolvimento? Por quê?
9. Que critérios são considerados na formulação dos projetos para este tipo de Turismo?
10. Que Programas de Governo Federal apoiam as atividades Culturais do interior de PE?
11. Existem incentivos às associações e aos empresários do turismo na região rural? Esse segmento tem participação na proposição de ações?

10. ANEXOS
10.1. ANEXO 1.

Quadro 05. Diretorias e Atribuições da Fundarpe

Diretoria	Atribuições
Diretoria de Difusão Cultural	A Diretoria de Difusão Cultural visa implementar, por meio das coordenadorias, as ações de gestão, coordenação e supervisão das atividades relacionadas ao funcionamento dos espaços culturais pertencentes ao Governo. A Diretoria zela pela guarda e conservação de seus acervos, garantindo o acesso ao público em geral e aos pesquisadores em especial, dinamizando seus usos, em cumprimento aos programas e diretrizes que assegurem a execução da política cultural do Estado de Pernambuco
Diretoria de Gestão	A Diretoria de Gestão responde pela gestão, coordenação e supervisão das atividades de apoio administrativo, logístico e operacional às unidades integrantes na Fundarpe, no que tange às funções de recursos humanos, finanças, patrimônio, material, comunicação e serviços gerais, coordenando a execução e controle dessas áreas em relação com os órgãos integrantes do Sistema de Coordenação do Poder Executivo.
Diretoria de Gestão do Funcultura	A Diretoria de Gestão do Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura - Funcultura (política de fomento, como maior detalhamento mais adiante no trabalho) tem como objetivo implementar, por meio das Coordenadorias, as ações de incentivo, fomento e financiamento à produção cultural do Estado, gerenciando os recursos do Funcultura, a tramitação de projetos culturais oriundos de produtores culturais e de órgãos públicos. A Diretoria também apóia as ações das Comissões do Funcultura, fiscalizando a execução dos projetos de modo a garantir o cumprimento das diretrizes constantes da política cultural do Estado e a correta aplicação dos recursos, bem como a realização de cursos e a formação de mão-de-obra voltada para cultura.
Diretoria de Planejamento e Monitoramento	A Diretoria de Planejamento e Monitoramento tem como objetivo implementar, por meio das coordenadorias, a gestão, coordenação e supervisão das atividades de planejamento e monitoramento de todas as ações da entidade em permanente relação com os órgãos integrantes do Sistema de Planejamento do Poder Executivo.

Continua

Quadro 05. Diretorias e Atribuições da Fundarpe. (continuação)

Diretoria	Atribuições
Diretoria de Políticas Culturais	A Diretoria de Políticas Culturais tem como objetivo implementar, por meio das coordenadorias, a formulação, discussão e articulação das políticas culturais do estado; a orientação e apoio às diversas linguagens culturais, realizar o planejamento para atendimento das demandas culturais, incluindo os ciclos de cultura, os setores específicos, os equipamentos e ativos culturais; desenvolver e implantar mecanismos que assegurem a gestão democrática e regionalizada da cultura, o fortalecimento dos conselhos e fóruns e a participação da comunidade interna e externa.
Diretoria de Preservação Cultural	A Diretoria de Preservação Cultural tem como objetivo implementar, responder pela gestão, coordenação e supervisão das atividades relacionadas com a política de preservação, restauração, recuperação, conservação, e valorização do patrimônio cultural, constituído de bens imóveis, móveis, materiais e imateriais, de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, bibliográfico, documental, iconográfico, etnológico e paisagístico de Pernambuco, através de processos de registro e tombamento, de execução de obras de recuperação e restauro do patrimônio e da utilização e destinação dos bens preservados e passíveis de preservação do Estado.
Diretoria de Projetos Especiais	A Diretoria de Projetos Especiais busca implementar as ações de execução, integração e regionalização da cultura, visando à dinamização dos equipamentos e ativos culturais, a interiorização da cultura através de apoio às regiões do estado; a execução e apoio articulados com outros órgãos do ciclo cultural, em estreito respeito à política da cultura e as orientações e planejamento da fundação; desenvolver e implantar mecanismos que assegurem a gestão democrática e regionalizada da cultura, o fortalecimento dos conselhos e fóruns e a participação da comunidade interna e externa. Essa diretoria trabalha diretamente em ações voltadas para interiorização da cultura no Nordeste.

Fonte: www.fundarpe.gov.pe.br

10.2 ANEXO 2.



Figura 10. Portal Pernambuco Nação Cultural. Fonte www.nacaocultural.pe.gov.br

10.3. ANEXO 3



Figura 11. Site Pernambuco Conhece Pernambuco.

Fonte: <http://fatorw.com/portfolio/pernambuco-conhece-pernambuco>.